

EDNA LOPES MIRANDA

**ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO:  
UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E OU ADAPTAÇÃO DOS  
AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA DA MATA MINEIRA/BRASIL E DA  
GALÍCIA/ESPANHA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2018

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

M672o  
2018

Miranda, Edna Lopes, 1982-

Organizações Coletivas do Campo : uma análise das formas  
de resistência e ou adaptação dos agricultores familiares da Zona  
da Mata Mineira/Brasil e da Galícia/Espanha / Edna Lopes  
Miranda. – Viçosa, MG, 2018.

xvi, 151 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Texto em português e espanhol.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Trabalhadores rurais.  
3. Participação social. 4. Participação política. I. Universidade  
Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa  
de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 338.1

EDNA LOPES MIRANDA

**ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS  
FORMAS DE RESISTÊNCIA E OU ADAPTAÇÃO DOS  
AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA DA MATA  
MINEIRA/BRASIL E DA GALÍCIA/ESPANHA**

Tese apresentada à Universidade Federal  
de Viçosa, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de *Doctor  
Scientiae*.

APROVADA: 20 de junho de 2018.

Jakson Renner Rodrigues Soares

María Dolores Sánchez Fernández  
(Coorientadora)

Nathália Thaís Cosmo da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Ana Louise de Carvalho Fiúza  
(Orientadora)

Aos meus pais, Vicente e Olívia,  
e à minha amada filha, Letícia,  
fontes de inspiração, apoio  
e partilha de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que o trilhar da caminhada não se deu de forma solitária. Sendo assim, admitindo que não apenas a construção do que sou, mas que também a elaboração desta tese não se deu sem a presença fundamental de algumas pessoas especiais, ponho-me agora a reconhecê-los.

À professora Ana Louise, pelos valiosos ensinamentos e pelas orientações sempre inspiradoras, pertinentes e dialógicas. Pela disponibilidade permanente em acompanhar-me nesta pesquisa e me incentivar a “alçar novos voos”, fatores que me possibilitaram vencer as inseguranças deste processo. Acima de tudo, por ter a sensibilidade para perceber que uma pesquisa é também a construção de um projeto pessoal de vida. Não me canso de lhe agradecer: obrigada pelos ensinamentos de ciência e de vida.

À minha coorientadora, Prof. Dr.<sup>a</sup> María Sánchez Fernández, da Universidad de Coruña (UDC), pela generosidade e comprometimento no processo de elaboração da pesquisa e por abrir as portas da UDC para a realização do estágio sanduíche. Trata-se de uma pessoa que tenho grande admiração e respeito!

À minha amada filha, Letícia, que aceitou meu necessário distanciamento no momento de pesquisa na Espanha, dando-me força e estímulo constante. Meu amor por você tem tamanho!

À minha base: meus pais Vicente e Olívia, minhas irmãs Élide e Ednéia e meus sobrinhos André e Melissa. Sem vocês, nada disso seria possível! Espero que a ausência possa, de alguma maneira, ser recompensada com a finalização do trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER) da UFV, pelo apoio ao longo de todo o trabalho. Aos professores, colegas do Curso de Doutorado em Extensão Rural, pelo suporte e discussões proporcionadas. Em especial ao Romildo, que muito me ajudou em todo o processo da pesquisa.

Aos professores que participaram da minha banca de defesa de projeto: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo e Douglas Mansur da Silva; qualificação: Jakson Renner Rodrigues, Pablo Murta Baião Albino e Douglas Mansur da Silva; e defesa da tese: Maria das Dores Saraiva de Loreto, Jakson Renner Rodrigues,

María Sánchez Fernández e Nathália Thaís Cosmo da Silva, pelas importantes leituras, comentários e contribuições.

Aos colegas do grupo de pesquisa "GERAR: Grupo de Estudos Rurais, Agricultura e Ruralidades", pelas discussões proporcionadas durante as reuniões e seminários.

Aos amigos (do Brasil e da Espanha), que foram solidários e prestativos, em especial, aos amigos galegos Diego e Óscar, pelo apoio, boas-vindas e hospitalidade durante a estadia na Espanha.

Agradeço, finalmente, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. Obrigada a todos e a Deus, que me acompanha desde sempre, por me permitir viver tudo isso!

## SUMÁRIO

|  |             |
|--|-------------|
| <b>LISTA DE FIGURAS.....</b>   | <b>vii</b>  |
| <b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>   | <b>viii</b> |
| <b>LISTA DE QUADROS.....</b>   | <b>ix</b>   |
| <b>LISTAS DE TABELAS.....</b>  | <b>x</b>    |
| <b>LISTA DE SIGLAS.....</b>  | <b>xi</b>   |
| <b>RESUMO.....</b>   | <b>xiii</b> |
| <b>ABSTRACT.....</b>   | <b>xv</b>   |
| <br>   |             |
| <b>INTRODUÇÃO GERAL.....</b>   | <b>1</b>    |
| 1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS: A METODOLOGIA .....   | 8           |
| 1.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....  | 8           |
| 1.2 MÉTODOS, TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....   | 9           |
| 1.3 LOCAIS DE PESQUISA .....   | 12          |
| 1.3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA E DO MUNICÍPIO DE<br>ESPERA FELIZ/MG .....  | 12          |
| 1.3.2 CARACTERIZAÇÃO DA GALÍCIA/ESPANHA .....  | 16          |
| 1.3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....   | 18          |
| 1.4 ESTRUTURA DA TESE .....  | 19          |
| <br>   |             |
| <b>ARTIGO 1 .....</b>  | <b>25</b>   |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>26</b>   |
| <b>2 MARCO TEÓRICO.....</b>  | <b>27</b>   |
| 2.1 A SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA COMO QUALIFICADORAS DO<br>TIPO DE PARTICIPAÇÃO .....  | 27          |
| 2.2 A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO .....  | 29          |
| 2.3 PARTICIPAÇÃO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE E FORMAÇÃO DE UMA<br>CULTURA POLÍTICA .....   | 31          |
| 2.3.1 AS TIPOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO .....  | 32          |
| 2.4 A RELAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL COM A PARTICIPAÇÃO .....   | 39          |
| 2.5 CONVERSÃO DO CAPITAL SOCIAL EM CAPITAL POLÍTICO .....  | 41          |
| <b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>45</b>   |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>46</b>   |
| <br>   |             |
| <b>ARTIGO 2 .....</b>  | <b>50</b>   |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>51</b>   |
| <b>2 MARCO TEÓRICO.....</b>  | <b>52</b>   |
| <b>3 METODOLOGIA .....</b>   | <b>55</b>   |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>   | <b>57</b>   |
| 4.1 HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO DE ESPERA<br>FELIZ/MG.....   | 57          |
| 4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NAS ATIVIDADES DAS<br>ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO EM ESPERA FELIZ/MG.....                         | 58          |
| 4.3 CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO DOS PEQUENOS<br>AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO<br>CAMPO DE ESPERA FELIZ/MG ..... | 61          |
| 4.4 PERFIL PARTICIPATIVO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NAS<br>ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO .....  | 64          |

|  |            |
|--|------------|
| <b>5 CONCLUSÕES</b> .....  | <b>68</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>70</b>  |
| <br>   |            |
| <b>ARTIGO 3</b> .....  | <b>72</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>73</b>  |
| <b>2 OS EFEITOS DA REFORMA DE 1992 DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC) NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES DA GALÍCIA</b> .....                           | <b>75</b>  |
| <b>3 MARCO TEÓRICO</b> .....   | <b>79</b>  |
| 3.1 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DO AGRICULTOR GALEGO .....  | 80         |
| 3.2 ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DO AGRICULTOR GALEGO .....  | 83         |
| <b>4 HIPÓTESES PARA INVESTIGAÇÃO</b> .....   | <b>86</b>  |
| <b>5 METODOLOGIA</b> .....   | <b>86</b>  |
| <b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....   | <b>88</b>  |
| 6.1 ADEÇÃO AO ECOLOGISMO, ÀS FEIRAS E À PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ALIMENTOS .....  | 89         |
| 6.2 A QUESTÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA .....  | 93         |
| 6.2.1 FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO CAMPO .....  | 95         |
| 6.2.2 DEFESA DA IGUALDADE DE GÊNERO NO CAMPO .....   | 95         |
| 6.2.3 A ADEQUAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS ÀS EXIGÊNCIAS DO MERCADO EUROPEU .....                                    | 97         |
| 6.2.4 UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO E/OU RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES: UMA ANALOGIA POSSÍVEL .....                                    | 100        |
| <b>7 CONCLUSÕES</b> .....  | <b>102</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>103</b> |
| <br>   |            |
| <b>ARTIGO 4</b> .....  | <b>107</b> |
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>108</b> |
| <b>2 O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES AGRÁRIAS NA GALÍCIA/ESPANHA</b> .....  | <b>110</b> |
| <b>3 MARCO TEÓRICO</b> .....   | <b>113</b> |
| <b>4 METODOLOGIA</b> .....   | <b>115</b> |
| <b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....   | <b>116</b> |
| 5.1 OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS ECOLÓGICOS VIA SINDICATO LABREGO GALEGO (SLG) E ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS PROFISSIONAIS (ASAJA) ..... | 116        |
| 5.2 O MERCADO COMO ESTRUTURADOR DAS RELAÇÕES ENTRE OS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DO TIPO “CONSERVADOR” E “MODERNO” .....                            | 119        |
| <b>6 CONCLUSÕES</b> .....  | <b>126</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>127</b> |
| <br>   |            |
| <b>CONCLUSÃO GERAL</b> .....   | <b>130</b> |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | <b>134</b> |
| <b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – AGRICULTORES FAMILIARES</b> .....   | <b>134</b> |
| <b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG</b> .....  | <b>137</b> |
| <b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES DA GALÍCIA/ ESPANHA</b> .....  | <b>144</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Localização geográfica de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira com destaque para o município de Espera Feliz/MG..... | 12 |
| Figura 2 – Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz/MG.....  | 14 |
| Figura 3 – Localização geográfica da Galícia.....   | 17 |

### **Artigo 2 - Quando a participação resulta em práticas coletivas de trabalho, comercialização e de vida: em estudo as Organizações Coletivas do Campo vinculadas aos pequenos agricultores familiares do município de Espera Feliz/ Minas Gerais**

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Tipos de capital político e suas características de acordo com práticas cotidianas dos participantes das Organizações Coletivas do Campo..... | 62 |
|--|----|

### **Artigo 3 - Resistir ou adaptar- se? Os Agricultores da Galícia/Espanha diante da Política Agrícola Comum, no Pós 1992**

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Manifestação contra a privatização dos bosques.....   | 94  |
| Figura 2 – Perfil dos agricultores galegos diante das estratégias de resistência e/ou adaptação à PAC..... | 100 |

## LISTA DE GRÁFICOS

**Artigo 2 - Quando a participação resulta em práticas coletivas de trabalho, comercialização e de vida: em estudo as Organizações Coletivas do Campo vinculadas aos pequenos agricultores familiares do município de Espera Feliz/ Minas Gerais**

Gráfico 1 – Motivos para participar das Organizações Coletivas do Campo, considerando: A) contribuir para a melhoria da comunidade e lutar por direitos; B) Facilitar o acesso aos serviços; e C) Receber ajuda do Governo.....60

## LISTA DE QUADROS

### **Artigo 1 - Socialização e capital político: a participação em organizações coletivas em análise**

Quadro 1 – Tipologias de participação dos cidadãos na tomada de decisão.....33

Quadro 2 – Tipologia quanto ao grau de participação e suas características.....35

Quadro 3 – Tipologia quanto ao grau de participação política.....38

### **Artigo 3 - Resistir ou adaptar-se? Os Agricultores da Galícia/Espanha diante da Política Agrícola Comum, no Pós 1992**

Quadro 1 – Estratégias de resistência e adaptação.....85

## LISTAS DE TABELAS

### **Artigo 2 - Quando a participação resulta em práticas coletivas de trabalho, comercialização e de vida: em estudo as Organizações Coletivas do Campo vinculadas aos pequenos agricultores familiares do município de Espera Feliz/ Minas Gerais**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Síntese metodológica.....   | 56 |
| Tabela 2 – Avaliação quanto à correspondência das ações desenvolvidas nas Organizações Coletivas face às necessidades dos pequenos agricultores..... | 59 |
| Tabela 3 – Perfis participativos dos pequenos agricultores, de acordo a participação política e envolvimento nas Organizações.....                   | 67 |

### **Artigo 4 - Os desafios enfrentados pelas organizações profissionais de agricultores galegos da Espanha pós PAC de 1992**

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 – Origem do conhecimento técnico e habilidades dos agricultores na produção ecológica (nº de vezes que a instituição foi citada)..... | 120 |
| Tabela 2 – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores.....  | 122 |
| Tabela 3 – Graus de confiança dos agricultores galegos nas Organizações.....   | 123 |
| Tabela 4 – Participação social e política dos agricultores galegos ecológicos.....   | 124 |

## LISTA DE SIGLAS

AGADER – Agência Galega de Desenvolvimento Rural  
ASAJA – Associação Agrária de Jovens Agricultores  
ASIMAF – Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEJA – Conselho Europeu dos Jovens Agricultores  
CNJA – Centro Nacional de Jovens Agricultores  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOFELIZ – Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária  
CRESOL – Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária  
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata Mineira  
ELO – Envolvimento Local  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FBB – Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
LEADER – Relações entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MOBON – Movimento Boa Nova  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar  
PAC – Política Agrícola Comum  
PEJA – Programa Europeu de Intercâmbio Agrícola entre Jovens Agricultores  
PJR – Pastoral da Juventude Rural  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRODER – Programa Plurirregional de Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SLG – Sindicato Labrego Galego

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TERAVIDA – Associação dos Terapeutas Populares de Espera Feliz

UE – União Europeia

UFADE – União de Federações Agrárias da Espanha

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UPG – União do Povo Galego

## RESUMO

MIRANDA, Edna Lopes, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2018. **Organizações Coletivas do Campo: uma análise das formas de resistência e ou adaptação dos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira/Brasil e da Galícia/Espanha.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Coorientadora: María Dolores Sánchez Fernández.

Esta pesquisa procurou analisar a forma como o capital político adquirido por meio da participação em Organizações Coletivas do Campo repercute nas práticas cotidianas dos agricultores. Buscou-se compreender a força da *socialização secundária* nas práticas produtivas e de comercialização dos agricultores, em termos do seu viés de adaptação e/ou resistência às normativas políticas estabelecidas. Para tanto, analisou-se a formação deste capital político em dois contextos distintos: na Zona da Mata Mineira/Brasil e na Galícia/Espanha. Utilizou-se metodologicamente da pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados secundários, entrevistas semiestruturadas com os agricultores e observação participante. Os resultados da pesquisa mostraram que o envolvimento permanente dos pequenos agricultores do município de Espera Feliz nas atividades desenvolvidas pelas organizações coletivas apontaram para a legitimidade que os agricultores atribuíam à participação em tais organizações, em virtude das conquistas que reconheciam vir alcançando em termos das suas condições de produção, comercialização e de vida. Já no contexto espanhol, tanto os agricultores que manifestaram um estilo de pensamento conservador como progressista acabaram desenvolvendo práticas de adaptação diferenciadas face às imposições trazidas pela Política Agrícola Comum (PAC) Pós-92. Embora resistentes aos direcionamentos dessa política, os agricultores que participavam do Sindicato Labrego Galego se adaptaram tanto a um novo modelo de agricultura ecológica, como acrescentaram ao seu repertório de comercialização novas estratégias de venda dos seus produtos. Já os agricultores que participavam da Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais não manifestaram propriamente resistência aos novos direcionamentos políticos e buscaram adquirir tecnologias e novas formas de organização da produção. As experiências de participação nas

Organizações Coletivas do Campo no Brasil e na Espanha reverberaram para outras esferas do cotidiano dos agricultores, que se apropriaram do capital político para se posicionar face às diretrizes trazidas pelas políticas agrícolas de desenvolvimento rural.

## ABSTRACT

MIRANDA, Edna Lopes, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2018. **Collective Organizations of the Field: an analysis of the forms of resistance and or adaptation of the small farmers of the Zona da Mata Mineira/Brazil and the peasants in Galicia/Spain.** Advisor: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-advisor: María Dolores Sánchez Fernandéz.

This research sought to analyze the way in which the political capital acquired through the participation in the Collective Organizations of the Field has an impact on the daily practices of farmers. It was sought to understand the strength of secondary socialization in the productive practices and marketing of farmers, in terms of their bias of adaptation and / or of resistance to the established political norms. Therefore, the formation of this political capital in two different contexts was analyzed: in the Mata Mineira Zone/Brazil and in Galicia/Spain. It was used methodologically for bibliographic and documentary research, collection of secondary data, semi-structured interviews with farmers and observation participant. The results of the survey showed that the permanent involvement of the small farmers of the Wait for Happy City in the activities carried out by collecting organizations, pointed to the legitimacy that farmers attributed to participation in such organizations, under the conquests they recognized as being in the terms of their conditions of production, marketing and life. In the Spanish context, both farmers who demonstrate a conservative and progressive style of thinking will eventually develop differentiated adaptation practices in relation to the taxation imposed by PAC Post 92. During pregnancy, resistant to PAC 92 directions, farmers who participated in the Labrego Galego Syndicate They adapted both to a new model of organic farming, and also to their marketing repertoire, new sales strategies for their products. At the same time, farmers who participated in the Agricultural Association of Jovens Professional Farmers, will not manifest resistance to new political directions and seek to acquire technologies and new ways of organizing production. Conclusively, the experiences of participation in the Collective Organizations of the Field in Brazil in Spain, they reverberated for other areas of farmers' everyday, who appropriated themselves from the political capital

to position themselves against the directives drawn up by rural agricultural development policies.

## INTRODUÇÃO GERAL

O tema de pesquisa da presente tese insere-se no contexto mais geral dos estudos sobre os processos participativos dos agricultores familiares<sup>1</sup> nas Organizações Coletivas do Campo<sup>2</sup>. Tais organizações são, em sua acepção mais ampla, as diversas modalidades de organização da sociedade civil, tais como: o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não-governamentais, as associações e os movimentos sociais que atuam no âmbito da pequena agricultura familiar. Nesse sentido, a tese aborda, especificamente, o tema da participação dos agricultores familiares nas Organizações Coletivas do Campo, tomando por universo empírico o município de Espera Feliz, localizado no Estado de Minas Gerais/Brasil e a província de Coruña, comunidade autônoma da Galícia/Espanha. Embora a pesquisa em si permita a comparação acerca das dificuldades e dos desafios enfrentados pelos agricultores no contexto brasileiro e galego, a escolha dos locais de pesquisa se colocou não dentro de uma perspectiva comparativa, mas, antes, como uma forma de compreender as diferentes estratégias de adaptação e/ou resistência aos direcionamentos das políticas públicas implementadas pelo Estado pós-década de 1992.

A motivação para este estudo nasce, antes de tudo, de uma problemática sentida. A pesquisadora possui origem e vivência na agricultura familiar. Assim, desde a sua pesquisa de mestrado, realizada no município de Araponga/MG, em 2014 – quando analisou o protagonismo juvenil no Movimento Agroecológico e os efeitos dele nos projetos de vida dos jovens rurais –, a preocupação com as possibilidades de reprodução da pequena agricultura familiar já se colocava. Com isso, a busca por compreender os efeitos da participação em organizações coletivas do campo para a reprodução social dos agricultores familiares entrou de forma sistemática no seu campo de investigação.

---

<sup>1</sup> Segundo Navarro (2014), o agricultor familiar no Brasil pode ser grande, médio ou pequeno. Para estabelecer esta diferenciação o autor propõe o uso do critério norte-americano que os diferencia pelo volume de venda no mercado. Assim, neste projeto de investigação, consideramos como pequeno produtor aquele que apresenta uma renda que lhe permite ser assistido pelas políticas públicas do governo federal, como Pronaf, o PAA, dentre outras. Já no caso da Espanha, em particular na Galícia, a definição de agricultura familiar é uma expressão cultural e uma forma de vida que transcende a mentalidade de uma agricultura capitalista industrial (SOTO; FERNÁNDEZ, 2004).

<sup>2</sup> A utilização neste trabalho do termo Organizações Coletivas do Campo não tem como objetivo cunhar mais uma sigla entre as tantas já existentes nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mas sim enfatizar o caráter diferenciado das experiências estudadas, que pode trazer aspectos positivos para o campo dos estudos rurais.

A presente proposta de pesquisa também se estruturou a partir da realização do estado da arte em torno da produção acadêmica discente nos Programas Nacionais de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, expressa em teses e dissertações defendidas entre 2002 e 2014. O material bibliográfico analisado apontou que, enquanto os movimentos sociais rurais da década de 1980 até fins do século XX tinham as suas reivindicações focalizadas, sobretudo, em torno do acesso a terra e aos meios de produção que viabilizassem a reprodução social dos sem-terra e dos agricultores familiares, os movimentos sociais rurais, após os anos 2000, deram visibilidade de forma crescente às reivindicações voltadas para as demandas da vida cotidiana, relativas à Educação, ao uso dos meios de comunicação, à juventude e às desigualdades de gênero. Tal constatação fortaleceu ainda mais a questão de investigação proposta nesta pesquisa, a qual se voltou para a compreensão dos efeitos da internalização dos valores e metas construídos mediante a participação em organizações coletivas do campo na vida cotidiana dos pequenos agricultores (MIRANDA; FIÚZA, 2017).

O papel das Organizações Coletivas do Campo (sindicatos, cooperativas, associações, movimentos sociais, movimentos pastorais, entre outros), as quais procuram resistir à exclusão social, vem se reformulando e ganhando novos contornos sociais (TELLES, 1985; TOURAINE, 1994; NAVARRO, 1996; SADER, 1995; GOHN, 2003; PICOLOTTO, 2007). As ações e estratégias de resistência dessas organizações vêm criando condições para que as suas demandas sejam publicizadas e cheguem até as instâncias decisórias do Estado. Nesse contexto, as organizações coletivas que atuam no campo trazem na sua gênese a característica de contestação da realidade na qual estão desigualmente inseridos.

As pesquisas sobre as Organizações Coletivas do Campo têm valorizado as práticas de luta e de resistência desempenhadas pelos seus participantes em escala pública e institucional, detendo o seu foco sobre os eventos e manifestações, que criam um fato político, como as marchas e ocupações. Entretanto, existem outras práticas de resistência que extrapolam os limites dessas organizações e estão assentadas nas relações microssociais. Elas são gestadas por uma lógica de mobilização coletiva inscrita nas relações sociais cotidianas, implicando um aprendizado que não está limitado somente à conquista das condições materiais (geração de renda, direito a educação, saúde, lazer, entre outros), mas se baseia em

uma dimensão simbólica presente no campo dos valores morais, da cultura e dos costumes. Ou seja, são práticas que não estão circunscritas, apenas, aos enfrentamentos macrossociais, amplos e estruturais, mas que reproduzem práticas de resistência e/ou adaptação presentes no cotidiano dos agricultores.

As políticas que emergiram no Brasil, a partir de 1980, quando as organizações sindicais e da sociedade civil se articularam em resposta à realidade de exclusão dos pequenos agricultores do acesso às ações do Estado, passaram a reivindicar políticas públicas adequadas às peculiaridades desse público (BONNAL; MALUF, 2009; PICOLOTTO, 2011; GRISA; SCHNEIDER, 2014). No entanto, a institucionalização de políticas públicas voltadas especificamente para a agricultura familiar começou a se configurar de forma mais articulada somente com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, ganhando maior vigor nos governos populares de Lula e Dilma, quando se instituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltado para os desafios enfrentados pela agricultura familiar e pelos sem-terra. Esse contexto político propiciou que novas ideias tomassem lugar na arena política e se institucionalizassem, como foi o caso da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional.

Na Espanha, as políticas públicas de desenvolvimento rural foram fruto não só de uma abertura aos mais diversos mercados estrangeiros – principalmente com a adesão à União Europeia em meados da década de 1980, – mas, também, à reformulação da Política Agrícola Comum de 1992 (SANTOS, 2018). A partir desta política destaca Santos (2018), implementou-se políticas de apoio ao desenvolvimento rural, como as iniciativas Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) e o Programa Plurirregional de Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais (PRODER). Novas práticas agrícolas foram, então, se implementando com maior centralidade no cotidiano da pequena agricultura, tais como a análise dos custos de produção face à liberalização comercial e a obrigatoriedade da padronização do consumo alimentar, dentre outras.

Para Diegues (2006), um problema comum enfrentado pelos agricultores brasileiros e europeus se estabeleceria em relação ao fato de que as políticas que vem sendo implementadas desde a década de 1990 provocam um processo de diferenciação e seletividade em relação ao perfil produtivo dos pequenos agricultores.

Essas lógicas seletivas estariam, paulatinamente, provocando a exclusão dessa categoria, sobretudo daqueles com menores parcelas de terra e com produção não essencialmente comercial. Assim, os agricultores familiares que têm operado em menor escala, e que não se inserem facilmente nos mercados hegemônicos, vêm enfrentando desafios para se reproduzirem socialmente. Mas, quais estratégias esses agricultores familiares vêm encontrando para se reproduzir, seja na Galícia, seja na Zona da Mata Mineira? Na Galícia, importantes estudos (GOMEZ-LÍMON et al., 2007; GORTON et al., 2008) têm sido realizados no que se refere às atitudes dos agricultores galegos face às alterações da Política Agrícola Comum de 1992. No entanto, estes trabalhos não focaram explicitamente em analisar as estratégias de resistência e adaptação desenvolvidas frente a essas políticas públicas.

O estudo das práticas cotidianas dos agricultores familiares foi abordado, nesta pesquisa, pelo viés das teorias que tratam dos processos de socialização, em função, justamente, de suas práticas cotidianas implicarem na constante reconstrução de seus costumes e práticas sociais. No campo acadêmico, observa-se uma pluralidade de abordagens que tentam dar conta dos processos de socialização que enformam as práticas cotidianas de vida, sobretudo aquelas que passam por processos de ressocialização, como aquelas que acontecem com os participantes das Organizações Coletivas do Campo. Dessa forma, mediante o estado da arte referente a temas que tangenciam as análises da socialização, buscou-se identificar as abordagens e autores como Bourdieu (1980; 1986) e Giddens (2005), que analisaram os processos de socialização sob uma abordagem interacional.

Assumiu-se, conseqüentemente, uma concepção de socialização compreendida como a construção do ser social e de sua identidade, na qual o ator social “atua sobre”, assim como “age no” mundo social em que opera. Nesse sentido, a sociedade seria resultado da junção do agir do homem em dialogicidade com as normas, valores e papéis estabelecidos. Ressalta-se, nessa perspectiva teórica, os aspectos dinâmicos, flexíveis e mutáveis das relações e interações que se estabelecem na sociedade. Assim, pode-se esperar que a participação dos agricultores familiares nos movimentos sociais rurais os leve a utilizar o capital político adquirido no seu cotidiano de vida e de trabalho, buscando se posicionar de forma ativa face às transformações sociais que se apresentam.

O processo de socialização como construção social dos indivíduos permite compreender várias dimensões que interferem na sociabilidade dos agricultores

familiares que participam das Organizações Coletivas do Campo, os quais envolvem aspectos de ordem individual (vivências, práticas cotidianas, conhecimentos adquiridos, construção identitária, entre outros), bem como fatores vinculados às condições sociais e culturais em que vivem esses agricultores e as suas famílias (relações e interações na família, na comunidade, com seus pares, entre outros), além de fatores implicados nas relações de gênero e de classe.

Nesse sentido, socializar-se implica necessariamente se inserir em processos dinâmicos, em constante transformação, cujas dimensões integram fatores de ordem estrutural da sociedade, aliado a aspectos de natureza contextual e individual. Participar em movimentos sociais rurais, dentro dessa perspectiva, significaria se socializar em um ambiente coletivo marcando-se pelos *habitus* próprio ao campo, no qual se constrói a convivência. Para dar especificidade à discussão acerca das práticas introjetadas a partir da participação em organizações coletivas do campo, trazemos as contribuições dos autores relacionados à história do campesinato (SCOOT, 1985; THOMPSON, 1987; SILVA, 1998), que tiveram como foco temas relacionados à dificuldade de acesso aos meios de produção, ou às relações de exploração por intermediários, indústrias, grandes proprietários e o Estado. Tais estudos trazem à baila a necessidade de considerarmos as formas de agir e o sentido que os agricultores familiares atribuem a sua cotidianidade diante dos processos de dominação e exploração em que estão envolvidos.

Desse modo, como aponta Schneider (2016), trata-se de entender em que condições os agricultores familiares e suas organizações estão fazendo frente às mudanças colocadas pela atual fase do capitalismo no sistema agroalimentar. É nesse sentido que a Teoria da Prática, do Campo e do Capital de Bourdieu (1980; 1989) traz um constructo teórico e metodológico importante para compreender as estratégias de reprodução social desses pequenos agricultores como a introjeção de práticas de adaptação e/ou resistência estabelecidas a partir da sua participação nas organizações coletivas do campo.

Segundo Bourdieu (1986), os agentes sociais que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, disposições que não correspondem àquelas que o campo exige, arriscam-se a se tornarem defasados e deslocados. Mas, podem lutar com as forças existentes nesse campo e resistir, ao invés de submeter as suas disposições às estruturas do campo. A tentativa de modificar as estruturas do campo se viabilizam mediante as disposições de atores localizados em subcampos mais amplos. Estudar

os agricultores familiares a partir das contribuições da teoria bourdieusiana (1989) abre possibilidades para entender não somente a formação e a constituição dos espaços de participação deles nas Organizações Coletivas do Campo, como também as implicações dessa participação na apropriação do capital político, que os leva a questionar a sua posição e, assim, desenvolverem estratégias diante do acirramento do sistema capitalista de produção.

Como afirma Bourdieu (1986), não se pode compreender o “campo” sem entender as posições dos atores, assim como não se pode compreender as posições dos atores sem explicar a forma como os capitais estão distribuídos entre eles. O campo político, segundo o autor, organiza-se por patamares e, para se alcançar os patamares mais elevados, é necessário ter capital e ampliá-lo. Dentre esses capitais está o capital político formulado por Bourdieu (1980). Trata-se de uma forma de reconhecimento social que permite que alguns indivíduos – mais do que outros – sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Nesse cenário, os diferentes sujeitos disputam o acesso às posições dominantes no interior do campo, por meio da valorização de seus atributos em detrimento dos atributos de seus concorrentes. Contudo, é a busca pelo capital político que tensiona e dinamiza o processo de socialização dos agricultores familiares que participam das Organizações Coletivas do Campo e suas estratégias de resistência e/ou adaptação são tecidas.

A participação em Organizações Coletivas do Campo implica, assim, se socializar em um campo de disputa, assumindo novas práticas de enfrentamento/resistência (SCOOT, 1985; PLOEG, 2003) e/ou conformismo/adaptação (SILVA, 1998; ADGER; KELLY, 1999; NIEDERLE; GRISA, 2008) em relação aos direcionamentos das políticas agrícolas neoliberais. Entende-se, neste estudo, como práticas de resistência, aquelas caracterizadas pela preservação da tradição e saberes locais, imbuídas por um sentimento de pertença local e orientadas por uma economia moral em que os agricultores familiares usam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e nos processos produtivos para construir novas respostas aos constrangimentos vivenciados. Já as práticas de adaptação, podem ser caracterizadas pelo esforço de ajustamento e de integração dos agricultores familiares aos imperativos políticos vigentes no campo dominante.

Portanto, a resistência e a adaptação dentro da socialização nas Organizações Coletivas do Campo, se constituem em uma das consequências desse processo e

permitem pensar o repertório de ações coletivas dos agricultores a partir de seus mundos sociais. O tipo de participação dos agricultores familiares nestas organizações, as predisposições a agrupar-se e a formar coletivos, bem como o relacionamento interpessoal e a formação de redes de apoio entre os mesmos, pode ajudar a entender as práticas cotidianas de trabalho e de vida (PRETTY et al., 1995; WHITE, 1996; HARBERS, 2007; VILLASANTE, 2010; BORDENAVE, 2013). Esta investigação se ateve a uma hipótese geral, segundo a qual a força da *socialização secundária* na *vida cotidiana* dos agricultores familiares advinda da sua participação em Organizações Coletivas do Campo engendra práticas rotineiras de resistência e/ou adaptação, desenvolvidas mediante o *habitus participativo* introjetado. O capital político que se forja por meio da participação dos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo tende a aumentar a sua capacidade de reprodução social na agricultura familiar, proporcionando-lhe a adoção de estratégias de adaptação e/ou resistência construídas coletivamente.

A problemática de investigação da presente tese se constituiu, assim, em torno da busca por compreender a forma como o capital político adquirido por meio da participação em Organizações Coletivas do Campo repercute nas práticas cotidianas dos agricultores familiares. Para tanto, analisou-se a formação desse capital político em dois contextos distintos: na Zona da Mata Mineira/Brasil e na Galícia/Espanha. Tal problemática de investigação teve como propósito maior buscar compreender a força da *socialização secundária* nas práticas produtivas e de comercialização dos agricultores familiares, em termos do seu viés de adaptação e/ou de resistência às normativas políticas estabelecidas. Com vistas a responder a esse objetivo central do estudo, teve-se como objetivos específicos: 1) Analisar de que forma o capital político adquirido por meio da participação em Organizações Coletivas do Campo repercutia nas práticas cotidianas dos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira/Brasil; 2) Descrever as estratégias de resistência e/ou adaptação dos agricultores galegos diante das políticas agrícolas europeias e seus efeitos no cotidiano da vida e do trabalho; e 3) Analisar a rede de sociabilidade dos agricultores que participavam das organizações coletivas do campo no Brasil e na Espanha.

Para tanto, foram analisados o tipo de participação dos agricultores nessas organizações, a formação de coletivos, bem como a sociabilidade e a construção de redes de apoio quanto aos canais de comercialização de sua produção. Frente a essas questões que indicam o posicionamento sobre a pesquisa, fez-se uma

compreensão do delineamento metodológico que conduziu os caminhos da pesquisa de campo e da construção dos artigos.

## **1 Os caminhos percorridos: a metodologia**

### **1.1 População e amostra**

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa e verificar as hipóteses elaboradas para responder ao problema construído nesta investigação, foi realizada uma combinação de desenhos de pesquisa de caráter descritivo-analítico e explicativo, no sentido de buscar descrever as características da participação e analisar a apropriação do capital político dos agricultores familiares envolvidos nas Organizações Coletivas do Campo. Sabendo que a eleição de uma amostra se completa com a definição da população, optou-se por um delineamento amostral do tipo censo, buscando a análise de toda a população alvo do estudo. Para Quivy e Campenhoudt (2005), o censo constitui uma fonte importante de informação sobre a situação de vida da população nas localidades, tendo como vantagem o conhecimento direto da realidade.

A opção por se pesquisar toda a população se deve à preocupação da pesquisadora em se obter dados propícios para análises estatísticas, buscando uma maior validade e confiabilidade nos dados a serem levantados. O universo populacional desta pesquisa foi composto pelos agricultores familiares que participam das Organizações Coletivas do Campo no município de Espera Feliz/MG, localizado na Zona da Mata Mineira/Brasil, e dos agricultores labregos que participam das Organizações Agrárias Profissionais na Galícia/Espanha.

Para seleção da amostra no caso brasileiro, efetuou-se um levantamento nas fichas cadastrais e listas de frequências em reuniões nas Organizações Coletivas do Campo presentes no município de Espera Feliz. Após esse levantamento, chegamos a uma lista geral de 118 pequenos agricultores que tinham o seu cadastro ativo nas Organizações e participavam das atividades, como assembleias, eventos comemorativos, reuniões, entre outras. A partir de cada uma das listas fornecidas pelas Organizações, elaboramos uma sublista com 72 agricultores familiares que são participantes em comum das sete Organizações estudadas: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar

(Asimaf), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária (Coofeliz), Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol) e Associação dos Terapeutas homeopatas (Teravida). Por fim, aplicamos o questionário semiestruturado.

No caso espanhol, restringimos a nossa análise com os agricultores labregos que participaram de duas Organizações Agrárias presentes na comunidade autônoma da Galícia: Associação de Jovens Agricultores (ASAJA) e Sindicato Labrego Galego (SLG), situadas na província de Corunha. Considerando que tanto a ASAJA Galícia quanto o SLG tinham representatividade e atuação nas Províncias de Corunha, Santiago, Lugo e Pontevedra, realizou-se oito entrevistas para complementar a pesquisa com dados secundários das organizações: quatro com agricultores da Asaja e quatro com agricultores do Sindicato, nos Conselhos de Carballo, Santiago e Pontevedra, entre junho e agosto de 2017.

Diante desse contexto, as escolhas das Organizações Coletivas nas realidades apresentadas justificam-se pelo fato de que, tanto no caso brasileiro quanto no caso espanhol, as organizações coletivas priorizam a questão da resistência e dos conflitos sociais por meio da luta pela continuidade dos modos de vida e uso da terra, pensando na escala da luta camponesa e da sua resistência não apenas pela sua dimensão material, mas principalmente pela sua dimensão política. Assim, passar-se-á a descrever os locais da pesquisa e os instrumentos utilizados em sua execução.

## **1.2 Métodos, técnicas de coleta e análise de dados**

A partir da necessidade das informações mencionadas, a coleta de dados foi realizada por meio dos seguintes instrumentos: estudos exploratórios (pesquisa bibliográfica); análise documental; aplicação de questionário previamente estruturado; entrevistas em profundidade; e observação participante com anotações em diário de campo. O emprego do questionário semiestruturado nos permite mapear e compreender o mundo da vida e do trabalho dos pequenos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações dos atores sociais envolvidos nas organizações coletivas do campo. Para tanto, o questionário semiestruturado foi utilizado com toda a população de agricultores familiares que participaram das

Organizações Coletivas do Campo no município de Espera Feliz. O roteiro constituiu-se de 35 questões diretas e abertas, divididas em três blocos: perfil pessoal dos participantes das Organizações; participação política; e sociabilidade (APÊNDICE B E C).

Para as entrevistas em profundidade, seguimos um roteiro prévio de perguntas. As respostas foram concedidas oralmente pelo entrevistado, simulando um contexto de diálogo no qual foram gravadas em um aparelho de registro de áudio em concordância com o entrevistado. Além disso, o entrevistado foi informado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por ele lido e assinado (APÊNDICE A). As entrevistas em profundidade foram realizadas com informantes-chave, indicados pelos próprios agricultores e ligados à trajetória das organizações locais (sindicatos, cooperativa agrária e associação de agricultores), prezando pela riqueza e profundidades das informações, e não por um quantitativo de entrevistados. Para Minayo (2012), as entrevistas em profundidade têm por objetivo propiciar que o entrevistado fale livremente, buscando uma imersão na temática proposta. Dessa forma, o número de entrevistados não foi definido *a priori*, uma vez que se considerou a qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como a profundidade e o grau de recorrência e divergência dessas informações. Ao utilizar as entrevistas, as iniciais dos nomes dos entrevistados foram modificadas para garantir o sigilo no momento da entrevista.

Também adotamos a metodologia do tipo observação participante para colocar em relevo a existência de alguns traços específicos acerca da participação dos agricultores familiares e a apropriação do seu capital político dentro das Organizações Coletivas do Campo. Para tal, foram utilizadas as anotações em diário de campo, com as observações e reflexões realizadas sobre expressões verbais e as ações coletivas dos agricultores, descrevendo o seu repertório de ação dentro de cada Organização. Em todos os momentos, a observação foi um instrumento presente: durante a aplicação do questionário, nas reuniões, nos eventos, enfim, no decorrer de toda a pesquisa. Foram nesses espaços de socialização que procuramos observar as questões que dizem respeito às indagações da pesquisa. Se de um lado essa proximidade com o campo em alguns momentos poderia prejudicar a análise, de outro lado essa proximidade garantiu diversas conversas informais que contribuíram para entender melhor o campo estudado, os objetos de disputa e os códigos internos, nos dizeres de Bourdieu (1986), que orientam as ações e opções políticas do campo.

Acrescenta-se, ainda, o registro por meio das fotografias, pois o registro visual amplia o conhecimento do estudo na medida em que nos permite documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado pelos agricultores familiares no contexto da Zona da Mata Mineira/Brasil e na Galícia/Espanha.

Embora este estudo não se configure sob um viés comparativo, tendo em vista as especificidades históricas, produtivas e espaciais da realidade brasileira e espanhola, buscamos, na interface entre as práticas cotidianas dos agricultores familiares no município de Espera Feliz/Brasil e na Galícia/Espanha, mapear regularidades, tendências e desafios que se colocam diante de uma democracia participativa nas Organizações Coletivas do Campo. Na análise dos dados, foi realizado o mapeamento de todas as informações obtidas no trabalho de campo, como as transcrições das gravações da entrevista, releitura do material, a organização dos relatos, dos dados obtidos por meio dos questionários, da observação e dos dados secundários. Nesse momento, foi importante ter em mente que o dado não existe por si só, mas é construído a partir de questionamentos que fazemos sobre eles, com base em uma fundamentação teórica.

Por meio de uma leitura criteriosa dos dados, procuramos estabelecer interrogações para se identificar o que surgiu de relevante. Foram elaboradas categorias específicas ou uma moldura de análise para se identificar: a) o perfil participativo dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo, na qual verificamos as diferenças em termos da apropriação do capital político; e b) o predomínio de práticas cotidianas de resistência e/ou adaptação dos agricultores diante do sistema capitalista de produção, buscando identificar o repertório de ação coletiva. Nela foram analisados os dados por meio da estatística descritiva, na forma de tabelas e gráficos, bem como a utilização da análise de conteúdo.

Bardin (2011) destaca que, em pesquisas qualitativas, ao menos três etapas básicas são importantes: (i) a pré-análise (exploração); (ii) a descrição analítica (organização); e (iii) o tratamento dos resultados (interpretação). A pré-análise dos dados refere-se à fase inicial de organização do material coletado. Nela ocorreu a transcrição, leitura e sistematização de todas as informações obtidas, organizando e conciliando-as com as questões que norteiam o trabalho. As entrevistas foram transcritas e procedeu-se uma primeira leitura das respostas dos informantes. Posteriormente, as entrevistas foram separadas de acordo com as perguntas dos questionários, procedendo-se nova leitura. A partir dessas leituras, procedeu-se à

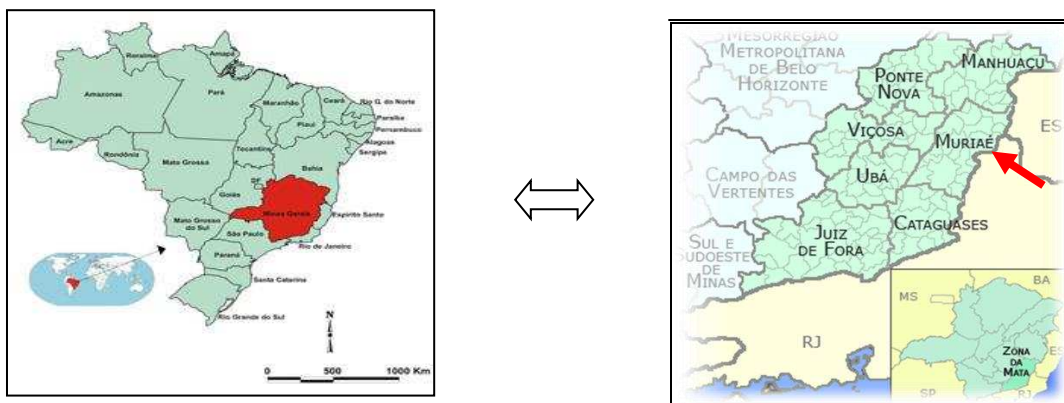
descrição analítica, que consistiu na análise propriamente dita do material, na sua classificação e na categorização das informações.

Após a releitura das informações obtidas no processo de coleta de dados, as evidências julgadas importantes de acordo com os objetivos da tese foram classificadas a partir de categorias determinadas com base no referencial teórico e conceitual. Na fase final deste estudo, foram estabelecidas articulações entre os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões de investigação com base em seus objetivos com vistas a confirmar ou refutar as hipóteses propostas.

### 1.3 Locais de pesquisa

#### 1.3.1 Caracterização da Zona da Mata Mineira e do Município de Espera Feliz/MG

Localizada no sudeste do Estado de Minas Gerais, na divisa com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Zona da Mata Mineira é constituída por 142 municípios, divididos em sete microrregiões (Cataguases, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa) como mostra a Figura 1:



**Figura 1** - Localização geográfica de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira com destaque para o município de Espera Feliz/MG  
Fonte: Geominas (Adaptado).

A sua ocupação mais efetiva se deu a partir de 1930, quando as minas auríferas se esgotaram. Nesse contexto, a população abandonou as minas e iniciou uma migração centrífuga em busca de novas terras para a lavoura, indo povoar além da Zona da Mata, mais precisamente nas regiões do Vale do Paraíba, em São Paulo (CASTRO, 2012). Com a expansão da cultura cafeeira na região, veio também o crescimento demográfico, a construção das ferrovias, a urbanização, a

industrialização e a necessidade de derrubar mais a floresta para a plantação de gêneros alimentícios, para o uso da madeira e também da agricultura.

Segundo Comerford (2003), no início da ocupação da Zona da Mata Mineira, as fazendas de café foram implantadas ao lado de áreas ocupadas por sitiantes de poucos recursos. As famílias com mais posses obtinham doações de sesmarias, consolidando domínios relativamente extensos, e famílias de menos recursos também se apossavam de terrenos e estabeleciam suas lavouras, o que resultou em intensas disputas pela posse de terra nessa região. De acordo com Castro (2012), ao longo de sua história, a mesorregião da Zona da Mata Mineira exerceu progressiva mudança na especialização econômica da região, destacando-se como berço da extração do ouro no século XVIII e, ao longo do século XIX, na agricultura e na pecuária. Os municípios que compõem a mesorregião da Zona da Mata têm a menor concentração fundiária de Minas Gerais (média de 40 hectares por propriedade rural), possuindo características marcadamente rurais, em que predomina a pequena propriedade de caráter familiar (RICCI, 2002).

Como realidade empírica deste estudo, temos o município de Espera Feliz, localizado na Zona da Mata Mineira, que se caracteriza pelas estratégias de reprodução social e econômica desempenhadas pelos agricultores familiares diante do contexto de ameaças e privações decorrentes da dinâmica capitalista de produção. Esses agricultores começaram a se organizar em meados de 1980, formando as Organizações Coletivas do Campo. Esse momento coincide com o surgimento de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira, que contaram com o apoio e mediação da Igreja Católica, por meio do Movimento Boa Nova (MOBON<sup>3</sup>), e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs<sup>4</sup>) (RICCI, 2002).

Localizado no nordeste da Zona da Mata Mineira, o município de Espera Feliz possui uma área total de 317 Km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 63,27 habitantes por km<sup>2</sup>. Apresenta uma população total em torno de 22.856 habitantes, dos quais 8.682 (37,98%) vivem na área rural (IBGE, 2012). Composto por 35 comunidades rurais, a economia do município gira em torno do cultivo do café, bem como da pecuária leiteira e do plantio de frutas, legumes e hortaliças que acompanham em

---

<sup>3</sup> Movimento católico, formado sob a influência do Concílio Vaticano II (1962-1965), que teve atuação destacada em comunidades rurais da Zona da Zona da Mata Mineira.

<sup>4</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965.

menor escala as características produtivas agrícolas do município. A diversificação da produção é uma realidade local e configura-se como uma alternativa capaz de proporcionar meios para aumentar as vantagens produtivas e comerciais de áreas rurais, garantindo a sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares. O principal critério para escolha desse município foi a significativa notoriedade e atuação das Organizações Coletivas do Campo, seja associações, cooperativas, movimentos sociais e outras formas de mobilização que expressam uma diversidade de formas participativas da agricultura familiar nessa localidade. Nesse caso, o município foi selecionado por refletir, numa análise inicial, a diversidade de participação dos pequenos agricultores nas atividades desenvolvidas por essas Organizações.

A escolha também se justifica por uma capacidade histórica de mobilização da sociedade civil, em que as experiências de movimentos de base político-religiosas, ancoradas na ação das pastorais sociais católicas, contribuíram para formação de organizações não governamentais com foco no desenvolvimento da agricultura familiar (FREITAS; FREITAS, 2013). As sete Organizações Coletivas do Campo pesquisadas foram: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (Asimaf), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária (Coofeliz), a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol), a Associação dos Terapeutas homeopatas (Teravida), como mostra a Figura 2:



**Figura 2** - Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz/MG  
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A opção por pesquisar todas as sete organizações se deu em função da relativa proximidade entre elas no que se refere aos novos arranjos de produção agrícola que estão surgindo no município. São modos alternativos à agricultura convencional, mais sustentáveis em longo prazo, sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, e não implicam grandes investimentos, quando comparados às culturas convencionais. As Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz, em sua grande maioria, possuem uma significativa participação de pequenos agricultores na produção de alimentos para feiras e outros mercados institucionais. Dessa forma, a escolha desse município se deu, principalmente, pela área de abrangência dessas organizações.

As organizações coletivas em Espera Feliz apresentam experiências político-religiosas de base comunitária, historicamente alicerçadas na agricultura familiar e que se concretizaram em um plano de desenvolvimento local denominado Envolvimento Local (ELO). Trata-se de um plano de ação iniciado em 2004, que promoveu várias discussões e funciona sob a forma de um colegiado, no qual várias organizações coletivas buscam elaborar estratégias de ação de forma conjunta com vistas a promover o desenvolvimento local. Uma das Organizações mais importantes para a dinâmica e participação dos pequenos agricultores – enquanto atores políticos da agricultura familiar na região – foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

O Sindicato teve sua trajetória histórica em Espera Feliz dividida em duas fases: uma primeira marcada pela ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que se propunham a formar lideranças com uma orientação mais atuante frente aos conflitos agrários no Brasil, e uma segunda fase marcada pelas mudanças conjunturais do fim da década de 1980. Essa segunda fase possibilitou novas formas de atuação do Sindicato e o surgimento de parcerias com outras organizações, com o objetivo de promover a agroecologia e a economia solidária no município, além de inserir em seus trabalhos questões produtivas, de comercialização, de crédito e outras demandas (CTA, 2002).

Esse processo levou à constituição de várias organizações no âmbito dos Sindicatos, tais como a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASIMAF), responsável pela organização política dos agricultores familiares, mobilização e captação de recursos. No entanto, com a mudança no Código Civil, em 2002, as associações ficaram impossibilitadas de exercerem atividades de comercialização. Para dar prosseguimento aos trabalhos realizados pela ASIMAF, os agricultores se

mobilizaram, via Sindicato dos Trabalhadores, e em 2005, criou-se a Coofeliz, com o objetivo de desenvolver atividades voltadas à geração de renda por meio da comercialização da diversidade de alimentos produzida pelos agricultores familiares.

Nessa mesma linha, surgiu também a Ecosol, como consequência de uma série de mobilizações sociais, iniciadas em 2002, pelos desdobramentos do movimento político da agricultura familiar. Essa cooperativa desenvolve mecanismos de controle social do crédito aproveitando as potencialidades das organizações de base, como o trabalho efetivo nas comunidades e o conhecimento entre seus membros. Seguindo essa mesma dinâmica organizacional, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), por meio dos trabalhos desenvolvidos com a escolinha sindical, busca inserir os jovens rurais nas Organizações Coletivas do Campo e para isso conta com a colaboração do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), garantindo a permanência dos jovens no meio rural (CTA, 2002).

Nesse sentido, o movimento político da agricultura familiar de Espera Feliz compartilha dos princípios e objetivos da Teravida, qual seja: não utilizar produtos químicos nas lavouras e rebanhos, desenvolvendo trabalhos no campo da homeopatia para o tratamento de homens, mulheres, animais e lavouras. Vale destacar que o surgimento dessas organizações no município se concretizou a partir da década de 1990, na qual emergiram, no Estado de Minas Gerais, várias experiências de organizações cooperativas na agricultura familiar por necessidade econômica e social dos agricultores e também por incidências das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (FREITAS, FREITAS, 2013). Neste período também é que ocorre a emergência da categoria agricultura familiar no cenário político brasileiro, resultado das lutas e movimentos pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

### **1.3.2 Caracterização da Galícia/Espanha**

Conhecida como uma das 17 Comunidades Autônomas que integram o Estado Espanhol, a Galícia está situada no noroeste da Península Ibérica, sendo formada pelas províncias de A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra. Compreende uma extensão territorial de 29.574 km<sup>2</sup> o que representa 5,8% da superfície total do território espanhol, como mostra a Figura 3:



**Figura 3** - Localização geográfica da Galícia  
Fonte: SITGA, 2016.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística – INE (2016), a população residente na Galícia em 2013 era de 2.761.970 habitantes, o que representava 5,9% do total da população espanhola. A Galícia foi, ao longo de sua história, um território densamente povoado em que a atividade agrária era a principal fonte de emprego e renda. Ainda na década de 1950, a sociedade galega era, majoritariamente, rural e agrária. Ou seja, 80% da população moravam no meio rural e, dessas, 90% trabalhava na agricultura camponesa, cujo objetivo fundamental era a manutenção da unidade familiar (FERNÁNDEZ et al., 2013).

Nesse contexto, Bouhier (2001) menciona que o sistema agrário se baseava no policultivo, na pecuária e no aproveitamento das terras, caracterizado também pelo uso da mão de obra familiar e pelo predomínio dos mercados locais. No entanto, a partir da década de 1960, houve uma transformação no meio rural galego, em que a agricultura orgânica de policultivo – organizada em um sistema de pequenas parcelas e com emprego de mão de obra familiar – foi dando lugar a um setor agrário marcado pela especialização, subordinado ao mercado e demandante de grandes quantidades de capital (LÓPEZ IGLESIAS, 2012). Ou seja, a economia rural galega passou de uma economia de autoconsumo para uma economia mercantilizada. Nesse contexto surgiram as Organizações Agrárias Galegas, como um importante instrumento coletivo para defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores de origem familiar, diante das constantes crises que assolaram o setor agrário (REGIDOR, 2000).

Essas Organizações Coletivas do Campo – entendidas em território galego como Organizações Agrárias – representam e defendem os interesses dos agricultores em todos os ramos da atividade agrária em suas modalidades agrícola, pecuária, aproveitamento florestal e gestão do meio ambiente, com ênfase para um

meio rural vivo e uma agricultura galega mais sustentável. A ASAJA (Associação Agrária de Jovens Agricultores) é uma associação agrária profissional que pertence ao Conselho Europeu dos Jovens Agricultores (CEJA) e também faz parte do Programa Europeu de Intercâmbio de Jovens Agricultores (PEJA). O objetivo da ASAJA é a defesa da agricultura familiar e seu desenvolvimento como uma atividade econômica viável, visando melhorar as condições de acesso dos jovens para o exercício da atividade, a sua formação profissional e defender tanto a nível nacional e internacional, a competitividade do setor agrícola espanhol. A ASAJA (2017) é estruturalmente constituída por uma sede nacional, 15 centros regionais, 40 escritórios provinciais e 810 escritórios locais, bem como um escritório de representação permanente em Bruxelas.

O SLG é uma organização sindical formada por agricultores labregos vinculados à Via Campesina, da Coordenadora Europeia - Via Campesina (CE-VC) e da Coordenadora de Organizações de Agricultores e pecuaristas (COAG). Próximo ao nacionalismo galego, sua sede central está em Santiago de Compostela. Sua origem está nos Comitês de Ajuda à Luta Campesina (*Comitês de Apoyo a la Lucha Campesina*), criados em 1971 por iniciativa da União do Povo Galego, que deram origem as Comissões Labregas. Em nível internacional, o Sindicato Labrego Galego–Comisións Labregas faz parte da Via Campesina (movimento mundial de agricultores) e da Coordenadora Europeia - Via Campesina (SLT, 2017).

### **1.3.3 Limitações da pesquisa**

As limitações da pesquisa residiram no fator tempo e nas especificidades tanto do contexto brasileiro, quanto da realidade galega. Delimitado o universo e os objetivos do estudo no contexto brasileiro, surgiu a possibilidade de ampliar a análise também para a realidade internacional – no caso específico, o contexto espanhol –, o que efetivamente foi concretizado no período de abril a setembro de 2017, quando se realizou o Doutorado Sanduíche junto à Universidade de La Coruña. No entanto, o período de seis meses para a realização da pesquisa impossibilitou um conhecimento mais aprofundado da realidade vivenciada pelos agricultores galegos e de suas atitudes diante das políticas de desenvolvimento rural nas quatro províncias (Corunha, Lugo, Pontevedra e Ourense) que compõem a comunidade autônoma da Galícia.

## 1.4 Estrutura da tese

Além desta parte introdutória, a presente tese está estruturada em artigos, considerando os objetivos e hipóteses do estudo.

**1º artigo) Socialização e Capital Político:** a participação em organizações coletivas em análise.

Este primeiro artigo enfatizou um enquadramento teórico dos conceitos e noções fundamentais extraídos das Ciências Sociais, da Ciência Política e da Sociologia Rural que nortearam a questão da participação política, possibilitando condições necessárias para responder às hipóteses traçadas nesta pesquisa e interpretar os dados primários e secundários extraídos na pesquisa de campo. Foram explanados os conceitos de socialização, participação, capital social e político, práticas cotidianas, ainda que brevemente, buscando entender como as principais perspectivas e modelos teóricos contemporâneos compreendem a participação política, mas também como esse engajamento cívico suscita novas práticas participativas. Esse mapeamento conceitual trouxe à baila elementos teóricos úteis para compreender o capital político adquirido por meio da participação dos agricultores familiares nas Organizações Coletivas do Campo.

**2º artigo) Quando a participação resulta em práticas coletivas de trabalho, comercialização e de vida:** em estudo as organizações coletivas do campo vinculadas aos pequenos agricultores familiares do município de Espera Feliz/Minas Gerais.

No segundo artigo, realizou-se uma caracterização do capital político e do perfil participativo dos agricultores familiares que participaram das Organizações Coletivas do Campo no município de Espera Feliz. Buscou-se, assim, responder ao primeiro objetivo específico e à hipótese central deste estudo, cuja proposta foi identificar as características do capital político dos agricultores, considerando o contexto da agricultura familiar e a formação das organizações coletivas do campo.

**3º artigo) Resistir ou adaptar-se?** Os agricultores da Galícia/Espanha diante da Política Agrícola Comum, no Pós-1992.

Este terceiro artigo teve sua base de análise focada na identificação das estratégias de resistência e/ou adaptação dos agricultores labregos participantes das Organizações Agrárias Profissionais da Galícia face à Política Agrícola Comum (PAC). Para tal análise, consideramos como recorte temporal a primeira reforma da PAC em 1992 até os dias atuais. Nesse sentido, buscou-se responder ao segundo objetivo específico desta pesquisa, bem como testar as hipóteses de que: i) rejeição às cotas produtivas por parte dos agricultores do Sindicato Labrego Galego se constituem na expressão mais clara de resistência à PAC pós-1992; e ii) a PAC, ao contribuir para o empoderamento das agricultoras, contribuiu também para fortalecer práticas de adaptação dos agricultores galegos à PAC pós-1992.

**4º artigo) Os desafios enfrentados pelas Organizações Profissionais de agricultores galegos da Espanha pós PAC de 1992**

No quarto e último artigo, analisamos as redes de sociabilidade estabelecidas pelos agricultores familiares e pelas Organizações Agrárias, em virtude dos processos de agroindustrialização e comercialização da produção ecológica na Galícia/Espanha, na qual procuramos responder ao terceiro objetivo específico desta tese e testar a hipótese complementar de que o capital político que se forja por meio da participação dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo tende a aumentar a sua capacidade de reprodução social na agricultura camponesa, proporcionando-lhe mudanças sociais positivas. Também neste artigo analisamos o mercado como estruturador das relações entre os agricultores ecológicos à luz da teoria da Rede de Ator. Buscamos compreender os mecanismos por meio dos quais determinados padrões de interação conseguem se estabilizar e se reproduzir. Dessa forma, cada artigo buscou relacionar a cada um dos objetivos propostos.

Além dos artigos, a estrutura compreende também uma conclusão que traça a relação entre os resultados obtidos e os objetivos colocados. Averigua-se a validade das hipóteses e sugerem-se novas linhas de investigação e indicativos para novos estudos.

## REFERÊNCIAS

- ADGER, W.; KELLY, P. M. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 4, p. 253-266, 1999.
- ASOCIACIÓN AGRARIA DE JÓVENES AGRICULTORES. ASAJA. 2017. Disponível em: <<http://www.ASAJA.com/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, F.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R.; BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1986.
- BOUHIER, A. **Galicia**: ensaio xeográfico de análise e interpretación dun vello complexo agrário. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2001.
- CABERO DIEGUES, V.; TREJO JIMÉNES, M. C.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, V. Pobreza y exclusión social en el ámbito rural. **Cuaderno Europeo**, v. 8, p. 29-44, 2010.
- COMERFORD, J. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, 2003.
- CTA – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Sistemas de Produção Agroecológicos. **Revista 15 anos**, CTA, 2002.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESPARCIA PÉRES, J.; NOGUERA TUR, J.; PITARCH GARRIFO, M. D. LEADER en España: desarrollo rural, poder, legitimación, aprendizaje y nuevas estructuras. **Doc. Anál. Geogr.**, v. 37, p. 95-113, 2000.

ESPAÑA – Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. PAND - Programa de Acción Nacional contra la Desertificación. Madrid: PAND, 2008.

FERNÁNDEZ LEICEAGA, X.; LÓPEZ IGLESIAS, E. As transformacións socioeconómicas de Galicia. Balance de cinco décadas. **Revista Galega de Cultura Grial.**, v. 200, p. 40-49, 2013.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 999-1020, 2013.

GEERTZ, C. O Impacto do Conceito de Cultura Sobre o Conceito de Homem. In: GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GÓMEZ-LIMÓN, J. A. R.; MOYANO, E. E.; VERA, T. E.; GARRIDO, F. F. E. Actitudes y percepciones sociales sobre la multifuncionalidad agraria: el caso de Andalucía. **Revista de Estudios Regionales**, v. 80, p. 345-356, 2007.

GORTON, M.; DOUARIN, E.; DAVIDOVA, S.; LATRUFFE, L. Attitudes to agricultural policy and farming futures in the context of the 2003 CAP reform: A comparison of farmers in selected established and New Member States. **Journal of Rural Studies**, v. 24, p. 322-336, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014.

HARBERS, I. Democratic deepening in third wave democracies: experiments with participation in Mexico City. **Political Studies**, v. 55, p. 38-58, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico** 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LÓPEZ IGLESIAS, E. A gobernanza e xestión do medio rural galego a comezos do século XXI; reflexións e propostas para o debate. In: **Galícia um mundo rural vivo**. GONZÁLEZ, Román Rodríguez (coord.). EDITA: Universidade Internacional Menéndez Pelayo - Concello de Lalín, p.130-146, 2012.

MARTINS, J. S. **Os agricultores e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Uma Sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os agricultores como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MIRANDA, E. L. **Protagonismo, participação e projetos de vida: movimento dos jovens agroecológicos no município de Araponga - MG**. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, p. 123-136, 2017.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. DOULA, S. M. O olhar dos agricultores familiares do município de Araponga-MG sobre sua organização social e produtiva: uma discussão pautada nas representações sociais. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, p. 7-23, 2016.

MOTTA, M. M. M. Jogos de memória: conflito de terra e amnésia social. **Revista Tempo**, 1998.

MOURA, M. M. **Agricultores**. 2 ed. São Paulo, Ática, 1988.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul. 2008.

PICOLOTTO, E. L. **Novas identidades e novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo na região sul do Brasil**. 2007. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2007.

\_\_\_\_\_. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PLOEG, J.D.V. **Agricultores e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PRETTY, J. N.; et al. **Participatory Learning and Action. A Trainer's Guide**, London: International Institute for Environment and Development, 1995.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

REGIDOR, J. G. El futuro del medio rural en España. **Agricultura y desarrollo económico**, Madrid, Consejo Económico y Social, 2000.

RICCI, R. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá/PR, ano V, n. 54, p. 1-5, nov. 2002.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, C. N. **As políticas de desenvolvimento rural e o turismo no espaço rural: os casos dos municípios de Rosana, Presidente Epitácio (São Paulo, Brasil), Santiago de Compostela e Padrón (Galícia, Espanha)**. 2018. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, São Paulo, SP, 2018.

SILVA, M. C. **Resistir e adaptar-se**. Constrangimentos e estratégias no noroeste de Portugal. Porto: Afrontamento, 1998.

SIMMEL, G. **El individuo y la libertad**. Barcelona: Península, 1986.

SINDICATO LABREGO GALEGO (SLG). 2017. Disponível em: <<http://www.sindicatolabrego.com/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven and London, Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 2002.

THOMPSON, E. P. **Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TELLES, V. da S. **Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1985.

VILLASANTE, T. Los retos de las democracias participativas. En Villasante, T., (Coord.). **La pedagogía de la decisión**. Construyendo ciudadanía/10, 5-30. Madrid: CIMAS, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

## ARTIGO 1

### **SOCIALIZAÇÃO E CAPITAL POLÍTICO: a participação em organizações coletivas em análise**

#### **Resumo**

A participação é normalmente assumida como um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições, uma vez que envolve a capacidade propositiva dos indivíduos em um processo de decisão e de co-responsabilização na construção coletiva das Organizações. Contudo, no que pese o seu caráter analítico, a categoria “participação” é costumeiramente assumida de forma bem genérica e superficial, mesmo no âmbito acadêmico. Desse modo, o presente artigo teve como objetivo apresentar as diferentes concepções teóricas acerca dessa categoria analítica, realizando, para tanto, uma varredura bibliográfica em torno do conceito de participação nas teorias que problematizam a relação indivíduo e sociedade na modernidade. Essa base teórica tem sido utilizada para a análise da experiência de diversos grupos sociais, tais como: sindicatos, cooperativas, associações, movimentos sociais, pastorais, dentre outros. O enquadramento teórico sintetizado rompeu com o conceito tradicional de participação, assumindo a participação dentro de uma perspectiva política, marcada por uma ação consciente e direcionada para interesses em novos espaços de interlocução com o Estado.

**Palavras-chave:** Socialização, participação, capital político, cultura política

## **SOCIALIZATION AND POLITICAL CAPITAL: participation in collective organizations in analysis**

### **Abstract**

The participation is usually assumed as a decisive assumption for the strengthening of institutions, since it would involve the propositional capacity of individuals in a process of decision and co-responsibility in the collective construction of Organizations. However, in spite of its analytical character, the category "participation" is usually assumed very generically and superficially, even in the academic field. In this way, this article aimed to present the different theoretical conceptions about this analytical category, performing for this purpose, a bibliographic scan around the concept of participation in the theories that problematize the individual and society relationship in modernity. This theoretical basis has been used to analyze the experience of various social groups, such as: unions, cooperatives, associations, social movements, pastoral, among others. The theoretical framework synthesized broke with the traditional concept of participation, assuming participation within a political perspective, marked by a conscious action and directed to interests in new spaces of interaction with the State.

**Keywords:** Socialization, participation, political capital, political culture

### **1 INTRODUÇÃO**

Os anos pós-ditadura militar, no Brasil, a categoria “participação” se tornou recorrente no âmbito das políticas públicas alinhadas com as demandas e pressões dos movimentos e organizações sociais. Por vezes, a categoria tem sido compreendida como sinônimo de democracia. No entanto, vale destacar que seja como um fenômeno social ou como um termo recorrente nos discursos das organizações e movimentos sociais, a participação nem sempre vem acompanhada de ações verdadeiramente inclusivas e emancipatórias nos espaços públicos como promete. Por isso, a análise das condições na qual se configuram os processos ditos participativos são importantes para se evitar as armadilhas que o uso indiscriminado dessa categoria pode levar.

Todavia, a participação tem sido indiscriminadamente concebida como um pressuposto decisivo para o fortalecimento das instituições políticas e democráticas, uma vez que se assume que a participação é pré-condição para o desenvolvimento de uma cultura política incluyente e empoderadora do indivíduo no processo decisório (MOTTA, 1982; DEMO, 1996; BROSE, 2004; BORDENAVE, 2013). Diante do cenário de grandes desigualdades sociais, associada a uma crise política vivenciada mundo

afora, vem ocorrendo nos últimos anos uma aproximação da população do universo político. Portanto, um dos grandes desafios da democracia moderna reside na consolidação de um sistema político pautado no desenvolvimento e na socialização de uma cultura política capaz de promover valores e hábitos orientados pela confiança e cooperação. O presente artigo tem um caráter teórico voltado para a síntese interpretativa das categorias “participação” e “capital político”. Para tanto, realizou-se um mapeamento bibliográfico acerca do desenvolvimento teórico do conceito de participação nas teorias liberais que problematizam a relação entre indivíduo e sociedade na modernidade.

## **2 MARCO TEÓRICO**

### **2.1 A socialização primária e secundária como qualificadoras do tipo de participação**

A fundamentação teórica que embasa este estudo se volta para a análise da concepção da participação política em organizações coletivas, estando direcionada para subsidiar a observação de como a cultura política, que se constitui através da participação em instituições coletivas, se alimenta do ambiente de socialização no mundo da vida como, também, nele repercute, como uma via de mão dupla. Assim, o conceito de socialização primária e secundária torna-se central para a compreensão do processo de construção do capital político e do tipo de participação construída pelos indivíduos nas organizações coletivas de que participa. Observa-se, no campo acadêmico, uma pluralidade de abordagens que versam sobre o processo de socialização dos indivíduos.

Berger e Luckman (1985, p. 39) definem a socialização como “[...] um processo contínuo de introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade”. Define-se, assim, a socialização primária como a primeira socialização. Aquela em que o indivíduo experimenta durante a sua infância, tornando-se membro da sociedade. Já a socialização secundária, caracteriza-se como um processo subsequente, no qual o indivíduo é integrado em novos setores do mundo objetivo. O papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de participação política nos aponta para o fato de que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. Ou seja, é durante a socialização primária que ocorre a

interiorização da linguagem, das regras básicas da sociedade, da moral e dos modelos comportamentais do grupo ao qual o indivíduo pertence.

Embora os ambientes familiares e escolares contribuam para a compreensão da diferença das atitudes de engajamento político dos indivíduos, isso pouco esclarece acerca da forma como se estabelece a participação deles nos espaços de mobilização das organizações coletivas. A socialização é um processo de “construção social” do indivíduo, na medida em que passam a interiorizar os modos de pensar e de agir do grupo do qual faz parte. Para Giddens (1984, p. 293) a socialização se constitui em um processo de construção social dos agentes, que se estabelece na “[...] estruturação de eventos no tempo e no espaço, mediante a interação contínua de agência e estrutura, a interconexão da natureza mundana da vida diária com as formas institucionais”. Nesse contexto, tanto a estrutura social quanto as normas sociais podem facilitar ou restringir a ação dos indivíduos em sociedade.

Segundo Bourdieu (1980), as práticas sociais são realizadas pelos indivíduos tanto em seu tempo “histórico”, quanto em seu sentido mais restrito, ou seja, o chamado tempo “cotidiano”. Segundo o autor, o *habitus* dos agentes sociais circunscreve em um sistema de disposições (modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar) que os levam a agir de determinada forma em uma dada situação. Assim, Bourdieu (1980) e Giddens (1984) defendem a ideia de estreitas relações entre a ação e as estruturas sociais. No pensamento bourdieusiano, o desenvolvimento de um “sistema de disposições” (*habitus*) – associado à trajetória no espaço social – permite compreender as várias dimensões que interferem na sociabilidade do indivíduo, considerando que tais “sistemas de disposições” envolvem aspectos de ordem individual (vivências, práticas cotidianas, conhecimentos adquiridos, construção identitária, entre outros), bem como fatores vinculados às condições sociais e culturais em que vive o indivíduo e a sua família (relações e interações na família, na comunidade, com seus pares, entre outros), além de fatores implicados nas relações de gênero e de geração. Ao se aprofundar o debate sobre o *habitus*, a intenção é apreender as práticas cotidianas dos indivíduos que participam de organizações coletivas, considerando as estruturas econômicas, sociais e simbólicas estruturantes e estruturadoras do seu modo de vida. É nessa cotidianidade<sup>5</sup> que os

---

<sup>5</sup> Entendida a partir do pensamento de José de Souza Martins (2014), para quem “[...] o cotidiano não tem sentido dissociado do processo histórico que o reproduz” (p.89).

agricultores familiares conformam as suas práticas sociais mais localizadas, traçadas no ambiente do trabalho, da vida familiar e comunitária.

## **2.2 A relação entre capital político e participação**

O aporte da “teoria dos campos sociais”, também de Bourdieu (1980; 1986), traz como argumento central a perspectiva relacional para entender a realidade. A utilização do modo relacional para se pensar o espaço social permite analisar o tipo de capital e a posição de cada ator em relação a outro dentro do campo, assim como as estratégias que utilizam para conservar ou transformar esse campo. Segundo o autor, o campo só existe porque são os agentes que criam o espaço, por meio de relações objetivas e das suas disposições. A medida que define o que eles podem e o que não podem fazer é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes. Esse campo manifesta uma estrutura desigual de poder, no qual se posicionam, então, dominados e dominantes, estabelecendo relações de forças diferentes, mediante os tipos de capital que possuem.

Logo, as estratégias e mecanismos utilizados pelos agentes envolvidos dependem da situação que ocupam na estrutura do campo e na apropriação do seu capital específico. Esses princípios são invariantes e dependentes entre si, pois não se pode compreender campo sem entender as posições dos atores e não se pode compreender as posições dos atores sem explicar a forma como os diferentes tipos de capitais estão distribuídos entre eles. De acordo com a classe, os capitais podem ser econômico, social e cultural. Dentre eles, cabe destaque também o capital político, conceito chave neste estudo, que tem como fundamento teórico as discussões e os argumentos apresentados por Bourdieu (1986), especialmente sobre campo.

Para o autor, o campo organiza-se por patamares, portanto, se as perspectivas são de alcançar os patamares mais elevados, é necessário ter capital e ampliá-lo. Essa dinâmica pressupõe, além do poder efetivo dos atores, a sua visibilidade e aceitação no campo político. Desse modo, os diferentes sujeitos disputam o acesso às posições dominantes no interior do campo, por meio da valorização de seus atributos em detrimento dos atributos de seus concorrentes. Para tanto, o capital político, para Bourdieu (1980), indica o reconhecimento social que legitima alguns indivíduos, mais do que outros, serem aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente, ou seja, representa uma forma de capital simbólico.

O capital político também favorece o desenvolvimento de uma análise a respeito das práticas e ações desempenhadas pelos atores sociais dentro do campo político das organizações coletivas. Tal relação pressupõe uma reciprocidade entre os participantes, seja pela identidade ideológica, seja pela afetividade ou pela relação de confiança. De acordo com a teoria bourdieusiana, pode-se dizer que o capital político construído por meio da participação dos pequenos agricultores nas organizações coletivas do campo pode repercutir em práticas reflexivas sobre o seu cotidiano de vida e de trabalho no campo da agricultura familiar. O capital político, segundo Bourdieu (1980), subdivide em duas espécies: o pessoal e o delegado.

O capital político pessoal é baseado na ideia de ser “conhecido e reconhecido”, implicando na posse de notoriedade e popularidade. O capital político pessoal é resultado de um lento e contínuo processo de aprendizagem e acumulação de experiência, que pode se dar como ocorre com os indivíduos que participam em organizações coletivas. Já o capital delegado diz respeito a um capital detido e controlado pelas instituições, que se constitui por meio de um campo de disputa.

Como visto por Joignant (2012), nos espaços institucionais, o “capital político pessoal” e o “capital político delegado” se retroalimentam constantemente. O autor ainda chama a atenção para duas formas diferentes de acumulação de capital político: a acumulação primitiva e o acúmulo estratégico. Na primeira, o capital político é coletado durante a socialização primária, na família e na escola, enquanto a segunda constitui-se uma vez que ele entra na arena política e vai acumulando experiências ao longo do caminho de forma estratégica.

Joignant (2012) argumenta que essas duas formas de acumulação são complementadas por outros tipos de capital que podem ser adquiridos fora da política e que, a qualquer momento, podem ser reconvertidos para entrar ou permanecer na política. Nesse contexto, a construção do pensamento político durante toda a nossa vida tem uma bagagem formada por bens pessoais, ou seja, atributos e qualidades que se entrelaçam com os aspectos institucionais do sistema político, formando o que Joignant (2015) denomina de “depósito de capital político”, ou seja, um conjunto diversificado de recursos que se originam dentro e fora da arena política e são reconhecidos e legitimados de acordo com os termos de Bourdieu (1986), constituindo uma cultura política.

Seguindo essa linha de pensamento, deduz-se que a formação de uma cultura política de participação passa pela caracterização dos diferentes contextos histórico-

culturais que os indivíduos estão inseridos. A cultura política e a formação da cidadania também são enfatizadas por Demo (1996, p. 73), ao apontar que “[...] não é o Estado que emancipa a comunidade, é a comunidade que se emancipando, faz do Estado instrumento de sua emancipação”. Portanto, de acordo com o autor, os cidadãos que convivem diariamente com as questões políticas passam a ampliar seus espaços democráticos.

### 2.3 Participação como categoria de análise e formação de uma cultura política

O conceito de “participação” é um campo em disputa, dado que “[...] la participación parece haberse convertido en una moda (...) en el terreno de la sociedad civil, de la educación, de las esferas gubernamentales y en los organismos internacionales, la participación se há convertido en un componente obligado”<sup>6</sup> (VILLASANTE, 2010, p. 56).

Desde o estudo seminal de Milbrath (1965) nota-se uma profusão de conceitos de participação diretamente articulados ao contexto em que os próprios atos de participação operam. Se na década de 1960 a definição se estruturava, sobretudo, em função das modalidades eleitorais, os novos repertórios que fazem parte da ação coletiva durante as décadas de 1980 e 90 exigem um esforço maior de redefinição do conceito. A tradição de pesquisas que se inicia com os estudos de Milbrath (1965) definia a participação como o conjunto de atividades relacionadas apenas ao momento eleitoral.

Segundo Freitas (1991) a origem do termo “participação” remonta à língua latina, vindo do substantivo *particeps*, que quer dizer “aquele que tem uma parte”. De forma similar, o Banco Mundial (1995, p. 2) entende que “[...] participation is a process through which stakeholders influence and share control over development initiatives and the decisions and resources which affect them”<sup>7</sup>. Na perspectiva de Bordenave (2013), a participação não tem somente uma função instrumental na direção do desenvolvimento do povo e do governo. Também exerce uma função educativa muito importante, que consiste em preparar o povo para assumir o governo como algo

---

<sup>6</sup> Tradução livre: A participação parece ter se convertido em uma moda, no terreno da sociedade civil, da educação, nas esferas governamentais e nos organismos internacionais a participação se tornou um componente obrigatório.

<sup>7</sup> Tradução livre: A participação. é um processo através do qual existe influência e controle compartilhado das partes interessadas nas iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afetam.

próprio de sua soberania, tal como aponta a constituição. Segundo o autor, a participação em seu sentido mais completo assume como pressuposto que o cidadão que participa torna-se parte do processo e interfere nas decisões de forma reflexiva, crítica e consciente. A ideia de participação, na sua concepção, significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Sette, Sette e Souza (2005, p. 6) afirmam que “[...] as pessoas só participam daquilo que lhes interessa e daquilo que elas se sentem motivadas a participar”. Como lembra Bourdieu (1999), a probabilidade de existência de um grupo social é tanto maior quanto menor for a distância social que os mantêm unidos. Assume-se, assim, que a probabilidade de participação é tanto mais efetiva, quanto maior for o grau de proximidade entre os indivíduos. Em decorrência desses pressupostos teóricos, entende-se que as práticas cotidianas imersas no mundo do trabalho e da vida dos indivíduos devem influenciar positivamente no “grau” e no “tipo” de participação que estabelecem nas organizações coletivas de que fazem parte.

### **2.3.1 As tipologias de participação**

Os avanços conceituais refinaram a compreensão das diferentes “intensidades” ou “níveis” de participação propiciados aos participantes em uma determinada organização. Pelo fato da participação ser um conceito amplo, vários autores têm se empenhado em apresentar tipologias – a exemplo de Pretty et al. (1995), White (1996), Harbers (2007), Villasante (2010) e Bordenave (2013) – para entender as diferentes formas de participação e sua aplicabilidade em diferentes aspectos da vida social e cotidiana. Essas tipologias expressam – para além da multidimensionalidade do conceito – uma tentativa de oferecer ferramentas analíticas para análise da diferenciação dos graus e dos tipos de participação.

A partir do embasamento teórico sobre a participação, buscou-se estabelecer uma síntese das abordagens relacionadas a ela encontradas na literatura, que se apresentam voltadas para a análise das práticas desenvolvidas pelos indivíduos que participam de Organizações Coletivas. Foram utilizadas, para tanto, as tipologias que consideram os graus de participação dos indivíduos nos ambientes de socialização das organizações. Tendo em vista a relevância e o reconhecimento das tipologias de

participação propostas por Pretty et al. (1995) e White (1996), realizamos, junto aos estudiosos do tema, uma síntese dessas duas tipologias quanto ao grau de participação dos cidadãos. Embora haja similaridade entre as tipologias destes autores, cada uma delas tem um foco específico e particularidades que podem auxiliar na diferenciação dos níveis de participação dos cidadãos na prática participativa e, conseqüentemente, na apropriação do capital político, como mostra o Quadro 1:

| <b>Graus de participação segundo Pretty et al. (1995)</b>   | <b>Graus de participação segundo White (1996)</b>   |
|---|---|
| <i>Participação passiva</i> - forma mais fraca da participação. O cidadão recebe a informação da decisão tomada.  | <i>Participação nominal</i> - busca legitimar a ação do estado, promovendo a inclusão dos participantes   |
| <i>Participação manipulativa</i> - o cidadão está representado por um membro da sociedade indicado pelo estado, mas sem poder de veto.                                | <i>Participação instrumental</i> - busca a eficiência, compartilha custos e trabalho com a comunidade, priorizando a relação custo/benefício                      |
| <i>Participação por consulta</i> - os cidadãos são consultados, mas não têm voz.  | <i>Participação representativa</i> - procura o equilíbrio entre estado e cidadão que define o destino da comunidade, evitando a dependência do cidadão ao estado, |
| <i>Participação por incentivos materiais</i> - o cidadão participa porque lhe são oferecidos incentivos materiais. Ao terminar o incentivo, cessa a participação.     | <i>Participação transformativa</i> - baseia na noção de empoderamento/ <i>empowerment</i> da comunidade, que age continuamente com base nas suas decisões.        |
| <i>Participação funcional</i> - a participação do cidadão é direcionada para diminuir custos. Formam grupos para alcançar objetivos predeterminados.                  |   |
| <i>Participação interativa</i> - o cidadão passa a ter responsabilidade sobre as decisões que são tomadas e têm um interesse na manutenção de estruturas ou práticas. |   |
| <i>Automobilização</i> - o cidadão toma iniciativas de participar, independentemente de ser ou não solicitado ou convocado.   |   |

**Quadro 1** - Tipologias de participação dos cidadãos na tomada de decisão  
Fonte: Adaptado de Pretty et al. (1995) e White (1996).

A tipologia proposta por Pretty et al. (1995) baseia-se nos vários graus de controle que os participantes exercem ou não sobre o processo de tomada de decisão. Para Pretty et al. (1995), a participação pode ser exercida de duas maneiras: a passiva e a ativa. Na participação passiva, por manipulação e por consulta, não se verifica uma influência significativa dos participantes nas decisões a serem tomadas. Por seu turno, as participações por incentivos materiais, funcional, interativa e automobilização podem ser consideradas como graus de participação ativa, uma vez que os participantes influenciam de forma significativa nas ações dos grupos. Dessa forma, a tipologia elaborada por Pretty et al. (1995) leva em consideração a participação baseada nos vários graus de controle que os participantes exercem ou não sobre o processo de tomada de decisão, o que muito esclarece sobre a posição ocupada pelos participantes em uma organização.

Seguindo uma orientação mais operacional das tipologias de participação, a tipologia desenvolvida por White (1996), no campo da Sociologia do Desenvolvimento, permite que se verifique como se faz uso da participação e os conflitos que se desenvolvem em torno dela. A tipologia dessa autora, assim como a de Pretty et al. (1995), segue um caráter normativo. A par dessa orientação, a participação transformativa defendida por White (1996) parece supor que o estado não é mais necessário, uma vez que se pauta no empoderamento da comunidade, que age continuamente com base nas suas decisões.

Ao traçar um paralelo entre as tipologias de participação de Pretty et al. (1995) e White (1996), verificamos que a participação passiva e por consulta de Pretty et al. (1995) se assemelha à participação nominal de White (1996), pois ambas não têm poder sobre o processo de tomada de decisão. Também, a participação interativa de Pretty et al. (1995) tem proximidade com a participação representativa de White (1996) e a automobilização de Pretty et al. (1995) se assemelha à participação transformativa de White (1996). Ambas se identificam com o poder do cidadão sobre o estado.

No entanto, guardadas as suas devidas semelhanças, Caporal (1999), ao resgatar os trabalhos de Pretty et al. (1995), alerta-nos de que existem vários tipos de participação e que alguns podem ser usados para reforçar processos de dominação, enquanto outros podem promover a emancipação dos sujeitos participantes. Com base no exposto, pode-se inferir que existe um gradiente relacionado à qualidade da

participação, que vai desde a participação passiva ou manipulada até a participação ativa, interativa e de automobilização das pessoas. Desse modo, acreditamos ser no âmbito dos processos de mobilização e organização social, bem como a construção de uma cultura de participação ativa dos sujeitos, que as tipologias de participação encontram um campo fértil para seu desenvolvimento.

Comungando dessa perspectiva, Bordenave (2013) apresenta sua tipologia de participação composta por sete níveis: informação; consulta facultativa; consulta obrigatória; elaboração; cogestão; delegação; e autogestão, como mostra o Quadro 2:

| <b>Graus de participação</b> | <b>Características</b>   |
|------------------------------|--|
| Informação                   | Os dirigentes da organização informam os seus membros sobre as decisões já tomadas.  |
| Consulta facultativa         | Os dirigentes podem e quando quiser consultar os subordinados para apresentarem sugestões ou críticas  |
| Consulta obrigatória         | Os subordinados devem ser consultados em certas ocasiões embora a decisão final seja tomada pelos dirigentes.  |
| Elaboração/recomendação      | Os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que os dirigentes podem aceitar ou rejeitar, mas sempre se obrigando a justificar a sua posição.   |
| Cogestão                     | Os dirigentes influenciam diretamente na eleição de planos de ação e na tomada de decisões.  |
| Delegação                    | A administração define certos limites dentro dos quais os dirigentes têm o poder de decisão, implicando certa autoridade para os subordinados tomarem decisões sem necessidade de consultar seus superiores. |
| Autogestão                   | O grupo determina os seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa.  |

**Quadro 2** - Tipologia quanto ao grau de participação e suas características

Fonte: Adaptado de Bordenave (2013).

A tipologia de participação proposta por Bordenave (2013) considera a escala do menor ao maior acesso ao controle das decisões pelos participantes em uma organização. Conforme o pensamento de Bordenave (2013), existem níveis de participação e o primeiro deles se dá pelo acesso à informação, sem a qual não pode haver interesse em participar. É nesse contexto que as Organizações Coletivas do Campo são trazidas à presente discussão, por compartilhar espaços e meios de divulgação de informações, ideias e debates de interesse popular, de participação e desenvolvimento social. Um dos destaques da tipologia de participação elaborada por

Bordenave (2013) é a importância que ele atribui à “participação intragrupal” nas Organizações, uma vez que essa participação demanda uma maior interação entre os indivíduos, diferentemente do que prioriza as tipologias de Pretty (1995) e White (1996), cuja ênfase está no controle do cidadão pelo Estado.

Outro aspecto destacado por Bordenave (2013) se refere à função educativa da participação, como algo que se aprende e se aperfeiçoa, sendo facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação e acesso a informações democratizadas. Assim, na ótica desse mesmo autor, a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder, pois, quando se promove a participação, deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas antes passivas e conformistas em ativas e críticas. Dessa forma, a tipologia elaborada por Bordenave (2013) tem sua maior ênfase na participação enquanto um instrumento de fortalecimento e mudança social nos grupos e organizações, ampliando-se para as instâncias decisórias e deliberativas.

No entanto, Harbers (2007) também observa a emergência ou fortalecimento de formas menos óbvias de participação política, como por exemplo, as ações de empoderamento, empreendidas por uma série de movimentos e organizações sociais, que, muitas vezes, partem da discussão das condições de vida da população a quem se dirigem, buscando evoluir para o fortalecimento comunitário.

Embora qualquer uma dessas formas de participação seja passível de ser assumida pela pessoa de forma individual, parece ser na atuação coletiva organizada que a participação se manifesta, prioritariamente. Ou seja, é particularmente a partir de organizações da sociedade civil que a participação política encontra maior força expansiva. Assim, em nosso estudo, consideramos dois pontos específicos de análise: a apropriação do capital político pela força das interações entre os indivíduos participantes; e o seu potencial politicamente transformador nos espaços participativos.

Na era moderna, a incursão do indivíduo no processo político tem se dado particularmente pelo fortalecimento de entidades comunitárias, associações de moradores, organizações não-governamentais e organizações sociais de várias naturezas (TEIXEIRA, 2002). Dessa forma, as organizações coletivas do campo também têm importância significativa no que diz respeito ao tipo e nível de participação dos envolvidos, potencializando o engajamento político desses sujeitos.

Contudo, o processo participativo demanda ações conscientes por parte do indivíduo, que permitem a eles construir um aparato de reconhecimento de seus direitos. Thompson (1998) exemplifica a participação dos agricultores, já no século XIX, na Inglaterra, por meio das normas e costumes comuns que eles constituíam tanto para o uso dos espaços naturais, como para reger as condutas adequadas à vida do grupo. Tais normas eram legitimadas pelo costume e tinham força de lei em nível local. Quando do cercamento das áreas utilizadas em comum por esses agricultores, surgiram conflitos e demandas pelo fato de eles considerarem aquele ato um desrespeito aos costumes. Esse caso, referente à Inglaterra pré-capitalista, serve apenas para mostrar que, quando um processo é construído e experimentado coletivamente, torna-se um costume e, de certa forma, ganha legitimidade local.

Das abordagens teóricas sobre participação política, merece destaque a de Villasante (2010), que apresenta uma tipologia ampla sobre os processos participativos. O autor alerta que “[...] toda clasificación o tipología corre el riesgo de simplificar y/o encasillar. Por ello, lo que presentamos [...] no necesariamente se da de forma ‘pura’, claramente diferenciada o ‘escalonada’, pues cada circunstancia generará modalidades propias”<sup>8</sup> (VILLASANTE 2010, p. 58). Sua tipologia é composta por nove classificações, sintetizadas no Quadro 3.

---

<sup>8</sup> Tradução livre: Qualquer classificação ou tipologia corre o risco de simplificações. Por isso, o que apresentamos não é necessariamente uma forma “pura”, claramente diferenciada ou escalonada, pois cada circunstância irá gerar modalidades próprias.

| <b>Tipo de participação</b>   | <b>Descrição</b>  | <b>Âmbito</b>        |
|-------------------------------|---|----------------------|
| Individual ou Familiar        | Refere-se ao cumprimento de obrigações dos cidadãos com os governos   | Reativa              |
| Social                        | Reivindicações coletivas, quase sempre de carácter conjuntural  | Reativa              |
| Social organizada             | Similar ao tipo anterior. Difere-se no sentido de que as reivindicações são de cunho estrutural e não conjuntural   | Pró-ativa            |
| Comunitária                   | Tem como principal característica o vínculo territorial (bairro, região, etc.). Abarca os interesses de um grupo de pessoas de um mesmo local.                  | Reativa ou Pró-ativa |
| Institucional                 | É gerada “externamente” à sociedade. Tem origem no Governo, por meio de consultas, convocações etc., para debater um dado tema                                  | Reativa              |
| Organizada da sociedade civil | Refere-se às ONGs e sua diversidade de atuação: ambientalista, questões de gênero, étnicas, direitos humanos, etc.  | Reativa              |
| Cívica ou cidadã              | Nasce e atua no campo do “público” e do “político” em sentido amplo (não restrito ao partidário). Reclama uma cidadania crítica no campo das políticas públicas | Pró-ativa            |
| Política                      | Refere-se à atuação e à incidência diretamente no campo “político”  | Pró-ativa            |

**Quadro 3** - Tipologia quanto ao grau de participação política  
 Fonte: Elaborado com base em Villasante (2010).

Para Villasante (2010), a participação pode ser vislumbrada por seus impulsos, sendo, nesse sentido, reativa (uma reação a alguma ação, que irá provocar o movimento participativo como uma resposta, algo mais conjuntural) ou pró-ativa (um processo de participação impulsionado de modo mais amplo, focado em horizontes mais estruturais).

Por fim, é importante destacar que, em termos da amplitude do fenômeno da participação, as perspectivas teóricas apresentadas denotam dois enfoques: o micropolítico, com atenção voltada ao ator individual e às condições pessoais ou de ambiente que favorecem ou dificultam a participação; e o macropolítico, voltado para a dinâmica política global e a estrutura política que concorrem para delimitar potencialidades e limites da participação. Essas polaridades estão presentes na discussão teórica e nas experiências de participação, com maior ou menor intensidade. Não se trata, portanto, de valorizar uma ou outra, mas de considerá-las quanto à possibilidade de fortalecer e aprofundar um debate democrático.

As tipologias de participação elaboradas por Villasante (2010) e Bordenave (2013) vão ao encontro desse propósito por operacionalizarem o conceito de participação em termos de intensidade, bem como identificar as práticas participativas no interior das organizações e sua relação com a formação de diferentes tipos de capitais.

#### **2.4 A relação do capital social com a participação**

As novas formas de participação política foram estabelecidas pela literatura da cultura política pelos estudiosos Gabriel Almond e Sidney Verba (1989), na década de 1960. Por meio de um estudo pioneiro em cinco países, esses autores sustentaram a tese de que o engajamento em associações voluntárias induziria a atividade política dos membros. Mas, foi a partir dos estudos sobre o tema do capital social que houve a incorporação de novos elementos para a compreensão da lógica da participação política nas democracias modernas.

A participação política é um dos pilares para a efetivação de uma democracia em que os cidadãos se sintam responsáveis pelas tomadas de decisões públicas, passando a se reunir em grupos e comunidades a fim de decidir e debater uma participação efetiva nas decisões do governo. Essa argumentação leva a crer que, quanto maior a participação do cidadão na cultura política e nos seus debates, maior será a efetivação da democracia. Ocorre, porém, que participar é também sinônimo de conflito, pois as pessoas não estão dispostas a renunciar a seus direitos em prol dos outros, surgindo o conflito de ideias, de ideologias, de oposição partidária.

Ao resgatar o histórico de participação popular no Brasil, Eder Sader (1998) mostra que, durante a década de 1970 – período marcado pela ditadura –, a

participação social no Brasil estava subjugada à lógica do capital e da dominação pela ação do estado repressor. No entanto, no fim da década de 1970, presenciava-se um novo cenário de participação social por parte dos movimentos populares, que passaram a ter como principais características uma marca de autonomia e contestação. Nesse contexto, esses movimentos já não eram mais os mesmos do início da década de 1970, marcando, assim, uma nova configuração de classe popular. Nesse momento, ressalta-se a importância da Igreja Católica na vida política do país e sua influência na sociedade, seja pelo viés mais conservador – próximo ao Estado –, ou pelo viés mais progressista, na luta em favor das classes populares, motivada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

Nesse contexto, como aponta Grybowsky (1994), surgiram os movimentos agricultores no Brasil, que tiveram grande proeminência na década de 1950, com as Ligas Camponesas, notadamente no Nordeste. Caíram na clandestinidade nas décadas de 1960 e 1970. Na década de 1980, voltaram a se manifestar, com o apoio da Igreja Católica e de partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Fica evidente que as novas formas de participação e a visibilidade política, por meio de grupos não convencionais, como no caso das Organizações Coletivas do Campo, já estão se tornando parte da realidade contemporânea brasileira, com um crescimento gradual e constante, como assinala Baquero (2004).

Essas novas formas de participação visam uma economia do capital social. Portanto, dentro desse processo, a sinergia entre sociedade e Estado é algo fundamental. Para Peruzzo (1998), a participação surge no Brasil a partir da década de 1980, no contexto de abertura política, com várias promessas de participação nos mecanismos decisórios, principalmente na política, órgãos públicos e organizações sem fins lucrativos, chegando o termo a tornar-se um modismo. No entanto, a efetivação desses mecanismos de participação política foi ampliada com a Constituição Federal de 1988, quando regulamentou direitos sociais e instituiu mecanismos de participação social, possibilitando uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil para o aprofundamento democrático.

Assim, a participação política passou a ser um instrumento de controle social e político do Estado pela sociedade, possibilitando que os cidadãos definissem critérios e parâmetros para orientar a ação pública. Para Teixeira (2002), essa participação incluiria desde o comparecimento em reuniões de partidos políticos, comícios, grupos

de difusão de informações até o inscrever-se em organizações comunitárias, associações culturais, recreativas, religiosas, ou ainda, realizar protestos, marchas.

Lamounier e Souza (1991) argumentam que a cultura política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que se tornam atuantes ao longo do tempo, pois "[...] a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais" (p. 311). Nesse sentido, destaca-se que a cultura política ocupa um lugar central no cotidiano dos indivíduos, sendo capaz de regular a transmissão de valores políticos garantindo a legitimidade e o funcionamento das instituições políticas. Ao examinar a relação entre democracia, cultura política e capital social no Brasil, Barquero (2003) identificou a configuração de um tipo de cultura política, de caráter híbrido, que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições políticas.

Portanto, a forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada com a maneira como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade. Segundo Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), as organizações e movimentos sociais são protagonistas decisivos dos processos participativos, tanto na tomada de decisões, quanto no uso dos recursos públicos. Diante do exposto, pode-se afirmar que, ao participar de diferentes atividades desenvolvidas por Organizações Coletivas do Campo, os indivíduos passam por mudanças nas suas relações sociais, permitindo o desenvolvimento de práticas e novos códigos culturais que promovam a formação do capital social ou sua conversão em capital político, por meio de um posicionamento crítico e reflexivo acerca da ordem vigente, modificando sua posição dentro do campo político.

## **2.5 Conversão do capital social em capital político**

Segundo o pensamento bourdieusiano (1980, p. 2), o capital social pode ser definido como “[...] o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”. Embora sua definição possa ser aplicada em muitas áreas, sob os mais diversos prismas, seu estudo está direcionado para a utilização em ações coletivas. Dessa forma, o autor enxerga a possibilidade da

conversão do capital social em outros tipos de capitais, em função do capital social ser moldado conforme as interações sociais, acompanhando as mudanças nas trajetórias dos agentes. É dentro desse contexto relacional que se amplia a perspectiva sobre o capital social como uma variável qualitativa, capaz de recrutar atributos como confiança mútua, espírito participativo, cooperação e fortalecer o capital político dos envolvidos em um grupo ou organização. Bourdieu (1999), Coleman (1990) e Putnam (1993; 2000) foram os primeiros a difundirem o conceito de capital social, vinculando-o a atributos como a confiança e a coesão social.

Segundo Putnam (2000), quanto mais economia de capital social a comunidade tiver, maior será o alcance do bem-estar social. Contudo, ao se abordar a relação da “participação política” e do “capital social”, pode-se colocar a seguinte indagação: o “capital social” inclui a “participação política” ou o “capital social” favorece a “participação política”? Para Putnam (1993; 2000), o conceito de “capital social” aponta para a construção de relações sociais e de formas de sociabilidade resultantes dos interesses pessoais e coletivos. Portanto, deduz-se que a existência do “capital social” pode se constituir em um indicador do capital político, das relações de confiança e da existência de objetivos comuns presentes nos processos de organização e mobilização social coordenados pelas organizações coletivas.

Ao tratar do capital social, Putnam (2002) dá ênfase às redes e relações sociais do tipo horizontal, dos cidadãos entre si, mas com uma clara vinculação com o tema da participação política por meio das categorias de comunidade cívica e compromisso cívico. Para esse mesmo autor, a comunidade cívica se caracteriza por fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, na forma de intensa participação, mecanismos de igualdade política, sentimento de solidariedade, de confiança, de tolerância e densas redes de associações. Já o compromisso cívico se expressa no empenho dos cidadãos em prol de bens públicos.

Outra definição de capital social, seguindo uma perspectiva mais focada no componente institucional, é desenvolvida por North (1993). Em seu estudo, é enfatizado o ambiente político e social. Por isso, considera que essas duas conjunturas moldariam a estrutura social, dinamizando o desenvolvimento das normas. Seguindo uma percepção mais abrangente, o autor segue no entendimento de que o capital social foge de uma percepção basicamente local, pois estão considerando todas as instituições de abrangência política.

Ao analisar a erosão do capital social nos Estados Unidos como uma evidência da sua tese, Putnam (2002) constatou uma diminuição da participação política e sugeriu que tal participação se encontrava dentro do conceito de capital social. Dando um enfoque mais prático e de acordo a revisão bibliográfica realizada para a elaboração deste estudo, verificamos a existência de pesquisas em diversos cenários, relacionadas à medição do capital social.

Um exemplo de estudos dessa natureza foi desenvolvido por Jicha et al. (2011), em seu artigo “Individual Participation in Collective Action in the Context of a Caribbean Island State: Testing the Effects of Multiple Dimensions of Social Capital”. Com base na teoria do capital de Putnam (1993; 2000), os autores analisaram a relação entre as múltiplas dimensões do capital social e a participação individual na ação coletiva dos moradores residentes em uma ilha caribenha devastada por furações durante o verão de 2006. O objetivo da pesquisa de Jicha et al. (2011) foi testar, teórica e empiricamente, o capital social como um indicador da participação individual em eventos formais e informais. Dessa forma, investigou-se como cada dimensão do capital social (redes sociais, confiança e as normas de reciprocidade) afetava a participação individual dos moradores da ilha em suas ações coletivas.

Ao estimar os efeitos das redes de reciprocidade e confiança, bem como o efeito de reciprocidade na confiança, os resultados apontaram que as redes sociais tiveram um efeito positivo na reciprocidade. Ou seja, para cada aumento na unidade de filiação associativa, o modelo indicou um aumento unitário correspondente da reciprocidade. Essa descoberta apontou que as pessoas que são membros de organizações mais formais estão mais propensas a desenvolver um intercâmbio de cooperação entre os membros da comunidade. Os resultados deste estudo trazem evidências de que a importância da participação em organizações comunitárias pode ser o principal indicador da ação coletiva, como aconteceu na ilha de Carriacou. Assim, nas comunidades em que os recursos são limitados, as redes são o mais forte indicador de capital social, mostrando que onde os laços são mais fortes, as pessoas estão mais conectadas e propensas a desenvolver uma provável ação coletiva.

Esses achados reforçam a tese de Narotzky (2002, p. 26), de que a noção de capital social, sustentado na reciprocidade e moralidade de certos grupos, em que “[...] la confianza y la motivación para la acción económica, parecen descansar sobre las relaciones sociales duraderas y continuas, basadas en lazos emocionales como el parentesco o la comunidad”. A teorização de Narotzky (2002) parece nos indicar que

as comunidades com maiores laços de reciprocidade seriam capazes de resolver seus problemas quando mobilizadas. Portanto, evidenciar esses elementos é considerar a existência de um capital social que compõe o substrato das organizações. Partindo dessa premissa, acreditamos em uma sociedade cooperativa não apenas como produto de um capital social acumulado ao longo da história, como destaca Putnam (2000), mas também como uma experiência e construção de um capital social comunitário, em que o conhecimento mútuo e as relações sociais e de vizinhança reforçam os vínculos de confiança e solidariedade no alcance dos seus objetivos (PRESNO, 2001).

Nessa mesma linha de compreensão, destaca-se outro estudo relacionado à medição do capital social, desenvolvido por Onyx e Bullen (2000). Esses autores estudaram cinco comunidades australianas (duas comunidades rurais, duas áreas metropolitanas e uma área dentro da cidade de Sydney) com o objetivo de discutir o conceito de capital social, identificar suas dimensões e vincular a mensuração de elementos como participação em redes, reciprocidade, confiança, normas sociais, comunidades e agências sociais. Por meio dessa pesquisa, Onyx e Bullen (2000) constataram que, das cinco comunidades australianas pesquisadas, as duas comunidades localizadas na área rural apresentaram um maior índice de capital social que as demais e que os níveis de sentimento de segurança e confiança também se apresentaram em números mais elevados nessas duas comunidades. Os autores relacionaram os resultados com o conceito de Coleman (1988). Para ele, o capital social é maior em comunidades pequenas e, portanto, mais fechadas.

Contudo, esses estudos trazem elementos importantes que podem ser transportados para análise do capital político, pois nos permite verificar os fatores vinculados a esse tipo de capital e nos possibilita fazer uma correlação do capital social com a participação política. Isso porque, de forma geral, a literatura corrente no campo da Ciência Política trata a participação política como uma das formas de capital social. Assim, a ideia de que o capital social induz a participação política é amplamente aceita.

Ancorando-se nas ideias de Bourdieu (1986), Coleman (1988) e Putnam (2002), acreditamos que o vínculo existente entre capital social e participação política nas Organizações Coletivas do Campo depende, em grande medida, do estímulo à essa participação, na qual envolve aspectos referentes aos interesses, informação e formação política, onde a participação em organizações tende a propiciar aos seus

integrantes um melhor acesso à linguagem e aos mecanismos do mundo político. Seguindo essa mesma linha de pensamento, a teoria participativa de Pateman (1992) destaca que a apropriação do capital político por parte dos indivíduos depende de sua atuação política dentro das organizações, sobretudo nas decisões tomadas. Assim, pode-se pensar que os indivíduos que dispõem de um capital político atuante estão propícios a serem mais participativos nas atividades e decisões tomadas pelo grupo.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da síntese construída, assume-se como pressuposto teórico que a participação em organizações coletivas pode ter desdobramentos nas diferentes dimensões da vida cotidiana dos indivíduos envolvidos nelas. Assim, o processo de socialização e de instituição das práticas sociais passa, necessariamente, pela análise da produção de significados que as pessoas e grupos constroem no mundo da vida e do trabalho. As formas de convivência não são dadas, mas são, antes, construídas socialmente e transmitidas de acordo com as especificidades socioculturais de cada localidade.

Portanto, a formação do capital político se forjaria dentro de um contexto específico de participação nas organizações coletivas que se constituem em contexto históricos específicos. A aquisição do capital político e o modo como ele afeta a vida das pessoas nos diferentes espaços, depende, pois, da análise das particularidades que os compõem, do contexto em que vivem e do grau de participação dos envolvidos, bem como do modo como se articulam. Isso implica dizer que esses significados só podem ser compreendidos a partir da análise e do entendimento do processo de socialização, das redes de relações e dependência recíprocas que os indivíduos e os grupos aos quais se vinculam formam.

A partir desse mapeamento teórico, defendemos neste artigo que a participação dos indivíduos em um ambiente de críticas e reivindicações, construído nas organizações coletivas do campo, permite a incorporação de atitudes reflexivas ao seu cotidiano, trazendo mudanças conjunturais e estruturais. Compreende-se, assim, a participação como um conjunto de práticas nas quais os indivíduos desenvolvem, conjuntamente, de forma voluntária, práticas cotidianas de trabalho, sociabilidade e convívio que se desenvolvem à medida que se estreitam o grau de proximidade social entre os indivíduos.

A discussão estabelecida neste artigo possibilitou compreender os distintos modos de interpretar a participação política em organizações coletivas, ao perpassar por conceitos que enfatizam o nível de envolvimento dos indivíduos nos processos de tomada de decisão, permitindo analisar a importância das mobilizações sociais para a conquista de direitos ao aproximar a sociedade civil do aparelho estatal. A partir do balanço da literatura apresentada, podemos chegar a algumas constatações com relação ao que se tem desenvolvido no universo de estudos sobre participação e capital político, no sentido de entender a participação dos indivíduos em organizações coletivas.

A revisão teórica possibilitou constatar que a forma como os indivíduos constroem o seu “capital social” guarda relação com a constituição do seu “capital político”, assim como, também, com o “espaço público” e a “cultura política” na qual está inserido. O mapeamento bibliográfico mostrou que o desenvolvimento e a interiorização de uma cultura de participação política para uma cidadania plena dependem da transformação das relações de poder e do fortalecimento de organizações sociais e comunitárias, possibilitando a inclusão da população nos processos políticos decisórios. Nesse sentido, é patente entre os autores a visão de que a participação se efetiva a partir do engajamento dos cidadãos nos espaços institucionais e da sociedade civil, com a criação de uma gramática política que contemple uma comunhão de interesses sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHAES, R.; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das Organizações Brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 268-306, 2010.

BANCO MUNDIAL. WORLD BANK. **World Bank Participation Sourcebook**, Environment Department Papers Participation Series Washington: World Bank, 1995.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade: Revista de sociologia política**, v. 12, n. 5, p. 65-83, 2004.

\_\_\_\_\_. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, n. 21, p. 83-108, 2003.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BORDENAVE, J. D. O. **O que é participação**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R.; BOURDIEU, P. Sociologia. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-69.

BROSE, M. (Org.). **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

CAPORAL, F. R. Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, A. (Org.). **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATERRS/ASCAR, 1999. p. 119-165.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, New York, p. 95-121, 1988.

\_\_\_\_\_. **Foundations of social theory**. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREITAS, F. **Parceiros na vitória: administração participativa no mundo**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GRZYBOWSKI, C.A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, V. (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1994. p. 248-276.

HARBERS, I. Democratic deepening in third wave democracies: experiments with participation in Mexico City. **Political Studies**, v. 55, p. 38-58, 2007.

JICHA, K. A.; THOMPSON, G.H.; FULKERSON, G.M.; MAY, J. E. Individual participation in collective action in the context of a Caribbean island state: Testing the effects of multiple dimensions of social capital. **Rural Sociology**, n. 76, v. 2, p. 229-256, 2011.

JOIGNANT, A. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoría general del capital político. **Revista mexicana de sociología**, v. 74, n. 4, p. 587-618, 2012.

\_\_\_\_\_. Political Capital. Origin, Conditions and Strategic Uses of Political Resources. Ponencia presentada en el Seminario Internacional "El estudio de las elites políticas", Salamanca, 8 y 9 de junio, 2015.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

MARTINS, J. S. **Uma Sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MILBRATH, L. W. **Political Participation**. Chicago: RandMcNally, 1965.

MÓRON, M. S. **La Participación del Ciudadano en la Administración Pública**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

MOTTA, F.C. P. Participação e co-gestão: novas formas de administração. **Brasiliense**, v. 13, 1982.

NAROTZKY, S. Reivindicación de la ambivalencia teórica: la reciprocidad como concepto clave". **Endoxa: Séries Filosóficas**, v. 15, p. 15-29, 2002.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NORTH, D. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

ONYX, J.; BULLEN, P. Measuring Social Capital in Five Communities. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 36, n. 1, p. 23-42, mar. 2000.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PRESNO, N. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 17, p. 119-144, out. 2001.

PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, v. 13, Spring, 1993.

\_\_\_\_\_. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. **Solo en la bolera**. Colapso y surgimiento de la comunidade norteamericana. Barcelona, Galaxia Gutemberg, 2002.

PRETTY, J. N. et al. **Participatory Learning and Action**. A Trainer's Guide, London: International Institute for Environment and Development, 1995.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SETTE, A. T. M. S.; SETTE, R. S.; SOUZA, M. A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 43. 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 2005.

TEIXEIRA, E. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLASANTE, T. Los retos de las democracias participativas. In: VILLASANTE, T. (Coord.). **La pedagogía de la decisión**, Construyendo ciudadanía, n. 10, p. 5-30. Madrid: CIMAS, 2010.

## ARTIGO 2

### **QUANDO A PARTICIPAÇÃO RESULTA EM PRÁTICAS COLETIVAS DE TRABALHO, COMERCIALIZAÇÃO E DE VIDA: em estudo as organizações coletivas do campo vinculadas aos pequenos agricultores familiares do município de Espera Feliz/Minas Gerais**

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas participativas adquiridas com o envolvimento de agricultores em Organizações Coletivas do Campo, tais como movimentos sociais, religiosos ou sindicais. Todavia, o enfoque não se dá em termos das demandas coletivamente construídas e reivindicadas junto ao Estado, mas, antes, em termos daquelas práticas que se instituem na esfera da vida cotidiana, ou seja, no âmbito do trabalho, do mercado e da vida da comunidade. Como percurso metodológico, foram aplicados questionários semiestruturados com 72 pequenos agricultores que participavam de sete Organizações Coletivas do Campo no município de Espera Feliz/MG. Realizou-se, também, a observação participante com anotações em diário de campo nas reuniões e assembleias. Os dados obtidos foram analisados de acordo com o marco teórico elaborado neste estudo. Os resultados obtidos ao longo da pesquisa mostraram que a participação nos ambientes de socialização das Organizações coletivas do campo proporcionaram aos pequenos agricultores de Espera Feliz maiores níveis de capital político e favoreceram o desenvolvimento de suas competências para o desenvolvimento de práticas coletivas voltadas para o trabalho e a vida cotidiana, e não apenas para a sua atuação reivindicatória junto ao Estado.

**Palavras-chave:** Participação; capital político, pequenos agricultores, Organizações Coletivas do Campo

**WHEN PARTICIPATION RESULTS IN COLLECTIVE PRACTICES OF WORK,  
COMMERCIALIZATION AND LIFE:  
in a study the collective field organizations of the municipality of Espera  
Feliz/Minas Gerais**

**Abstract**

This article aims to analyze the participatory practices acquired with the involvement of agriculturists in Collective Organizations of the Field, such as associations, cooperatives and social, religious or trade union movements. However, the focus is not on the demands collectively built and demanded from the State, but rather from those practices that are instituted in daily life, that is, in the fields of work, market and community life. As a methodological course, semi-structured questionnaires were applied with 72 small agriculturists who participated in seven Collective Organizations of the Field in the municipality of Espera Feliz/MG. It was also performed the participant observation with notes in field diaries at meetings and assemblies. The data obtained were analyzed according to the theoretical framework elaborated in this study. The results throughout the research has shown that the participation in the socialization environments of the Collective Organizations of the field, provided to the small agriculturists of Espera Feliz greater levels of political capital and favored the development of their competences for the development of collective practices directed for work and daily life, and not only for their claiming action with the State.

**Keywords:** Participation; political capital, small agriculturists, collective field organizations

## **1 INTRODUÇÃO**

A interpretação acerca da concepção de “participação política” tem apresentado dissonâncias tanto em termos das discussões teóricas, que defendem o desenvolvimento da democracia pelo aprofundamento da participação, quanto por correntes que apontam as deficiências crescentes dos poderes públicos no atendimento às necessidades sociais. Observa-se que a concepção de “práticas participativas” encontra-se em um campo de disputa interpretativa em que novas abordagens desafiam as já estabelecidas. No que diz respeito ao debate sobre “participação política” na literatura brasileira, nota-se a sua associação à dimensão institucional do processo participativo (DAGNINO, 2004; DAGNINO; TATAGIBA, 2007). Predomina, nas pesquisas nacionais, o relato de experiências participativas vinculadas a instituições criadas pelo Estado para atender às demandas dos atores civis.

No tocante, especificamente aos pequenos agricultores familiares, tais pesquisas confirmam o formato anteriormente mencionado, de estudos que focam as suas análises, prioritariamente, nos processos de participação vinculados às práticas reivindicatórias e de enfrentamento instituídas junto ao poder público. Em decorrência disso, quase não se descortinam outras perspectivas, que extrapolem o âmbito reivindicatório e combativo das demandas e enfrentamentos construídos coletivamente. O presente estudo busca analisar a participação vislumbrando o seu potencial de empoderamento em termos de práticas coletivas que se instituem no âmbito do trabalho e da vida comunitária. No entanto, não se nega as abordagens voltadas para a análise da construção de processos participativos materializados em estratégias reivindicatórias junto ao Estado.

Antes, busca-se, neste estudo, analisar de que forma o capital político e o perfil participativo dos pequenos agricultores participantes das Organizações Coletivas do Campo no município de Espera Feliz/MG se materializa em outros âmbitos da vida, como na esfera do trabalho, do mercado e da vida cotidiana. Reconhece-se, assim, que a participação em organizações coletivas, se constitui em uma prática decisiva para o fortalecimento das instituições políticas e democráticas. A escolha do foco analítico voltado para as práticas de vida dos agricultores participantes de Organizações Coletivas do Campo deve-se ao fato de um dos grandes desafios da democracia moderna, na atualidade, consistir em consolidar práticas democráticas no âmbito microssocial, como na esfera do trabalho e da vida comunitária. É justamente por isso que a perspectiva de análise deste estudo dá ênfase às repercussões da participação dos pequenos agricultores familiares em Organizações Coletivas do Campo, no âmbito das suas práticas de trabalho e de vida. Parte-se do pressuposto que o processo educativo participativo pode criar condições para o aumento dos ativos societários partilhados em fóruns coletivos, voltando-se para a consolidação de práticas na vida cotidiana.

## **2 MARCO TEÓRICO**

A teoria sociológica de Bourdieu (1980) aponta que os capitais disponíveis para os indivíduos dependem das propriedades históricas dos campos e do que está em jogo, desde que os agentes estejam imbuídos de um sistema de disposições que o autor chamou de *habitus*. Dessa forma, o campo se define como o espaço social onde

encontram legitimidade para efetivar suas práticas. O campo político é um universo social de poder, capital, relações de força, estratégias e manutenção e conservadorismo das ações de forças já instituídas, dotado de leis próprias de operação e de um singular tipo de capital, ou seja, ou capital político.

Os estudos de Bourdieu (1986) mostram a importância desse tipo de capital ao constatar que nem todas as oportunidades no acesso a bens e serviços podem ser diretamente relacionadas ao capital cultural e escolar dos indivíduos, pois há outro tipo de capital, o capital político, cuja distribuição é desigual e está presente nos modos de vida dos indivíduos como uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos. O capital político está presente na formação de grupos que procuram obter êxito em suas ações por meio da cooperação e pode ser definido pela sua função, ou seja, não é uma entidade simples, mas uma variedade de diferentes entidades que torna possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Assim como a Teoria da Prática, o aporte da Teoria dos Campos Sociais de Bourdieu (1980; 1986) traz como argumento central a perspectiva relacional para caracterizar o tipo de capital político e o perfil participativo dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo.

A utilização do modo relacional para se pensar o espaço social permite analisar o tipo de capital e a posição de cada ator em relação a outro ator dentro do campo, o que proporciona compreender as estratégias utilizadas para conservação ou transformação desse campo. Dessa forma, o campo só existe porque são os agentes que criam o espaço por meio de relações objetivas e das suas disposições, em uma estrutura de relações objetivas entre os agentes que definem o que eles podem e o que não podem fazer. Entende-se, pelo conceito de campo, o lócus “[...] onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno dos interesses específicos que caracteriza a área em questão” (ORTIZ, 1994, p. 19).

Esse espaço tem na sua peculiaridade a manifestação de poder a partir de uma estrutura desigual de posições que determina um campo de dominados e dominantes. Ainda pode ser compreendido por relações de forças entre diferentes tipos de capital – mais precisamente entre agentes que possuem diferenças econômicas e simbólicas. Logo, as estratégias e mecanismos utilizados pelos agentes envolvidos dependem da situação que ocupam na estrutura do campo e na apropriação do seu capital específico.

Para esse mesmo o autor, o campo político organiza-se por patamares, portanto, se as perspectivas são de alcançar os patamares mais elevados, é necessário ter capital e ampliá-lo. Essa dinâmica pressupõe, além do poder efetivo dos atores políticos, a sua visibilidade e aceitação no campo político. Desse modo, os diferentes sujeitos disputam o acesso às posições dominantes no interior do campo, por meio da valorização de seus atributos em detrimento dos atributos de seus concorrentes. O capital político também favorece o desenvolvimento de uma análise a respeito das práticas e ações desempenhadas pelos atores sociais dentro do campo político das Organizações Coletivas do Campo. Tal relação pressupõe uma reciprocidade entre os participantes, seja pela identidade ideológica, seja pela afetividade ou pela relação de confiança.

Conforme essa perspectiva teórica pode-se pressupor que o capital político construído por meio da participação dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo repercute em práticas reflexivas sobre o seu cotidiano de vida e de trabalho no âmbito da agricultura familiar. Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. De posse da teoria bourdieusiana, é possível elaborar, a partir de suas categorias, uma divisão tríplice das espécies de capital político: pessoal, delegação e convertido. O capital político pessoal é baseado na ideia de ser "conhecido e reconhecido" pela posse de notoriedade e popularidade. Ou seja, como um capital político pessoal notável, resultado de um lento e contínuo processo de aprendizagem e acumulação de experiência, como ocorre com os pequenos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo. Já o capital delegado trata-se de um capital detido e controlado pelas instituições que marca a transmissão de um capital político em um campo de disputa. Nessa espécie de capital, a sua natureza política é depositária de um capital que pertence, na verdade, à organização. O capital convertido se caracteriza pela conversão de outros tipos de capitais (econômico e cultural) para o campo da política, ou seja, essa conversão se efetua quando a notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas são transferidas para a política.

Logo, a participação em Organizações Coletivas do Campo implica o envolvimento em vários tipos de atividades, as quais, em si mesmas, já inserem os participantes em um novo processo de socialização, marcado pela prática crítica e reflexiva acerca da ordem vigente. Assim, podem-se gerar, no cotidiano da vida e do trabalho dos pequenos agricultores, novas práticas de *adaptação* e/ou *resistência* aos

desafios que enfrentam para a reprodução social das suas unidades produtivas familiares. Nesse sentido, adaptar-se pode ser entendido como um sinal de proatividade e resiliência dos agricultores aos imperativos do sistema capitalista de produção. Já a resistência são as formas de agir dos agricultores diante dos constrangimentos vivenciados. Portanto, é nessa cotidianidade que os agricultores familiares desenham suas ações e conformam suas práticas sociais mais localizadas, traçadas no ambiente do trabalho e da vida familiar e comunitária, estabelecendo estratégias que extrapolam seus locais vividos.

Segundo Simões (2005; 2011) e Warschauer (2006), cada indivíduo, ao se articular com outros indivíduos, seja por meio de redes de comunicação ou de uma organização coletiva materializada – institucionalizada ou não – já carrega consigo algum tipo e acúmulo de capital político, entendido aqui como um capital simbólico que confere ao participante uma legitimidade necessária à sua ação dentro do campo. Nesse sentido, o ambiente das Organizações Coletivas do Campo pode fornecer importantes ferramentas sobre o tipo e a forma com que está se constituindo o capital político no interior de pequenos municípios, ao analisar, especificamente, a cultura participativa dos pequenos agricultores.

### **3 METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo de analisar as práticas que se instituem na esfera da vida cotidiana, ou seja, no âmbito do trabalho, do mercado e da vida da comunidade, em decorrência da participação dos agricultores em Organizações Coletivas do Campo, tais como movimentos sociais, religiosos ou sindicais, utilizou-se como estratégia metodológica a aplicação de um questionário semiestruturado junto aos agricultores que participavam das Organizações existentes em Espera Feliz. Utilizou-se, ainda, da técnica de observação participante em reuniões e assembleias com anotações em diário de campo. O principal critério para a escolha do município foi a diversidade e expressividades das Organizações Coletivas do Campo nele existentes: associações, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos, dentre outras instituições que expressavam uma diversidade de formas participativas dentro do campo da agricultura familiar.

Assim, inicialmente, mapeou-se as sete Organizações Coletivas do Campo existentes em Espera Feliz: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); a

Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASIMAF); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); a Pastoral da Juventude Rural (PJR); a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária (Coofeliz); a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol); e a Associação dos Terapeutas homeopatas (Terravida).

A opção por pesquisar todas as sete organizações se deu em função da afinidade ideológica e inter-relação existente entre elas, no que se refere aos arranjos propostos para a comercialização de alimentos em feiras locais e outros mercados institucionais. O universo da pesquisa foi composto por pequenos agricultores cadastrados nas sete associações estudadas, totalizando 118 agricultores. Desses, 72 eram assíduos nas atividades desenvolvidas pelas Organizações, o que definiu o quantitativo de agricultores familiares entrevistados.

**Tabela 1** – Síntese metodológica

| <b>Critério amostral:</b><br>Delineamento do tipo Censo (Nº de agricultores que são cadastrados nas sete Organizações) | <b>Total de agricultores participantes nas sete Organizações Coletivas do Campo</b> | <b>Nº de agricultores que são assíduos nas reuniões e assembleias das sete Organizações</b> | <b>Nº de questionários aplicados</b> |
|--|---|---|--------------------------------------|
| Município de Espera Feliz/MG   | 118   | 72  | 72                                   |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Para melhor captar a realidade investigada, optou-se por: i) caracterizar o capital político dos pequenos agricultores, considerando o envolvimento dos pequenos agricultores nas atividades das Organizações Coletivas do Campo, em Espera Feliz-MG; e ii) traçar o perfil participativo dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Histórico das Organizações Coletivas do Campo de Espera Feliz/MG**

O surgimento dessas organizações Coletivas do Campo no município de Espera Feliz/MG se concretizou a partir da década de 1980, quando emergiram, no Estado de Minas Gerais, várias experiências de organização cooperativa na agricultura familiar. Essas organizações realizavam as suas atividades dentro do plano de desenvolvimento local denominado “Envolvimento Local” (ELO). Trata-se de um plano de ação iniciado em 2004, que promoveu várias discussões. Foi implementado na forma de um colegiado, no qual várias organizações coletivas buscam elaborar estratégias de ação de forma conjunta com vistas a promover o desenvolvimento local (SILVA, 2010; FREITAS; FREITAS, 2013).

Dentre as Organizações Coletivas do Campo de Espera Feliz, a que tem se mostrado mais importante em congregar os pequenos agricultores – enquanto atores políticos da agricultura familiar na região – é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A sua trajetória histórica pode ser dividida em duas fases: uma marcada pela ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que se propunham a formar lideranças com uma orientação mais atuante frente aos conflitos agrários no Brasil; e a segunda, que se caracterizou pelo surgimento de parcerias com outras organizações com o objetivo de promover a agroecologia e a economia solidária no município, além de inserir nas práticas implementadas pelas Organizações Coletivas, questões produtivas, de comercialização, de crédito, entre outras práticas.

Tal processo levou à constituição de várias organizações no âmbito do Sindicato, tais como: a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASIMAF), responsável pela organização política dos agricultores familiares, que até 2002, podia exercer atividades de comercialização, mas que, com as modificações do Código Civil, as associações ficaram impossibilitadas de comercializarem. Desde então os agricultores se mobilizaram via Sindicato dos Trabalhadores e, em 2005, criaram a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (COOFELIZ), no intuito de desenvolver atividades voltadas à comercialização de alimentos (SILVA, 2010).

Como consequência de uma série de mobilizações sociais iniciadas em 2002, com os desdobramentos do movimento político da agricultura familiar no município, surgiu, também, a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ecosol). A Cooperativa passou a desenvolver mecanismos de controle social do crédito, aproveitando as potencialidades das organizações de base, com o trabalho efetivo nas comunidades. Também atua nessa direção a Pastoral da Juventude Rural (PJR), buscando inserir os jovens rurais nas Organizações Coletivas do Campo, com a colaboração do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esse, por sua vez, compartilha dos princípios e objetivos da Associação dos Terapeutas Homeopatas (Terravida), comungando do princípio da não utilização de produtos químicos nas lavouras e rebanhos.

#### **4.2 A participação dos pequenos agricultores nas atividades das Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz/MG**

Os dados coletados na pesquisa evidenciaram a existência de diferenças significativas quanto à natureza da participação dos agricultores nas atividades promovidas pelas Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz, tanto no que se refere à “forma” quanto à “intensidade”. Observou-se, por meio dos questionários, que, no geral, os pequenos agricultores participavam de mais de uma Organização Coletiva: 52% do Sindicato e 46% de Cooperativas e Movimentos Sociais. No que diz respeito ao sindicato, cabe destacar que dele se desdobraram outras Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz, com as quais ele mantém uma rede de relações e parcerias. Nesse sentido, seria pertinente destacar a afirmação de Putnam (2006) para quem a existência de redes permitiria adquirir confiança, traduzida na aceitação e observância de normas, que provocaria um círculo virtuoso da cidadania, por meio da reciprocidade entre os indivíduos que interagem dentro da rede de Organizações Coletivas do Campo. Os dados da pesquisa de campo revelaram que, ao serem inquiridos sobre a importância das Organizações em Espera Feliz, a maioria dos pequenos agricultores apontaram que a representatividade delas se fazia importante, na medida em que possibilitavam a troca de informações e a implantação de serviços indispensáveis à qualidade de vida das populações rurais, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2** – Avaliação quanto à correspondência das ações desenvolvidas nas Organizações Coletivas face às necessidades dos pequenos agricultores

| <b>Atendimento as demandas</b> | <b>Frequência %</b> |
|--------------------------------|---------------------|
| Muitas vezes                   | 82                  |
| Algumas vezes                  | 10                  |
| Raramente                      | 8                   |
| Nunca                          | 0                   |

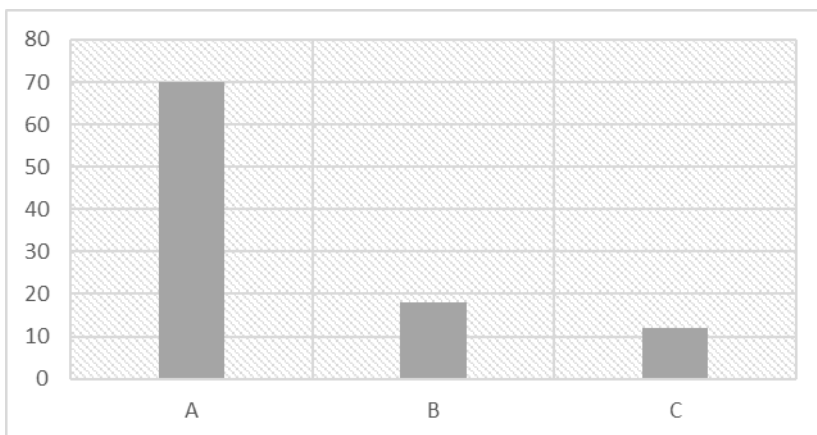
Fonte: Trabalho de campo, 2016.

De acordo com a Tabela 2, mais de 80% dos pequenos agricultores apontaram que as ações desenvolvidas nas Organizações Coletivas que participavam “muitas vezes” estavam em consonância com as suas necessidades. Contudo, é fundamental considerar que as necessidades e os interesses manifestados pelos agricultores podem ser dissonantes. Daí a opção teórica por se considerar o espaço das Organizações Coletivas como um campo político de disputas de poder, posição e acesso a diferentes capitais, no qual as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças desse campo (BOURDIEU, 1986). Nesse sentido, observou-se uma situação ocorrida durante uma plenária, na qual um dos agricultores se queixou de sempre serem os mesmos agricultores que atuam “na linha de frente” das Organizações, mantendo-se os outros “acomodados”, em função de terem sempre alguém responsável por executar as tarefas. Esse descontentamento aponta para uma distribuição diferenciada do capital político entre os agricultores familiares, a qual denota, em consequência, uma capacidade de ação diferenciada entre eles. Por outro lado, ter esse espaço e ter voz para reclamação denota a construção de possibilidades de participação nas Organizações.

Para além de eventuais descontentamentos há muitos interesses que os unem, visto que não foram observadas reclamações relativas ao percentual de contribuição para a manutenção das Organizações Coletivas. Depreende-se, assim, que a participação dos pequenos agricultores nas Organizações se sustenta em termos de interesses coletivos organicamente legitimados.

É perceptível entre os agricultores participantes das Organizações Coletivas uma orientação pelos costumes e concepções das Organizações de realizarem conjuntamente as suas atividades a partir das necessidades identificadas. Ou seja, as ações desenvolvidas pelas Organizações Coletivas buscam priorizar as necessidades emergenciais. Dessa forma, as iniciativas empreendidas pelos agricultores dentro das Organizações propiciam ações voltadas para os interesses hegemônicos no grupo,

que se sustentam em decorrência da co-responsabilização dos participantes nas ações executadas. Entre os motivos expressos pelos agricultores familiares para fazerem parte das Organizações Coletivas percebe-se a força da perspectiva que vislumbra a necessidade de lutar em prol de questões coletivas, como se nota no Gráfico 1.



**Gráfico 1** - Motivos para participar das Organizações Coletivas do Campo, considerando: A) contribuir para a melhoria da comunidade e lutar por direitos; B) Facilitar o acesso aos serviços; e C) Receber ajuda do Governo

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Uma parcela significativa dos agricultores (80%) afirmou que um dos motivos para participar das Organizações foi a vontade de contribuir com a comunidade e lutar por direitos, buscando melhorias e colaborando com o crescimento dela. Foi recorrente, também, a revelação de que, por meio das Organizações Coletivas se tinham melhores condições de acesso a serviços (15%). Percebe-se, assim, que essas Organizações eram vistas pelos agricultores participantes como geradoras ou facilitadoras do acesso a recursos e, eventualmente, conversíveis em capital econômico e oportunidades sociais. Entre as vantagens, os agricultores destacaram o acesso às linhas de crédito, o fornecimento e distribuição de sementes e equipamentos agrícolas, a promoção de cadeias curtas para a comercialização dos alimentos, a troca de informações e o acesso à aposentadoria rural. Para os agricultores participantes, a Organização Coletiva se torna, por vezes, o único canal e o mais confiável meio de interlocução com os setores de gestão pública. Souza (1995) afirma que os fluxos de informação horizontalizadas por meio de vias associativas costumam ser mais confiáveis que de categorias verticalizadas, visto que os menos favorecidos podem compreender melhor as informações.

Deduz-se, portanto, que o grau de participação dos agricultores nas sete Organizações Coletivas do Campo pesquisadas tem relação com a forma como avaliam que elas correspondem aos seus interesses, tanto individuais, quanto coletivos. Nas experiências associativas vivenciadas no município de Espera Feliz/MG, notou-se a existência de princípios democráticos baseados em ações intencionais, que almejavam melhores condições de vida para os agricultores familiares. Putnam (1996) já destacava como o engajamento da coletividade era fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, muito mais que a ação dos órgãos governamentais somente.

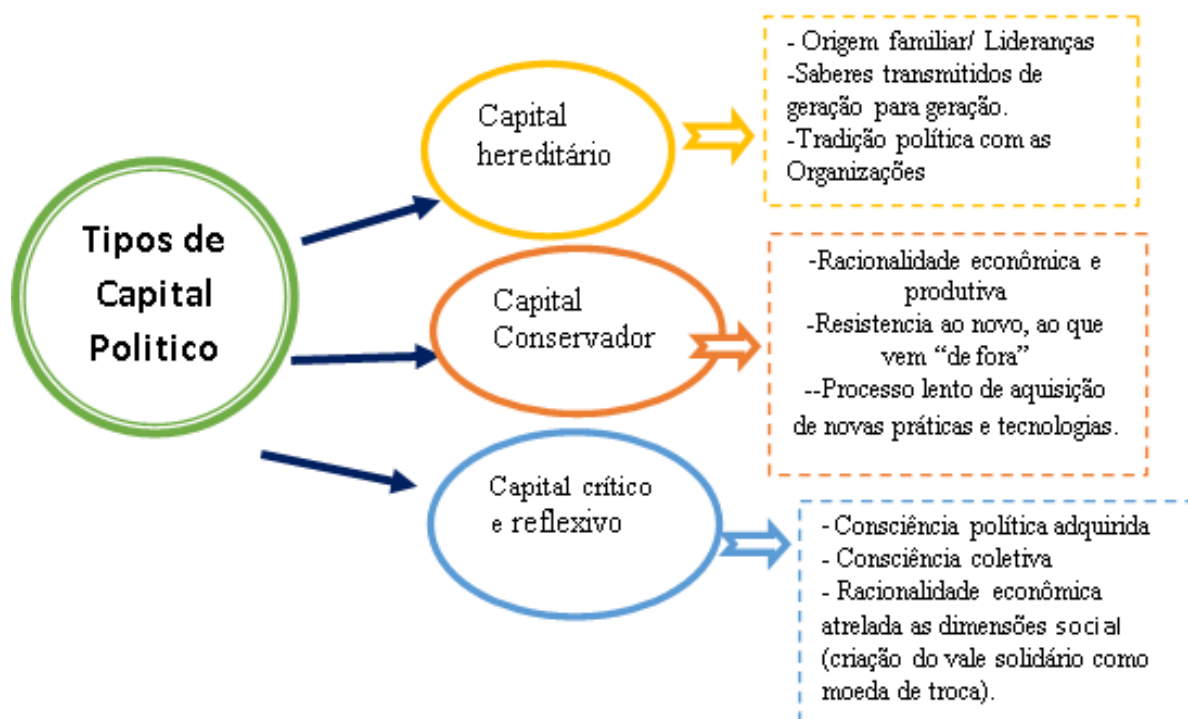
#### **4.3 Caracterização do capital político dos pequenos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo de Espera Feliz/MG**

Para caracterizar o capital político apropriado pelos pequenos agricultores participantes das Organizações Coletivas do Campo utilizou-se, neste estudo, uma tipologia que desagrega um pouco mais a classificação dos tipos de capital político propostos por Bourdieu (1986). Ressalta-se, ainda, que a ideia de “tipo” adotada remete à acepção weberiana (2004) de tipos ideais<sup>9</sup>, em função de se assumir como premissa que o capital político que se forja a partir da participação dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo se manifesta em intensidades e formas diferenciadas. A depender do campo político que o pequeno agricultor se localiza dentro das Organizações, ele pode adquirir tipos específicos de capitais e perfis participativos distintos. Por isso, procurou-se identificar as características do capital político adquirido pelos pequenos agricultores de acordo com o seu engajamento nas atividades das Organizações, com base em uma tipologia que abarca três tipos de capital político: a) *capital familiar*, ou seja, aquele que tem a sua origem em uma família que possui tradição e envolvimento político em Organizações e instituições da sociedade civil; b) *capital conservador*, compreendido como aquele que tem a sua origem na reafirmação das tradições e costumes dos pequenos

---

<sup>9</sup> Para compreender o sentido da ação, Weber (2004) estabeleceu o método de interpretação da realidade social e criou a noção do tipo ideal utilizado não como sentido normativo, mas como uma referência, uma construção analítica para entender sentidos complexos pelo qual serão acessadas as representações.

agricultores, não acarretando mudanças em suas práticas cotidianas; e c) *capital crítico e reflexivo*, marcado pelo caráter reivindicatório e contestatório (Figura 1).



**Figura 1** - Tipos de capital político e suas características de acordo com práticas cotidianas dos participantes das Organizações Coletivas do Campo.  
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

A classificação em qualquer uma das tipologias não significa que o capital político seja puro. Ao contrário, na maior parte das vezes, observa-se uma composição com pesos e medidas diferentes de cada um deles. Os resultados apontaram que 75% dos 72 pequenos agricultores participantes das Organizações – 57 agricultores – começaram a sua militância ainda quando jovens, o que lhes permitiu conquistar posições no interior dos movimentos sociais, associações e sindicatos, adquirindo, assim, o que se pode chamar de *habitus* político. Para o restante dos agricultores participantes (25%), o envolvimento em Organizações teve como principal motivo a participação de algum membro da família nas atividades desenvolvidas por elas, como reuniões, assembleias, encontros e eventos festivos. Portanto, para esses agricultores familiares, essa forma tradicional de participação política constituiu-se na principal porta de acesso as essas Organizações.

Ao ingressar no campo político das Organizações há normas e regras de funcionamento que precisam ser obedecidas e que regem a ação coletiva dos agricultores. Assim, a aderência dos indivíduos às ideias, comportamentos e regras

das Organizações Coletivas não depende exclusivamente das preferências pessoais dos envolvidos, mas requer uma negociação. Dessa forma, o desenvolvimento de competências e de negociação coletiva já se colocou desde o âmbito do funcionamento. Os estudos de Bordenave (1986), Demo (1993), Bava (2004) e Brose (2004) apontam para o fato de que a participação em Organizações Coletivas pode contribuir para que o cidadão ou grupo perceba com mais clareza os demais cidadãos ou grupos sociais. Acrescenta-se, ainda que, por seu caráter cooperativo, tende a romper modelos de relações autoritárias, inserindo os indivíduos em outros patamares de cidadania política. No entanto, a participação de qualidade requer que as pessoas aprendam a participar, que desenvolvam a sua capacidade de comunicação interpessoal. Uma das respostas permite ilustrar isso: “Quando o povo assume o compromisso de participar ele participa mesmo. Todos nós conversamos, participamos das atividades, contamos umas piadas e se tem alguma dúvida, um fala para o outro, mas às vezes muitos não estão dispostos a participar de tudo” (E3). Contudo, como afirma Costa (2004), o fato de os indivíduos estarem em um grupo não significa que haverá entre eles uma sinergia de ideias.

Os estudos de Sabourin (2009) mostram a necessidade das normas serem integralizadas no grupo, a fim de que haja cooperação e comprometimento com os objetivos traçados. Ao serem perguntados se costumam discutir os problemas enfrentados pela comunidade nas Organizações, 90% dos entrevistados relataram haver uma inclinação para o debate, no qual todos os participantes discutiam o problema e decidiam em conjunto a melhor solução a se tomar, apontando para a presença de uma cultura política e participativa entre os pequenos agricultores.

Para os agricultores familiares consultados em Espera Feliz, as principais regras do jogo político no interior das Organizações estavam relacionadas aos critérios para o ingresso e a permanência, que devem ser partilhados por todo o grupo, para que haja coesão e cooperação interna. Ao buscar compreender o perfil participativo dos pequenos agricultores nas sete Organizações Coletivas do Campo, constatamos que a interação entre os agricultores ocorre especialmente por meio das situações formais no trabalho, como em reuniões, cursos e palestras. Contudo, os almoços e encontros festivos que ocorrem nas Organizações denotam situações informais dentro delas. Como relatado pelos entrevistados, as situações informais deixam os indivíduos mais à vontade para a troca e partilha de conhecimentos e experiências. Tal relato está em harmonia com a pesquisa realizada por Onyx e

Bullen (2000), que identificaram sentimentos de confiança e segurança; vínculos de família e amizade como alguns fatores que melhor definem o capital político.

Para compreender a forma como a participação política dos pequenos agricultores se configurava nas Organizações Coletivas do Campo, realizou-se um mapeamento das práticas por eles compartilhadas. Constatou-se que as práticas agroecológicas contavam com o apoio dos agricultores no interior das Organizações e nas atividades produtivas das famílias. Em seu estudo, “Agricultores e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”, Van Der Ploeg (2008) mostra que a luta empreendida pelo campesinato por uma maior autonomia e a reprodução de seu grupo familiar tem determinado uma forma muito particular de organização dos recursos produtivos e sua relação com o mercado.

#### **4.4 Perfil Participativo dos Agricultores Familiares nas Organizações Coletivas do Campo**

A análise do perfil participativo dos pequenos agricultores dentro das Organizações Coletivas do Campo se pautou na caracterização do tipo de envolvimento dos agricultores nas atividades desempenhadas por elas. A partir das respostas obtidas junto aos agricultores, elaborou-se uma caracterização sociopolítica e participativa. Os resultados mostraram as diferentes razões para participarem, tendo se destacado como principal motivo para a participação o acesso aos direitos sociais, como: educação; saúde, e melhores condições de vida para a família e a comunidade. As Organizações Coletivas foram percebidas como instrumento necessário para a conquista de tais direitos. Os resultados trouxeram evidências de que a expressiva participação dos pequenos agricultores nas atividades desenvolvidas pelas Organizações estava associada às atividades que traziam algum benefício imediato para o participante, tais como: o acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ao avaliar o impacto do Programa de Crédito do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP) e o ingresso de pequenos produtores agrícolas ao Programa, os pesquisadores Donoso, Melo e Negrete (2010), constataram que os agricultores que conhecem e avaliam os custos financeiros de crédito apresentam maior disposição a participar dos processos de tomada de decisão. Essas situações

apontam para o fato das questões de trabalho e de melhoria das condições de vida se constituírem em uma motivação racional e consciente para que os pequenos agricultores participem de forma assídua das Organizações Coletivas do Campo existentes em Espera Feliz.

Constatou-se, assim, que o processo de reconhecimento da agricultura familiar e as possibilidades de acessar as políticas públicas para a obtenção de crédito para investimento e custeio da produção influenciaram a participação dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas. Dentre os participantes das Organizações Coletivas constatou-se que 76% participavam de eventos formais, como reuniões, assembleias, palestras e cursos. Dentre os cursos oferecidos, foram citados com destaque os ministrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), relacionados à formação de liderança e de trocas de experiências entre os agricultores. Tais cursos capacitam os agricultores em relação a questões produtivas e de comercialização, indo ao encontro às necessidades sentidas por eles. É o caso, por exemplo, dos agricultores que produzem café orgânico e que se inserem em discussões relativas ao comércio internacional e às possibilidades de acesso dos agricultores de menor renda aos produtos orgânicos.

No mesmo sentido, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e a Coofeliz têm realizado diversas reuniões entre os pequenos agricultores cooperados com intuito de capacitá-los para produzir alimentos de qualidade e também elaborar um planejamento estratégico no processo de comercialização de alimentos da agricultura familiar para o mercado institucional, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As possibilidades abertas pelos mercados institucionais de alimentos, como o PAA e o PNAE, têm tido grande importância para a melhoria da renda dos pequenos agricultores familiares, constituindo-se, portanto, em um fator que promove uma participação genuinamente sentida por.

O PAA é popularmente conhecido entre os pequenos agricultores como “Programa da CONAB” (Companhia Nacional de Abastecimento). Em Espera Feliz, ele teve início em 2004, mas foi somente em 2006 que a Coofeliz passou a operacionalizar o programa. Já o PNAE é denominado pelos agricultores de “Programa dos trinta por cento” ou de “merenda escolar”. Ele foi implantado em 2009, em decorrência da exigência de compra da agricultura familiar pela lei n.º 11.947, que definiu que pelo menos 30% dos recursos financeiros da alimentação escolar deveria

ser da agricultura familiar. Como forma de suprir a carência de capital de giro da Cooperativa e melhorar a sua atuação como intermediária entre os agricultores e os beneficiários dos alimentos, foi criado, em 2010, o Vale Solidário, uma espécie de moeda social que o agricultor recebe no ato da entrega dos produtos e depois pode sacar o dinheiro na cooperativa de crédito ou utilizá-lo em compras nos estabelecimentos comerciais de Espera Feliz. O Vale Solidário foi reconhecido com o prêmio de boas práticas de tecnologia social em 2013, pela Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social (FBB, 2013). Segundo Buaiainin e Garcia (2014), ações em parceria como as realizadas pela Coofeliz são importantes para incentivar a inserção produtiva e comercial dos agricultores familiares em face das transformações recentes dos mercados.

Assim, percebe-se uma predisposição atitudinal dos pequenos agricultores à execução partilhada de ações direcionadas a sua realidade local. Eles se mostram orientados por uma economia moral ou, como afirma Scott (1985), por uma ética de subsistência, que além da estratégia produtiva, pressupõe a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com parentes, amigos, vizinhos e, de modo mais distanciado, com o próprio Estado. Essa ética também serve de elemento balizador das relações de trabalho do pequeno agricultor e do seu comportamento diante do contexto sociopolítico implementado.

Dentre as atividades realizadas pelas Organizações no âmbito da agricultura familiar destacam-se as ações inovadoras realizadas pela Coofeliz na busca de soluções para os problemas de acesso aos mercados e àqueles referentes à degradação ambiental, como as atividades com os sistemas agroflorestais e com a cafeicultura orgânica. Tais ações desenvolvidas pelos pequenos agricultores se alicerçam em uma ideologia de resistência à dependência de insumos externos, voltando-se para a construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Iniciativas como a feira agroecológica e o “mercadinho do produtor” são exemplos de ações que buscam uma maior inserção da agricultura familiar nos mercados.

Mesmo com dificuldades quanto à regularidade no fornecimento de produtos e a necessidade de capital para a compra da produção da agricultura familiar, a Coofeliz tem buscado envolver os pequenos agricultores em suas atividades, ao demonstrar o potencial produtivo e organizativo da agricultura familiar. Uma dessas alternativas foi a criação de uma marca coletiva, com o objetivo de agregar valor aos

produtos comercializados. Embora a maior parte da produção comercializada pela Coofeliz seja escoada para os programas de mercado institucional (PAA e PNAE), os produtos da agricultura familiar são também colocados nos mercados locais, regionais e nas redes de consumidores<sup>10</sup>, como a Raízes da Mata e a Rede Ecológica, com a marca CooFeliz. A oportunidade de atender a esses mercados fortaleceu as redes de comercialização de cadeias curtas. Nesse sentido, merece destaque o aspecto social das feiras livres desenvolvidas pelas Organizações Coletivas do Campo na região, pois, ao ofertarem produtos locais, promovem a socialização entre os agricultores.

Considerando a experiência dos agricultores nas diversas experiências relatadas, eles foram classificados em três grupos, segundo o seu nível de participação: 1º) grupo: agricultores “participativos”; 2º) grupo: agricultores “acomodados”; e 3º) grupo: agricultores “não participativos”. Na elaboração dessa categorização, vale ressaltar que tais expressões se constituíam em “categorias nativas”, sendo utilizadas pelos próprios participantes dessas Organizações.

**Tabela 3** - Perfis participativos dos pequenos agricultores, de acordo a participação política e envolvimento nas Organizações

| <b>Perfil Participativo</b> | <b>Números de participantes</b> | <b>de</b> | <b>Porcentagem</b> |
|-----------------------------|---------------------------------|-----------|--------------------|
| Participativos              | 54                              |           | 75%                |
| Acomodados                  | 12                              |           | 16%                |
| Não participativos          | 6                               |           | 8%                 |
| <b>Total</b>                | <b>72</b>                       |           | <b>100%</b>        |

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Considerou-se “participativo” aquele pequeno agricultor que participava em reuniões, assembleias e atividades voltadas para o funcionamento da Organização (administração de recursos financeiros e humanos). Tal categoria correspondeu a 54 dos 72 agricultores entrevistados (75%), que apresentaram uma trajetória de mobilização e participação em movimentos sociais, associações e sindicatos ainda quando jovem, por volta da década de 1980, o que vem a comprovar o uso desse termo no grupo. Já o termo “acomodado”, utilizado por eles próprios, designava o

<sup>10</sup> A Rede de consumidores de produtos agroecológicos/orgânicos são organizações não governamentais que visam a fomentar compras coletivas a partir de princípios ético, solidário e ecológico de agricultores familiares do Brasil.

comportamento de 12 dos 72 agricultores entrevistados (16,6%), caracterizando o perfil daqueles que se manifestavam como na fala a seguir: “[...] às vezes é difícil sair de casa para ir para participar das atividades realizadas pelas Organizações aqui do município por conta do trabalho na roça, mas também a gente vai ficando meio acomodado e acaba não participando muito dos assuntos que são falados nas reuniões e assembleias, mas já fui em muito eventos que as Organizações fazem aqui no município (E2). É interessante notar que, embora os agricultores dessa categoria não tenham participação ativa nas atividades das Organizações, eles revelaram que em algum momento já participaram delas e reconheceram a importância das atividades por elas desenvolvidas no desenvolvimento local.

Quanto ao perfil “não participativo”, ele foi atribuído aos agricultores que não participavam das atividades das Organizações em nenhum momento. Nessa categoria se encaixaram seis dos 72 agricultores entrevistados (8,3%). De acordo com a fala da representante do STR, “[...] a maioria destes agricultores só aparece no sindicato com o interesse de ganhar alguma vantagem ou para se informar sobre linhas de crédito no PRONAF, aposentadoria rural ou coisa deste tipo e nunca se envolve com os projetos e luta por direitos sociais”. Esse grupo reflete uma racionalidade mais pragmática voltada para os seus interesses privados, sendo mais avessos às bandeiras ideológicas da esquerda. No entanto, percebemos entre os agricultores entrevistados uma cultura política participativa que se instituiu de forma processual desde as mobilizações realizadas pela Igreja Católica, pelos sindicatos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil que, a partir da década de 1980, passaram a atuar na formação e mobilização política dos pequenos agricultores do município de Espera Feliz.

## **5 CONCLUSÕES**

O conjunto de dados examinados evidenciou, em primeiro lugar, que a participação dos pequenos agricultores de Espera Feliz tem um caráter longo, visto que ela foi iniciada na década de 1980, há mais de 30 anos, alcançando, assim, um caráter transgeracional. A alta participação dos pequenos agricultores nas Organizações coletivas do campo apontou para a organicidade delas em termos das ações desenvolvidas com as necessidades e oportunidades vislumbradas pelos pequenos agricultores. O envolvimento permanente dos pequenos agricultores nas

atividades desenvolvidas pelas Organizações indica a presença de agricultores que acreditam na participação como uma forma de buscar melhores condições de vida para si e para a comunidade.

A análise dos resultados mostrou que a participação nos ambientes de socialização das Organizações Coletivas do Campo proporcionavam aos pequenos agricultores de Espera Feliz maiores níveis de capital político e favorecia o desenvolvimento de suas competências coletivas, o que comprova a hipótese de que o capital político que se forja a partir da participação dos pequenos agricultores nas Organizações tende a aumentar sua capacidade de reprodução social na agricultura familiar, proporcionando-lhes perspectivas sociais positivas.

Os resultados da pesquisa ainda indicaram que, dos três grupos de agricultores mapeados segundo o seu grau de participação nas Organizações Coletivas do Campo, os denominados como “participativos” tiveram experiências prévias de participação em movimentos sociais rurais, cooperativas e associações, que provavelmente os socializaram dentro de uma cultura políticas, capacitando-os para assumir postos de liderança nessas organizações. No extremo dessa relação, se encontravam os denominados “não participativos”, que possuíam uma racionalidade pragmática voltada para a efetivação de fins palpáveis tanto no âmbito familiar como comunitário. Percebeu-se, nesse grupo, que a sua cultura participativa foi mais marcada por iniciativas coletivas que instituíam oportunidades concretas de ganhos materiais, estando ausente da sua cultura participativa a experiência de cunho combativo das décadas de 1980 e 90, construída pelos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e pela Igreja.

O perfil participativo dos pequenos agricultores tem um vínculo claro com os repertórios de ação anteriores, advindos das Organizações com perfil mais alternativo e de resistência. Percebeu-se, no entanto, que a cultura política desenvolvida pelas Organizações Coletivas do Campo em Espera Feliz, MG, se flexibilizou acompanhando o campo de oportunidades abertas pelas políticas públicas dos anos 2000, voltadas para a valorização da agricultura familiar. Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que há um capital político favorável entre os pequenos agricultores que participam das Organizações, ou seja, um espírito de equipe capaz de fortalecer os grupos a obter maior legitimidade em suas ações.

## REFERÊNCIAS

- BAVA, S. C. **Participação, representação e novas formas de diálogo público**. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R.; BOURDIEU, P. Sociologia. São Paulo: Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1986.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Agricultura Familiar e Transformações Recentes do Mercado. In: DOULA, S. M. et al. **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. Viçosa: Suprema Gráfica e Editora, 2014. p. 89-126.
- BROSE, M. (Org.). **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- COSTA, R. Inteligência afluyente e ação coletiva. A expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo. **Razón y**, n. 41, 2004. Disponível em: <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n41/rdacosta.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- CTA-ZM - CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Sistemas de Produção Agroecológicos. Revista 15 anos, 2002.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e sociedade**, n. 5, p. 139-164, out. 2004.
- DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.
- DONOSO, G.; MELO, O.; NEGRETE, E. Participation determinants and impact assessment of the Institute of Agricultural Development (INDAP) credit program. **Cienc. Inv. Agr.**, Santiago, v. 37, n. 2, p. 87-99, ago. 2010.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PLOEG, J. D. V. **Agricultores e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- ONYX, J.; BULLEN, P. Measuring Social Capital in Five Communities. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 36, n. 1, p. 23-42, mar. 2000.
- ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

SABOURIN, E. **Agricultores do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009.

SCOTT, J. **Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance**. Yale University Press: New Haven and London, 1985.

SILVA, M. G. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG**. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

SIMÕES, M. J. **Política e tecnologia**. Tecnologias da Informação e da comunicação e participação política em Portugal. Oeiras: Editora Celta, 2005.

\_\_\_\_\_; LAS HERAS, S. Gênero e tecnologia da informação e da comunicação nos espaços domésticos: não chega ter, é preciso saber, querer e poder usar. **Configurações. Revista de Sociologia**, n. 8, p. 155-174, 2011.

SOUZA, M. de L. O. **Participação em associação de pequenos produtores: dilemas de administração coletiva**. 1995. 180f. Dissertação (Mestrado em Administração Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, UFLA, MG, 1995.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e incluso social**. A exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. V. 2. São Paulo: UNB, 2004.

### ARTIGO 3

#### RESISTIR OU ADAPTAR-SE<sup>11</sup>?

#### Os agricultores da Galícia/Espanha diante da Política Agrícola Comum, no Pós-1992

##### Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar as estratégias de resistência, mas, também, de adaptação dos agricultores participantes das Organizações Agrárias Profissionais da Galícia face à Reforma da Política Agrícola Comum (PAC), iniciada em 1992. Utilizou-se como procedimento metodológico entrevistas semiestruturadas com os agricultores participantes da Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais (ASAJA) e do Sindicato Labrego Galego (SLG), situados na província de Corunha/Espanha. Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontaram que os agricultores galegos ligados à Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais desenvolveram – de forma mais acentuada em relação aos agricultores associados ao Sindicato Labrego Galego – estratégias de adaptação referentes às políticas agrícolas da PAC, tais como produção ecológica, organização de feiras orgânicas e ecológicas, qualificação e formação profissional no campo, adequação da produção e da comercialização dos produtos segundo as normas exigidas pelo mercado europeu, entre outras. Já no que diz respeito ao Sindicato Labrego Galego, esse evidenciou de forma mais evidente estratégias de resistência à PAC, em relação a quatro imposições principais por ela estabelecidas: 1) o estabelecimento de preços mais competitivos, sem subsídios, mais próximos do mercado mundial; 2) o estabelecimento de cotas para alguns produções, como o leite, a fim de evitar a acumulação de excedentes; 3) a promoção de uma agricultura mais compatível com o ambiente, na qual os agricultores deveriam assumir a responsabilidade pela proteção da natureza; e 4) as mulheres devem ser tratadas como cidadãs de direito tal como os homens, participando conjuntamente com eles nas ações implementadas no meio rural. No contexto da PAC Pós-1992, os “agricultores ecológicos” desenvolveram posturas mais marcadas pela adaptação, enquanto os agricultores vinculados ao Sindicato Labrego Galego – menos

---

<sup>11</sup> O título faz referência ao estudo do sociólogo português Manuel Carlos Silva, “Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias no noroeste de Portugal” (1998).

influenciados pela política produtivista da PAC, referente ao período compreendido entre 1962-92 – mostraram-se mais resistentes a ela.

**Palavras-chave:** política agrícola comum, resistência, adaptação, agricultores

## **RESIST OR ADAPT?**

### **The Peasants of Galicia / Spain in view of the Common Agricultural Policy, Post 1992**

#### **Abstract**

This article aims to identify the strategies of resistance, but also of adaptation of the peasants participating in the Professional Agrarian Organizations of Galicia in the face of the Reform of the Common Agricultural Policy (PAC), which began in 1992. Semi-structured interviews with the peasants participating in the Agrarian Association of Young Professional Farmers (ASAJA) and the Labrego Galego Union (SLG), located in the province of a Coruña/Spain. Data were analyzed using the content analysis technique. The results of the research showed that the Galician peasants linked to the Agrarian Association of Young Farmers Professionals developed more strongly than the farmers associated with the Labrego Gallego Union, adaptation strategies in relation to PAC agricultural policies, such as organic production, organization of organic fairs qualification and vocational training in the field, adequate production and marketing of products according to the standards required by the European market, etc. With regard to the Labrego Galego Union, this showed more clearly strategies of resistance to the PAC, in relation to four main taxes imposed by it: 1) the establishment of more competitive prices, without subsidies, closer to the world market; 2) the establishment of quotas for some products, such as milk, in order to avoid the accumulation of surpluses; (3) the promotion of more environmentally friendly agriculture in which farmers should take responsibility for the protection of nature; and 4) women should be treated as law-abiding citizens such as men, participating with them in actions implemented in rural areas. It was concluded that, in the context of the post-1992 PAC, the "organic farmers" developed more marked positions for adaptation, while the farmers linked to the Galician Union, any less influenced by the productive policy of the PAC, from 1962-92, were more resistant to it.

**Keywords:** common agricultural policy, resistance, adaptation, peasants

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo identificar e caracterizar as práticas desenvolvidas pelos agricultores participantes das Organizações Agrárias Profissionais da Galícia, face à reforma da Política Agrícola Comum (PAC), iniciada

em 1992, pelo fato de elas se apresentarem como práticas de adaptação ou resistência às suas diretrizes. A PAC foi implementada em 1962 dentro do contexto da Comunidade Europeia, Pós-Segunda Guerra Mundial. Em um primeiro momento, seu maior objetivo foi combater a fome com incentivos à melhoria da produtividade, estabelecendo uma classe média de agricultores que se fixasse no território. Desde a sua criação, a PAC se estruturou sob dois pilares: um primeiro que levou em consideração as medidas de manutenção dos preços e ajudas diretas aos produtores e um segundo que envolveu as medidas de desenvolvimento rural e proteção ao meio ambiente. Para Carísio (2006), nos primeiros anos da PAC, a ênfase dessa política esteve voltada para o primeiro pilar, com a política de sustentação dos preços e proteção do mercado. Nos anos seguintes, com as reformas pelas quais a política passou, houve uma tentativa de modificar esse cenário por meio de medidas voltadas para o segundo pilar. Nesses 30 anos de política claramente intervencionista, implementou-se a Política dos Preços Mínimos, que protegeu os agricultores da livre concorrência com o mercado. No entanto, o êxito dessa política gerou superprodução e um crescente problema para manter esses subsídios em um contexto já marcado pela pressão do mercado.

Assim, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), de 1992, procurou corrigir nos países que compunham a União Europeia, os problemas causados pelo superabastecimento (ABRAMOVAY, 1994; MOYANO-ESTRADA; ORTEGA, 2014; 2015; AZCÁRATE, 2015). Com isso, foram adotadas medidas como: o estabelecimento de preços mais competitivos, mais próximos do mercado mundial; o estabelecimento de cotas de produção, como para o leite, para evitar a acumulação de excedentes; e a promoção de uma agricultura mais sustentável. Embora desde 1992 a PAC tenha oferecido aos agricultores um complemento ao seu rendimento produtivo, com o objetivo de lhes garantir melhores condições de vida, essas “ajudas” estão associadas ao cumprimento de normas de higiene, de segurança alimentar, de saúde e bem-estar dos animais, de preservação das paisagens rurais tradicionais e de conservação do meio natural e da vida selvagem (COMISSÃO EUROPEIA, 2017).

Essa nova realidade, imposta pelas políticas neoliberais no contexto europeu, tornou-se preocupante à manutenção econômica da agricultura camponesa. Nesse contexto, os agricultores galegos vêm desenvolvendo práticas produtivas e de vida que possam assegurar a sua reprodução social, diante dos impactos das políticas da PAC e do Programa LEADER (Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da

Economia Rural). Analisa-se, neste estudo, o conteúdo dessas práticas desenvolvidas pelos agricultores galegos. Tais práticas podem ser caracterizadas como de resistência, adaptação ou uma mescla de ambas? Partiu-se da hipótese de que a força da socialização secundária construída no ambiente coletivo das Organizações Agrárias Profissionais da Galícia poderia influenciar a vida cotidiana dos camponeses, engendrando práticas rotineiras de resistência, mas, também, de adaptação face aos direcionamentos impostos pela PAC, a partir de 1992.

Compreende-se que as estratégias de resistência e de adaptação às normativas da PAC/1992 impõem aos camponeses a busca pela redução dos constrangimentos e vulnerabilidades que os afetam. Isso pode envolver um ajuste adequado e sustentável às condições e tradições culturais, mobilizando o potencial dos recursos naturais e humanos que os agricultores dispõem em seu portfólio de atividades, mas, também, a resistência a esses direcionamentos. Não é o objetivo deste artigo contar a história das populações que habitam o território galego, mas, antes, descrever o contexto sobre o qual os agricultores desenvolvem as suas práticas produtivas e associativas. Assim, o artigo apresenta, em um primeiro momento, o contexto da PAC, bem como os seus impactos no trabalho e na vida dos agricultores galegos. Em seguida, busca, por meio do repertório de ação dos camponeses, identificar as estratégias de resistência ou adaptação diante dos impactos da PAC em território galego.

## **2 OS EFEITOS DA REFORMA DE 1992 DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC) NO COTIDIANO DOS AGRICULTORES DA GALÍCIA**

Parte significativa das transformações do campo europeu ocorreu por meio dos subsídios da primeira PAC, de 1962, que condicionou as bases das mudanças da agricultura tradicional para uma agricultura mais intensiva, mecanizada e com uma alta relação de investimentos/produção. O modelo de política agrária adotado, em 1962, nos primeiros anos da política consistia em assegurar preços mínimos aos produtos agrícolas europeus, superiores aos do mercado mundial. Contudo, argumenta Colle (2017) que, na década de 1980, a PAC começou a ser vítima do seu próprio sucesso, uma vez que o modelo produtivista implementado originou uma produção desenfreada, culminando em grande demanda orçamentária para que os estados europeus pudessem manter os parâmetros até então estabelecidos em 1962.

A tomada de consciência de todos esses problemas obrigou a União Europeia a repensar a sua Política Agrícola, iniciando uma reforma em 1992, que trouxe o desligamento do mecanismo de incentivos à produção, substituído progressivamente pelo sistema de “ajudas diretas” aos agricultores (MARQUES, 2007). Dessa maneira, os recursos passaram a ser repassados diretamente aos agricultores (por hectare e cabeça de gado) para compensar as perdas decorrentes da baixa dos preços.

Com essa reforma, a PAC deixou de ter como objetivo central o incentivo à produtividade, visto que passou a trazer prejuízos à economia, em decorrência dos subsídios crescentes à agricultura. Portanto, a PAC de 1992, passou a direcionar incentivos para as atividades não agrícolas e para práticas alternativas de agricultura, menos intensivas. Desse modo, os princípios básicos da PAC pós-reforma foram: a multifuncionalidade e a pluriatividade da agricultura, que passaram a valorizar as práticas preservacionistas; as atividades não agrícolas; e o papel das mulheres no meio rural (ALEGRE, 2002).

Em 2003, a reforma da PAC apresentou como maior novidade os pagamentos diretos recebidos por produtores rurais. De acordo com Oliveira e Ferreira Filho (2008), essa medida procurou substituir os pagamentos diretos por uma única subvenção: o Regime de Pagamento Único (RPU), atribuído em função do valor histórico dos subsídios recebidos pela unidade de produção, desvinculado da quantidade produzida, mas sujeito ao cumprimento de práticas de ecocondicionalidade<sup>12</sup>. Quando aderiu à União Europeia, em 1986, o desemprego espanhol apresentava uma das maiores taxas da Europa. As suas comunidades autônomas possuíam diferenças marcantes entre os níveis de desenvolvimento econômico e o investimento em infraestrutura, que, no geral, era escasso. Mas, assim que aderiu à União Europeia, o país recebeu financiamento dos fundos estruturais para investimento na infraestrutura, principalmente na sua malha viária. A Espanha foi a maior beneficiária em termos reais dos fundos estruturais e de coesão, entre 1994 e 2006. No entanto, as reformas da PAC, a partir de 1992, provocaram alterações no acesso a recursos das explorações agrícolas. De produtivistas, os agricultores teriam

---

<sup>12</sup> A ideia da ecocondicionalidade implica que o incentivo direto favorecia a uma nova oportunidade de mercado para os agricultores, ou seja, incrementando a produção e a preocupação com o meio ambiente, a utilização de pesticidas não sintéticos, fertilizantes e herbicidas não químicos era uma boa oportunidade de se causar a impressão de que subsídios internos não existissem mais na UE; e sim, somente ajudas diretas com o intuito de proporcionar um maior desenvolvimento no setor agrícola, a fim de torná-lo mais competitivo.

que passar à condição de conservadores da paisagem, sem a obrigação de produzir, mas pagando pelos serviços ambientais (FRAGOSO; MARQUES, 2007).

O crescente encolhimento da política de preços mínimos e a adoção dos preços de mercado, assim como o estabelecimento de cotas para evitar a acumulação de excedentes, trouxeram incentivos a novas práticas produtivas voltadas para a promoção de uma agricultura ambientalmente sustentável, acentuando as estratégias voltadas para a redução dos excedentes e aumento da competitividade. O objetivo da PAC pós 1992 voltou-se para fazer com que todos os produtores fossem capazes de sobreviver pelos seus próprios meios, no mercado da União Europeia e no mercado mundial. Segundo Carvalho (2015), essa guinada na política da PAC provocou a desintegração das economias camponesas, que foram forçadas a reestruturar seu modo de produção e de vida em função desses novos imperativos trazidos pela PAC. Acrescenta-se, ainda, que a PAC não tem ocorrido de modo específico, uma vez que as organizações de agricultores, nomeadamente na Europa, têm questionado a distribuição dos fundos e subsídios à agricultura.

Segundo Abramovay (1994), na prática, a PAC implementou um modelo de agricultura dual como forma de resolver a redução dos excedentes agrícolas. Assim, uma minoria de agricultores que conseguiu se manter inovador tornou-se responsável pela maior parte da produção, ao lado daqueles agricultores denominados “jardineiros da terra”, que passaram a exercer a função social de cuidar da paisagem e garantir a integridade do território. Para Moyano-Estrada e Ortega (2014), a nova mudança de prioridades na PAC pós-reforma estabeleceu um maior incentivo à multifuncionalidade da agricultura, cuja função não foi apenas a produção de alimentos, mas também a preservação de bens públicos.

Nesse cenário, Saraceno (2002) distingue três etapas na evolução das políticas de desenvolvimento rural na Europa: i) vai do Pós-Segunda Guerra até fins da década de 1980, na qual as políticas tiveram um caráter de acompanhamento das políticas de mercado, com uma conotação fortemente setorial; ii) marcada pela percepção do insucesso da concepção setorial, mudando-se a abordagem para uma lógica territorial, por meio da implementação do Programa LEADER (Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural), que se constitui num instrumento de intervenção com enfoque local no desenvolvimento em áreas rurais; e iii) caracterizada por esta mesma autora, como a integração dos enfoques setorial e territorial. A implementação da PAC na Espanha, a partir de 1986, marca um período

de transformações no espaço rural galego, no qual a maior preocupação dos agricultores estava relacionada à introdução do pagamento direto como compensação à queda nos preços dos produtos agropecuários devido às consequências da entrada do Mercado Comum.

Segundo Moyano-Estrada (2013), o Programa LEADER – que encerrou sua terceira etapa em 2006 – teve como objetivo o desenvolvimento das capacidades dos agentes locais das comunidades rurais, apoiando projetos-pilotos inovadores realizados por grupos de ação local e estimulando o intercâmbio de experiências e a cooperação transnacional. Para esse autor, os princípios norteadores do Programa se orientaram pela valorização da multifuncionalidade da agricultura, pela multissetorialidade da economia rural, onde aparecem como princípios e orientações gerais o seu perfil integrador de políticas, atores, ações e projetos locais; a sua abordagem de desenvolvimento endógeno ou de baixo para cima; bem como a sua orientação no sentido de garantir a valorização do conhecimento e autonomia locais (HENRIQUES, 2002).

Para que a PAC conseguisse atingir seus objetivos, foram elaborados os Planos de Desenvolvimento Rural (PDRs), que têm servido para orientar a distribuição de recursos de acordo com a realidade e as necessidades de cada nação em todos os países da União Europeia. Por sua vez, cada comunidade autônoma, na Espanha, elabora seu PDR, baseado nos planos nacionais. De acordo com a Xunta da Galícia (2013a), o PDR engloba todas as políticas para o meio rural, no qual são discriminados os apoios, as subvenções para cada país da União Europeia e a descrição das medidas de financiamento para a agricultura. No caso da Galícia e do PDR galego, é a Agência Galega de Desenvolvimento Rural (AGADER) que possui a competência de gerir as subvenções para agricultura. Assim, compreende-se que os agricultores galegos se deparam, atualmente, com constrangimentos aos quais são levados a desenvolver práticas de resistência e/ou adaptação. As estratégias de resistência podem se manifestar nas atitudes, formas de agir e no sentido que os agricultores atribuem a sua cotidianidade, o que Scott (2002) denominou de “formas cotidianas de resistência”.

Por outro lado, as estratégias de adaptação dos agricultores podem ser tidas como representando ações de ajustamento de suas práticas, em resposta às ameaças reais ou potenciais ao seu modo de vida. Nesse sentido, as estratégias de adaptação representariam a capacidade de lidar com os riscos e se adaptar às novas

circunstâncias, estando diretamente ligadas à capacidade de resposta dos agricultores diante das imposições das políticas de desenvolvimento rural.

Para Martins Ferreira (2012), a ideia de adaptação é utilizada para indicar ajustes, tanto no padrão de funcionamento do sistema, como também em suas características, que melhoram ou aumentam a sua capacidade de responder aos mais variados perigos. Tanto as estratégias de resistência, quanto as de adaptação podem ocorrer no ambiente de tomada de decisão nas Organizações Agrárias, assim como no âmbito da vida cotidiana dos agricultores. Compreende-se, no presente estudo, que as categorias “resistência” e “adaptação”, configuram-se, portanto, em relação à PAC pós-contexto de 1992, envolvendo a tentativa de acesso a recursos materiais e oportunidades que os auxiliem a sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Com a adesão da Espanha à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, foi preciso preparar o país para o processo de desenvolvimento resultante da integração comunitária. No sector agrário, a resposta a esse desafio passou pela criação de organizações socioprofissionais representativas dos interesses dos agricultores, como a Associação Agrária de Jovens Agricultores (ASAJA). A organização e institucionalização dos interesses da agricultura na forma de Organizações Profissionais e Sindicatos tentaram integrar os desígnios da PAC com as necessidades e anseios dos agricultores, na construção do desenvolvimento agrário nacional.

### **3 MARCO TEÓRICO**

O marco teórico elaborado voltou-se para subsidiar a compreensão das práticas de resistência ou adaptação dos agricultores da Galícia frente à PAC da União Europeia, pós década de 1990, foi elaborado com base nas contribuições de diferentes autores ao longo das últimas décadas, destacando a perspectiva de resistência de Scott (1985) e Ploeg (2008), e as de adaptação propostas por Silva (1998), Adger e Keller (1999), Adger (2006) e Wanderley (2009), referentes ao campesinato europeu.

As discussões sobre as noções de “resistência” e “adaptação” permitem compreender a situação presente dos agricultores familiares, como ator social

presente nas políticas públicas, considerando suas especificidades na forma de agir sobre o mundo.

### **3.1 Estratégias de resistência do agricultor galego**

Inscrito em condições tão adversas, o campesinato, para garantir a sua manutenção e a reprodução do seu modo de vida, sempre esteve envolvido em desafios para assegurar a maior autonomia possível em relação ao seu projeto de vida. O pelear por esses objetivos materializou-se em um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa da gestão de uma base de recursos simbólicos e materiais, entre os quais se destacam a luta pela terra e por um modo de vida. Assim, “[...] a terra camponesa não é apenas uma terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 40).

Decerto, para todos aqueles que acreditaram que a instalação do capitalismo agrário havia decretado o fim do modo de produção familiar, a emergência econômica, política e cultural de diversas formas de expressão da agricultura familiar consistiu em uma situação anômica<sup>13</sup>. Segundo Menezes e Malagodi (2011), a preponderância dessa apreensão modernizante da vida social e a crença no desenvolvimento econômico ofuscaram, de modo irrefletido, certas práticas camponesas. Todavia, elas continuaram a se reproduzir e a se reconstituir em diferentes situações. Contaminadas por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais, teorias e políticas de desenvolvimento rural, construíram uma compreensão dos processos agrícolas que não reconheciam no campesinato uma capacidade de agência.

Autores como Wolf (1976) e Thompson (1998) destacaram em seus trabalhos a dimensão pública da resistência camponesa. Além das rebeliões e guerras camponesas, a organização dos agricultores nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Segundo Ploeg (2008), no âmbito da multiplicidade de agriculturas familiares, a existência de uma agricultura com características

---

<sup>13</sup> Vale notar que a permanência camponesa na contemporaneidade implicou em uma participação decisiva deste ator social nas revoluções que abalaram o mundo ao longo do Século XX, por exemplo: Mexicana 1910, Russa (1905 e 1917), Chinesa (1921), Vietnamita (1961), Argelina (1954), Cubana (1958). Contudo, o protagonismo camponês não se limita aos conflitos armados, é significativo destacar que por meio da ação coletiva e dos movimentos sociais agricultores como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra ou o movimento Zapatista, dentre muitas outras, os agricultores familiares construíram seu espaço no mundo contemporâneo.

camponesas é marcada pela permanência de estruturas de reciprocidade e, principalmente, pela constante busca por autonomia perante o mercado, que consiste na sua capacidade de promover uma produção diversificada que associa a inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo, intensificação do trabalho manual, minimização do uso de recursos energéticos externos e constante otimização dos recursos naturais.

Dessa forma, a busca por autonomia imprime, nessa categoria social, uma comoção muito específica: a garantia de que o projeto de vida familiar esteja sempre em segurança. Esse é o projeto inspirador da racionalidade camponesa. Segundo James Scott (1985), as “formas cotidianas de resistência” podem ser expressas por meio de conflitos de classe que não se expressam através de movimentos organizados, mas por meio de uma série de práticas e representações inseridas no espaço rural cotidiano, ou seja, as chamadas formas de resistência cotidiana, que se constituem na “[...] luta prosaica, mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos agricultores” (SCOTT, 1985, pp. 32-33).

Scott (1985) observou que, em virtude do alcance limitado da vigilância e das formas de dominação, seria possível aos agricultores se apropriarem de pequenas quantidades de produtos agrícolas, que poderiam ser classificadas pelos dominantes como delitos ou roubo. Entretanto, na concepção de Scott (2002), tais “delitos” seriam legítimos, pois seriam inerentes a um senso de justiça moral, já que os agricultores muitas vezes as utilizam para sobreviverem – ainda que de forma muito elementar –, não logrando largas vantagens, nem individuais, nem coletivas, muito menos vantagens monetárias. Scott (2002) argumenta que a resistência cotidiana produz efeitos muito mais significativos na manutenção da autonomia do que as rebeliões.

Ao estudar essas microações, interessou a Scott (2002) a compreensão da “economia moral” ou a “ética da subsistência” inerente aos agricultores. Dessa forma, a sua preocupação se assenta na compreensão daquilo que fundamenta as estratégias que a população rural elabora para encarar as situações limites de sua vida, tanto no âmbito econômico, político, bem como aquelas relacionadas à base natural necessária à vida. A concepção de economia moral empregada em “As armas dos fracos” incorpora, assim, a dimensão dos valores e emoções e, especialmente, o senso de justiça camponês voltado para a (sub)existência do seu projeto de vida.

Scott ainda destaca que o camponês não está somente em busca de afirmar uma tradição, mas, também, invocar a afirmação de direitos.

Compartilhando dessa mesma perspectiva, Ploeg (2008) acrescenta que, para os agricultores, as práticas de resistência não são apenas reações ou oposições às formas de dominação, elas são também “uma forma de produção de ação”. Ao fazer referência ao trabalho de Scott (2002), Ploeg (2008) chama a atenção para a importância das práticas de resistência cotidiana dos agricultores em sua luta por autonomia. Na sua obra “Agricultores e Impérios Alimentares”, o autor aponta que a resistência está na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. A autonomia e a resistência seriam para Ploeg (2008) noções centrais na constituição dos agricultores enquanto atores sociais. No entanto, a adoção dessa postura, não implica necessariamente um confronto direto, mas desenvolver estratégias silenciosas e discursos ocultos em relação à dominação que lhes é imposta, ou seja, nem sempre a resistência tem o objetivo de eliminar as relações de dominação ou de desestruturar o sistema, mas tem a intenção de sobreviver dentro dele. Dessa maneira, os indivíduos com menor poder – seja econômico ou político – direcionam suas ações de modo a utilizar a sua capacidade criativa para reorganizar relações e garantir a própria sobrevivência.

Nos estudos sobre o campesinato, Wolf (1976), Scott (2002) e Ploeg (2008) destacaram que a busca por autonomia dos agricultores é, portanto, marcada pela busca por garantir as suas condições de reprodução social. Nesse contexto, a vida cotidiana assume fundamental importância, pois estabelece um cenário onde a trama do mundo vivido expõe o presente na sua sociabilidade contemporânea, revelando as suas transformações geográficas enquanto práticas socioespaciais ou sociológicas. Trata-se, assim, de um campo de análise importante, principalmente quando vivenciamos a aceleração das rotinas, a fragmentação dos acontecimentos cotidianos e a transformação dos significados instituídos. Entretanto, segundo Martins (2014, p 91) a vida cotidiana não se reduz a “usos e costumes” e nem a “casa e o quarto” ou ao “rotineiro e repetitivo”.

Para o autor, a história é vivida, em primeira instância, no cotidiano. Por isso, de modo algum o cotidiano pode ser confundido com as rotinas e banalidades de todos os dias. Diante dessas proposições, as teorias de Thompson (1981; 1987) e Scott (1985; 2002) compreendem que o objetivo dessas resistências é a

sobrevivência dos atores sociais dentro de um sistema de exploração e dominação. Segundo Scott (2002), a economia moral dos agricultores aponta para o fato de que as suas formas de resistência se legitimam por outros valores que não são inerentes ao utilitarismo econômico e mercadológico. Wanderley (2009) chama a atenção para o fato de que são as raízes e tradições camponesas os elementos que lhes possibilitam resistir aos diferentes contextos econômicos e sociais a que estão submetidos.

### **3.2 Estratégias de adaptação do agricultor galego**

Segundo Adger (2003), as estratégias de adaptação estão associadas à capacidade de os *meios de vida* “evoluírem”, a fim de acomodar as situações de risco ou mudança, ampliando a gama de variabilidade com que podem lidar com as situações de vulnerabilidade. Assim, as estratégias de adaptação se expressam como alternativas de escolha que buscam caminhos mais estáveis, sendo estratégias que “antecipam” possíveis crises e garantem maior estabilidade quando ocorrem situações de vulnerabilidade (NIEDERLE; GRISA, 2008). Para a abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) proposta por Frank Ellis (2000), as famílias desenvolvem suas estratégias de reprodução social estabelecendo ligação entre os ativos e as atividades que o grupo familiar possui para sobreviver. Segundo Ellis (2000, p.10), “[...] um meio de vida compreende os bens (natural, físicos, humanos, financeiro e capital social), as atividades e o acesso a estas (mediados pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a vida adquirida pelo indivíduo ou pelo grupo familiar”. Portanto, o meio que o indivíduo possui para viver envolve os ativos de que ele dispõe, suas atividades e as formas de acesso e uso que determinam o seu modo de viver.

Segundo Adger e Kelly (1999), a adaptação também pode ocorrer por meio das ações dos indivíduos facilitadas por instituições, bem como por meio da ação das próprias instituições, como acontece com os agricultores participantes das Organizações Agrárias na Galícia. Assim, as estratégias de adaptação se constituiriam em manifestações desenvolvidas para assegurar a sobrevivência do grupo familiar em longo prazo, buscando possibilidades para que as famílias camponesas possam ficar menos propensas às crises ao longo do tempo. Esse aspecto pode ser observado também em pesquisa realizada por Silva (1998) com os

agricultores nortenhos, nomeadamente minhotos em Portugal. O autor trouxe evidências de como a agricultura familiar em Portugal soube resistir, mas, também, adaptar-se aos desafios e pressões da economia envolvente no contexto de um país semiperiférico.

Tal adaptação, segundo Silva (1998), se deu pelo comportamento passivo e resignado dos agricultores nortenhos, que foram hostis ao risco e se esforçaram ao máximo para sobreviverem enquanto agricultores. Suas estratégias se caracterizaram pelo “conservadorismo”, pelo comunitarismo e coletivismo agrário, pelo sistema de entreajuda familiar, pela religiosidade e pela conservação das tradições existentes e mantidas durante o período da ditadura de Salazar, que os fizeram se adaptar a esse regime ditatorial. Esses mecanismos têm afinidade com os argumentos de Thompson (1998): as mobilizações políticas não buscam sempre a transformação de elementos da sociedade, mas, em alguns casos, lutam pela manutenção da ordem estabelecida, especialmente em momentos em que surgem ameaças aos costumes e aos direitos anteriormente conquistados.

De acordo com Wanderley (1999, p. 34), os agricultores familiares da atualidade “[...] enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo”, pois torna explícito que a matriz da racionalidade camponesa – que remete a uma busca contínua pela autonomia frente à sociedade englobante e à reprodução da unidade familiar – não se enfraqueceu e permanece como referência, influenciando as práticas e representações sociais dos atores do campo.

Segundo Tilly (2009), para entender as estratégias e demonstrações de força das organizações e de seus participantes, é fundamental perceber o contexto, os processos de criação cultural das ações coletivas e de resistências praticadas em seus territórios, assim como as injustiças, as oportunidades e as limitações identificadas pelos protagonistas, os recursos que dispõem e como os utilizam. O conceito de “repertório” é definido por Tilly (1995, p. 26) como “[...] um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolhas”, quando os agentes, em meio a um processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionadas de interação presentes no repertório, aquela mais adequada à expressão de seus propósitos. Considerar o camponês como um ator social contemporâneo significa, assim, admitir que essa permanência nos dias de hoje resulta das capacidades de resistência e/ou

adaptação desse ator social frente às adversidades interpostas em sua trajetória histórica.

| RESISTÊNCIA   | ADAPTAÇÃO  |
|---|--|
| -Nem sempre a resistência tem o objetivo de eliminar as relações de dominação ou de desestruturar o sistema, mas, antes, tem a intenção de sobreviver dentro dele, podendo ocorrer formas de negociação com os dominantes.  | - As estratégias de adaptação estão associadas à capacidade de os <b>meios de vida</b> “evolúem”, a fim de acomodar as situações de risco ou mudança, ampliando a gama de variabilidade com que podem lidar com as situações de vulnerabilidade.   |
| - Permanência de estruturas de práticas marcadas pela reciprocidade.  | - Segurança mínima de existência, conquistando e/ou conservando o seu pedaço de terra própria.<br>- Aproveitar todas as oportunidades para se ter uma situação relativamente autônoma – ajustamento.<br>- Estratégias de sobrevivência ligadas à racionalidade dos agricultores, mobilidade social e força.<br>- A atitude dos agricultores na aldeia, depende de seu lugar no sistema de patronato. |
| - Produção diversificada voltada para mercados locais e regionais, para o autoconsumo, para a intensificação do trabalho manual, a minimização do uso de recursos energéticos externos e a constante otimização dos recursos naturais.  | - Comunitarismo ou coletivismo agrário.<br>- O sistema é baseado na entreatajuda familiar.   |
| - Luta prosaica, cotidiana, constante, entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos agricultores. Mas de forma alguma o cotidiano pode ser reduzido com as rotinas e banalidades de todos os dias. É no cotidiano que se desenvolve as formas de resistência diante das “pressões contingenciais”.                               | - Práticas de inovação e mudança.  |
| - Economia moral ou a Ética da subsistência. Senso de justiça moral, que pode ser expresso em práticas que os dominantes classificariam como delitos e roubo, mas que se constituem em estratégias que os agricultores elaboram para encarar as situações limites de sua vida, tanto no âmbito econômico, político, bem como aquelas relacionadas à base natural necessária à vida. | Capacidade de lidar com os riscos e se adaptar as novas circunstâncias da vida – resiliência.  |
| - Defesa das tradições, mas, também, invocar a afirmação de direitos.   |  |

**Quadro 1** – Estratégias de resistência e adaptação

Fonte: Elaboração da autora com base em estudos de (SCOTT, 1985; SILVA, 1998; ADGER, 2006; PLOEG, 2008; WANDERLEY, 2009).

Mediante a elaboração do marco teórico apresentado, o qual se voltou para a compreensão das características referentes às práticas de resistência, assim como de adaptação, desenvolvidas pelos agricultores que integram duas Organizações Agrárias Profissionais da Galícia, a “Associação Agrária de Jovens Agricultores

Profissionais” e o “Sindicato Labrego Galego”, apresenta-se a seguir as hipóteses desta pesquisa.

#### **4 HIPÓTESES PARA INVESTIGAÇÃO**

H1 - As “práticas de resistência” em relação aos direcionamentos da PAC de 1992 são marcadas por posturas conservadoras, características de agricultores com ideal produtivista, fruto da Política produtivista da PAC de 1962, como os agricultores vinculados ao Sindicato Labrego Galego, que rejeitam o estabelecimento de políticas de cotas de produção e a conversão ao ecologismo. Já as “práticas de adaptação” às imposições da PAC pós 1992 são observadas mais nitidamente entre os agricultores ecológicos, como aqueles vinculados à Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais, que se constituíram em um contexto pós-produtivista, na qual houve a necessidade de ajustar os preços em consonância com a evolução do mercado mundial, devido à pressão orçamentária. Assim, as práticas agroecológicas e de preservação das tradições locais, exploradas nas atividades vinculadas ao turismo rural, constituem-se em forma de “adaptação” às diretrizes da PAC, que buscou estabelecer um perfil dual de agricultor, por meio do qual 20% dos produtores foram estimulados a se manter altamente produtivos e, os outros 80%, a produzir localmente e a desenvolver atividades não agrícolas no campo.

H2- A rejeição às cotas produtivas por parte dos agricultores do Sindicato Labrego Galego se constituem na expressão mais clara de resistência à PAC pós 1992.

Tais hipóteses se constituíram em guias para a coleta de dados, implementada junto às duas Organizações Agrárias Profissionais da Galícia investigadas: o Sindicato Labrego Galego e a Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais, cujos procedimentos serão detalhados a seguir.

#### **5 METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo e verificar a hipótese formulada utilizou-se metodologicamente da pesquisa bibliográfica, análise documental das organizações analisadas e da coleta de dados secundários, em sites oficiais das organizações galegas de agricultores. Complementando a pesquisa com dados

secundários das associações galegas de agricultores, realizou-se, ainda, entrevistas semiestruturadas com os agricultores participantes da Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais (ASAJA) e do Sindicato Labrego Galego (SLG) nos Conselhos de Carballo, Santiago e Pontevedra, situados na província de Corunha.

Assim, constatações na pesquisa de campo se referem especificamente à província de Corunha, Espanha, a qual foi produto de estágio da pesquisa doutoral sanduíche.

Entendendo que tanto a ASAJA Galícia quanto o SLG tinham uma alta representatividade e atuação nas Províncias de Corunha, Santiago, Lugo e Pontevedra, realizou-se oito entrevistas: quatro com agricultores da ASAJA e quatro com agricultores do Sindicato, entre junho e agosto de 2017.

O principal critério para escolha do território galego se deu pela significativa representatividade das Organizações Agrárias (associações, cooperativas, movimentos sociais e outras formas de mobilização) que expressam uma diversidade de modelos participativos dentro do campesinato espanhol, pensando na escala da luta camponesa não apenas pela sua dimensão material, mas principalmente pela sua dimensão política. Portanto, os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo. A Galícia é uma comunidade autônoma espanhola localizada no noroeste da Península Ibérica, formada por quatro províncias: A Coruña (onde está localizada a capital administrativa, Santiago de Compostela), Lugo, Ourense e Pontevedra.

A economia galega sofre variações em cada uma de suas províncias, prevalecendo as atividades relacionadas à pesca, ao cultivo e à extração de frutos do mar nas cidades costeiras, à agricultura nas unidades político-administrativas mais distantes do mar, seguida da indústria. Em todo o território galego, destacam-se as atividades do setor primário, prevalecendo a agricultura e, em menor medida, as criações de porcos e gado, as atividades pesqueiras e portuárias e a fabricação de vinhos produzidos nas regiões de Ribeiro, Valdeorras, Rías Baixas e Ribeira Sacra reconhecidos internacionalmente. Tem grande importância, ainda, o setor de comércio e serviços, com especial destaque para o turismo religioso, que tem no “Caminho de Santiago” o seu expoente. Por fim, cabe destacar que se trata de uma região marcada pela memória da sobrevivência das famílias camponesas por meio da prática da ajuda mútua entre os vizinhos, assim como pela referência viva às terras

soltas, nas quais ainda é possível coletar frutas, raízes e sementes nos bosques e florestas, prática realizada, majoritariamente, pelas crianças (CASTRO, 2010).

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Procurou-se analisar, neste item, as práticas adotadas pelas pequenas produções agrícolas familiares da Galícia no percurso das últimas três décadas com a adesão da Espanha à União Europeia e ao mercado aberto. De acordo com os agricultores entrevistados neste estudo, os principais destinos dos fundos da PAC, após a adesão da Espanha à União Europeia, beneficiaram os agricultores mais produtivos. Segundo eles, a lógica que vigorou foi a da dimensão da propriedade, em contraposição ao minifúndio, típico das regiões mais ao norte da Galícia. As mudanças ocorridas a partir das políticas agrícolas em território galego foram sentidas e partilhadas por todos os agricultores. Uma dessas mudanças no setor da pequena exploração agrícola e que afetou o cotidiano dos agricultores foi a alteração na comercialização dos produtos. No caso da fabricação dos queijos galegos, por exemplo, eles ficaram sujeitos às normas dos conselhos reguladores que definiam as características dos queijos, as suas condições de fabricação e a zona geográfica em que o queijo podia ser produzido. Também a produção de doces e embutidos foi condicionada à normalização sanitária, o que acarretou a opção pelo autoconsumo.

A economia agrícola galega é especializada na produção do leite e as exigências em qualidade que a incorporação ao mercado europeu trouxera fizeram com que os labregos passassem a reivindicar um marco legislativo que garantisse a sua produção, o preço e a comercialização dos seus produtos. Face à destinação dos subsídios da PAC para aqueles que melhor podiam integrar-se no *mainstream* da agricultura europeia, os agricultores galegos se organizaram em formas associativas e cooperativas, via Associações Agrárias Profissionais, com o objetivo de aumentar a sua força de negociação com o Estado (SARACENO, 2002).

Para além dessas formas associativas, os resultados da pesquisa trouxeram evidências de que os agricultores galegos se organizaram também no quadro das suas comunidades de vizinhança e desenvolveram formas de resistência construídas em defesa de uma cultura comum que não se encaixou com o projeto modernizador colocado pelas políticas neoliberais. Portanto, a capacidade de manobra dos agricultores galegos no contexto pós PAC de 1992 foi dotado de mecanismos

diferentes para mostrar seu desacordo com as políticas instituídas, ou fazendo uso de canais legais estabelecidos (assembleias, fóruns, entre outros), ou reativando formas de resistência cotidiana mais adequadas aos seus contextos, como os protestos contra o nível agrário empresarial e a criação de canais de curta comercialização.

No entanto, mesmo que os agricultores galegos participantes do SLG tenham reagido aos imperativos da PAC, eles não puderam deixar de sentir e de racionalizar as determinantes político-institucionais que superintendem a atividade agrária. Isso porque, como diz Giddens (2001), ninguém pode desligar-se completamente dos sistemas abstratos da modernidade. Ao estudar a agricultura familiar galega, Vilariño e Pérez (2014) apontaram a resiliência da agricultura familiar minifundista como uma de suas características. Para esses autores, a agricultura familiar galega tem sido, durante centenas de anos, uma agricultura de precisão que buscou se adaptar às mudanças climáticas e às características do país, o que lhe conferiu uma grande eficiência produtiva.

Nesse contexto, segundo Díaz Geada (2011), a partir da década de 1980, houve uma maior reivindicação por parte dos agricultores para que a agricultura não fosse entendida somente como produtora de alimentos, mas também como fornecedora de serviços à sociedade. Essa reivindicação dos agricultores apontou para mudanças no âmbito político, principalmente no que se refere a mais negociação com as autoridades, em que a subversão perdeu força de contestação a mudanças de garantia de diálogo, lançando mão de várias estratégias para a sobrevivência e reprodução da unidade familiar. A seguir são descritas as estratégias desenvolvidas pelos(as) agricultores(as) nas diversas esferas da vida cotidiana, quer seja no âmbito da economia e do mercado, do meio ambiente, da cultura, da política e da sociabilidade.

### **6.1 Adesão ao ecologismo, às feiras e à produção ecológica de alimentos**

A partir da análise das entrevistas, os resultados mostraram que a adesão ao ecologismo é uma forma de resistência e também de adaptação, presente principalmente nas aldeias camponesas. Tais comunidades rurais defendem as condições, o acesso e a distribuição dos recursos ambientais ligadas a uma matriz de racionalidade camponesa que foi se modificando com as estruturas capitalistas de produção. Para os agricultores participantes das Organizações Agrárias Profissionais

o futuro da Galícia passa pelo desenvolvimento do setor agrário e da produção ecológica e sustentável, baseado na produção de alimentos de qualidade em harmonia com o meio rural galego. Durante a entrevista com Rosália, agricultora participante do SLG contestou o modelo de agricultura imposto e apontou que: “[...] a evolução da agricultura nos leva a um modelo industrial, dependente das multinacionais e dos créditos, à custa do meio ambiente. Sou a favor da qualidade alimentar e da agroecologia” (Entrevistada 03). Percebe-se, na fala da Rosália, uma fala “nativa” de resistência ao imperativo das políticas agrícolas europeias, pois traz o argumento de que as práticas agroecológicas constituem uma prática de resistência aos agrotóxicos, tendo na soberania alimentar um dos pilares dessa adesão ao ecologismo.

No entanto, vale ressaltar que, a partir de 1990, a agricultura na Europa se dualizou. O que se estabeleceu foi a política de preços mínimos e os incentivos à agricultura foram sendo retirados. Diante dessa situação, os agricultores tiveram que se adaptar ao novo contexto das políticas agrícolas, desenvolvendo práticas ecológicas e sustentáveis, de acordo com as imposições do mercado. É esse panorama agrogalego, resultado da PAC e do Programa LEADER, que permitiu presenciar, por um lado, a utilização do arado no manejo da terra em propriedades camponesas, que mesmo não tendo condições econômicas de adquirir o trator, conseguiram acessar o mercado via participação nas Organizações Agrárias Profissionais, como por exemplo, nas feiras que acontecem nos finais de semana. Esses agricultores representam 80% daqueles que recebem incentivos do governo para serem agroecológicos.

Por outro lado, a utilização do trator em outras propriedades, onde o camponês é altamente produtivo, compõe os 20% dos agricultores que recebem incentivos do governo para produzirem para os supermercados de grande porte. A grosso modo, é essa estrutura dual que se estabelece com a entrada da PAC na Galícia e que nos faz perceber que, embora a fala da Rosália seja de resistência, ao trazê-la para o contexto da PAC, podemos inferir que sua fala é também de adaptação ao novo contexto, ou seja, de ajustamento às mudanças que lhe são colocadas em seu cotidiano. Segundo Garrido Fernández (2002), ainda que reivindique o papel do camponês como conservador da paisagem, a ênfase estava no aspecto produtivo, porque os agricultores labregos não aspiravam em converter-se em guardiões do meio ambiente, mas sim viver do seu trabalho dignamente. Na opinião de Xosé, um

dos agricultores participantes do SLG, a agricultura sustentável na Galícia passa por inúmeros desafios, como ele mesmo relata:

A agricultura sustentável é mais lucrativa e gera mais trabalho. Mas os modelos alternativos são sufocados pela falta de acesso a financiamento, as sementes são controladas por multinacionais e transgênicos. As grandes multinacionais e o mercado financeiro especulam com alimentos, reunindo matérias-primas para torná-los mais caros. E isso também afeta os mercados tradicionais (Entrevistado 04).

A princípio, uma das estratégias utilizadas pelos agricultores que participam das Organizações Agrárias para se evitar a ação de intermediário e, conseqüentemente, um processo de extração da renda da terra pelo capital comercial, tem sido a comercialização dos seus produtos diretamente ao consumidor final na sede da própria Organização, por meio do website da cooperativa (individualmente ou em lotes) e no comércio local, como aponta o relato abaixo:

Eles escrevem por e-mail e toda semana trazemos uma caixa de produtos. É um modelo alternativo para a atividade agropecuária: Essas experiências alternativas são o que geram a mudança (Entrevistado 03).

Esse relato mostra como a modernidade pode alterar as relações de produção e consumo, fazendo com que os agricultores busquem novas alternativas, criando novas matrizes socializadoras, como por exemplo, a venda pela internet. Além disso, os agricultores apostam no potencial do produto local e de temporada, buscando transformar as praças e parques das cidades em espaços de feiras, conciliando o funcionamento das feiras com as formas de vida e horários das famílias. Portanto, o camponês passou a se integrar ao mundo industrializado e sua forma de organização e cultura acabou dialogando com essas novas formas sociais, logo, suas estratégias produtivas acabaram sendo adaptadas em função das características das sociedades das quais ele fez parte (FERNÁNDEZ; LÓPEZ, 2013; VILARIÑO; PÉREZ, 2014).

Como argumenta Abramovay (1998), por mais importante que seja a produção a preços baixos de alimentos considerados básicos, torna-se cada vez mais significativa a demanda por gêneros diferenciados. Os agricultores e suas organizações precisam saber qual é o seu cliente, em que espaço ou nicho de mercado vão inserir seus produtos, e a que demanda da sociedade serão capazes de

responder. Inseridos nesse contexto, para alcançar o futuro de uma agricultura ecológica, os camponeses(as) galegos ressaltaram o apoio das Associações Agrárias à produção local durante todo o ano, com a implementação de uma política agrária voltada para a remuneração justa de trabalho e adequada política de preços. Segundo Gómez López (2004), a grande contribuição no processo de resistência dos agricultores espanhóis está relacionada ao processo de organização cooperativista, pois, segundo o autor, as cooperativas não resolvem a problemática vivenciada pela agricultura em todo o mundo, no entanto prolonga seu processo de sobrevivência.

Dados estatísticos do meio rural na Galícia revelam que sua superfície ecológica cresceu 37% em 2017, superando os 31.436 hectares, e com aumentos especialmente significativos em áreas como a província da Coruña, que conta com o maior percentual de crescimento em área ecológica registrada, somando mais 94,22% ao ano e colocando-se como o primeiro na Galícia em horticultura (INE, 2017).

Conforme dados da Agência Galega de Desenvolvimento Rural (AGADER, 2017), a província de Corunha é a única com produção industrial de lúpulo e, no que diz respeito à fruticultura, concentra 42% da produção de kiwis de toda a Galiza. Concentra-se também 80% das peras e 40% do total galego em morangos e vegetais. Acrescenta-se, ainda, uma área com tendência crescente dedicada ao gado e pastagem, com 1.024 hectares permanentes, 384 para pastos temporários e outros 726 para usos combinados da floresta. Em que pese o auge da agricultura ecológica na Galiza destinadas aos grandes mercados, a singularidade da agricultura ecológica praticada pelos agricultores nas aldeias rurais vem se configurando na resposta às cadeias longas de comercialização. Para esses agricultores que operam vinculados a uma base ecológica de produção, cabe argumentar que não somente os próprios alimentos representaram diferentes convenções de qualidade, mas também o modo da organização social das cadeias de abastecimento é totalmente reorganizado, como acontece com a organização das feiras ecológicas nos espaços rurais e urbanos da Galícia.

As feiras ecológicas realizadas pelos agricultores nas cidades de Corunha, Santiago da Compostela, Pontevedra e Lugo representam o reflexo da capacidade de resistência dos agricultores e de “adaptação” aos novos contextos econômicos e sociais, ressignificando relações sociais e sinergias entre o consumidor mais exigente e a produção orgânica ou ecológica. Uma prova dessa resistência – percebida a partir

de observações de campo – foram as formas de negociação efetuadas pelos agricultores feirantes com seus fregueses, visto que elas estão ligadas aos universos culturais desses trabalhadores ou por redes de parentesco e de afinidades, e não somente por lógicas racionais, ligadas ao mundo do mercado. Ao mesmo tempo, a estratégia dos agricultores ligados ao sistema alternativo passou pela necessidade de desenvolver uma compreensão do mercado em mutação, e se adaptar a novos nichos de mercado para acessar as oportunidades identificadas.

Na percepção dos agricultores galegos participantes do SLG e da ASAJA, as feiras ecológicas fazem parte do comércio tradicional, lugares de “tempo lento” e que contrariam a racionalidade dos supermercados, lugares de “tempo rápido”. Partindo dessa premissa, as feiras também são espaços de socialização secundária, de possibilidades reais e efetivas de comunicação, de trocas de informação e construção política, ou seja, são contra racionalidades resistentes às mudanças e imposições do mundo globalizado.

## **6.2 A questão ambiental e a preservação da natureza**

A subsistência dos agricultores depende dos recursos naturais locais e, quando eles se sentem ameaçados, também está em perigo a própria sobrevivência das aldeias ou comunidades. Portanto, defendem não só a sustentabilidade do meio ambiente, mas a sustentabilidade do ser: do ser labrego. Fernández (2007), em seu artigo “La protesto campesina como protesta ambiental em los siglos XVIII-XX”, já apontava para o caráter conflitivo dos agricultores ao tema ambiental, embora tenham optado pelo termo ambiental e não o ecologista para expressar as ações de protesto.

De acordo com esse autor, o conflito ambiental teria sua origem no acesso, manejo e distribuição dos recursos naturais essenciais as comunidades, como ilustra a Figura 1, que mostra a manifestação dos campesinos contra a privatização dos bosques.



### **6.2.1 Formação e qualificação profissional no campo**

A partir da observação participante e das entrevistas, constatamos que a educação no campo, por meio da escolarização rural e gratuita, a formação profissional, e criação dos Centros Rurais Agrupados compõem também o leque de ações coletivas dos agricultores que participam das Organizações Agrárias Profissionais. Para além dos aspectos educacionais, a criação de centros culturais paroquiais e espaços de lazer são algumas das reivindicações dos labregos(as), no sentido de garantir a permanência dos jovens no campo.

A defesa pelo perfil profissional do camponês e a profissionalização do setor agrário pode ser observada no primeiro número da Revista dos Jovens Agricultores da ASAJA, em 1981, que trouxe como o principal objetivo da organização: “a defesa do campo pelos homens do campo. Uma defesa profissional, porque todos buscamos a rentabilidade de nossas explorações agrárias e pecuárias. Buscamos que nos pague como se deve, nossos porcos, nosso vinho, nosso leite” (ASAJA, 2010).

Esse trecho da revista fala sobre agricultores profissionais e traz um discurso que preza pela rentabilidade da exploração e a profissionalização do agricultor. Nas palavras de Villaverde et al. (2001), pode ser considerado como um discurso neo campesino, que expressa o caráter heterogêneo do setor agrário e centra o seu interesse nos agricultores familiares, entendendo sua propriedade agrícola como um meio de vida e um instrumento de trabalho. Portanto, não se espera somente critérios de eficiência, mas, sim, valores sociais, como a garantia da manutenção do tecido social atrelado ao rural.

### **6.2.2 Defesa da igualdade de gênero no campo**

Defendem, ainda, a igualdade de gênero nas atividades agrícolas e políticas integrais de desenvolvimento rural que fogem à lógica da competitividade, mas que priorizem a sustentabilidade social. De acordo com o depoimento de uma jovem agricultora da Comarca de Betanzos, Província de Corunha,

[...] o mais importante das mudanças que experimenta o rural galego, não está somente em atender as exigências do mercado global, senão na nova situação da mulher, que encontra poucos motivos para ficar no campo. Vivo no campo e o meu trabalho depende da terra, mas não sou a minha avó... tenho internet, tenho carro... Se me vires noutro contexto, sou uma pessoa normal (participante da ASAJA de Santiago).

Esse relato retrata a visão da maioria das mulheres galegas participantes das Organizações sobre sua condição feminina e, por isso, não se ajusta ao modelo tradicional, no qual se espera que elas cuidem da família, da quinta, mantendo à margem da maioria das tomadas de decisão. Na atualidade, esse modelo de mulher se restringe a zonas remotas ou a mulheres muito idosas. Embora vivam em zonas rurais, as mulheres participantes das Organizações Agrárias não se consideram rurais, pois possuem recursos financeiros, formação profissional e carregam consigo um projeto de vida, por isso não se acham nem diferentes, nem inferiores às mulheres da cidade e aos homens do campo.

Nesse sentido, para Arranz (2000), os impulsos das políticas públicas de igualdade de gênero na Galícia destinaram-se a eliminar as discriminações contra as mulheres em suas atividades laborais, e se tem concretizado por meio dos Planos de Igualdade de Oportunidades, que constituem um conjunto de medidas aprovadas pelo governo para serem aplicadas pelos departamentos. O atual modelo de desenvolvimento rural presente na Galícia incorpora a perspectiva de gênero e a criação de empresas de pequena dimensão que empregam capital e recursos locais. Esses negócios beneficiam a equidade social por proporcionarem ao coletivo feminino uma via de entrada nos mercados laborais rurais, nos quais as perspectivas de emprego são escassas.

De acordo com Pereira (1998), até ao final do século XIX, as trabalhadoras galegas não tinham nenhum protagonismo político e nem eram associadas aos sindicatos. No entanto, as políticas de governo pós-reforma da PAC passaram a valorizar o trabalho da mulher nas explorações agrícolas, o que fez com que as mulheres passassem a ter direito à herança e participação nos órgãos de decisão política.

### **6.2.3 A adequação da produção e comercialização dos produtos agrícolas às exigências do mercado europeu**

A comercialização da produção agrícola e as exigências e normativas institucionais que decorrem da adoção da PAC são consideradas aquelas em que, regra geral, os agricultores têm mais preocupações (ESTRADA; FERNÁNDEZ, 2007).

A globalização, as exigências crescentes da qualidade da produção agrícola, aliadas às dificuldades de comercialização e de cumprimento de rigorosas regras comunitárias nos domínios da ecocondicionalidade também conduzem, conforme relatam os agricultores entrevistados, as dificuldades acrescidas na gestão das suas explorações. Ainda que se fale de reforma de estrutura no campo galego, para fazer frente aos constrangimentos vivenciados pelos agricultores galegos, os agricultores participantes das Organizações Agrárias buscam uma transformação técnica que adapte as explorações galegas às exigências do mercado. Os agricultores lançam mão de diversas estratégias para recuperar e proteger o patrimônio cultural e as tradições associadas a produtos agrícolas locais, com destaque para o setor agroalimentar.

Para desenvolver o potencial endógeno dos espaços rurais e se adaptarem às exigências das políticas agroambientais da União Europeia, a estratégia encontrada pelos(as) agricultores(as) labregos tem sido a combinação de um processo de identificação com a criação de marcas e aspectos distintivos ligados à tradição e ao patrimônio cultural das famílias. Esse aspecto adaptativo dos agricultores a novas condições de mudança foi também encontrado por Stadel (2008), ao estudar o potencial das estratégias de resistência e adaptação dos agricultores nos Andes Tropicais. Em sua pesquisa, Stadel (2008) verificou que a adaptação e resiliência andina não se baseavam apenas à preservação da biodiversidade e à promoção do patrimônio cultural, mas em ter que lidar com e adaptar-se a mudanças e novos estilos de desenvolvimento, por meio das estratégias de autogestão dos recursos presentes no sistema de produção.

A política de Desenvolvimento Rural da União Europeia (UE) reconhece a importância desse tipo de estratégia e o potencial relativo aos alimentos de qualidade diferenciada em relação aos produtos agrícolas convencionais. Elementos como a paisagem, as festas e rituais, o artesanato, a arquitetura popular e a gastronomia constituem elementos de um novo modelo de ruralidade baseado no produto rural. No

contexto das políticas de valorização territorial e da multifuncionalidade da agricultura na Galícia, os agricultores participantes das Organizações Agrárias passaram a se preocupar com a proteção aos atributos de qualidade associados à origem geográfica dos alimentos. Em verdade, essa é uma prática muito antiga nos países do mediterrâneo, mas, de acordo com Munõz e Caldenty (2000), a Espanha, por sua vez, incorporou-se a esse processo em 1932, por meio do Decreto no qual estabelecia a figura da Denominação de Origem, a princípio aplicada somente ao vinho. A partir de 1970 passou a englobar outros produtos alimentares como o azeite de oliva, o queijo e o *jamón*<sup>14</sup>.

Nesse contexto, os campesinos labregos que participam da ASAJA compartilham de uma nova maneira de “ler o agro”, onde suas práticas sindicais têm que se adaptar ao contexto em que atua o sindicato e, em função disso, orientam suas demandas. Ao contrário de outros sindicatos, a ASAJA não vê no agrogalego uma agricultura familiar em situação de dependência e subdesenvolvimento, nem defende uma transformação da sociedade agrária desde sua estrutura; ao contrário, concebe o camponês como um “empresário” que deve buscar a eficiência do seu trabalho e a dignificação da agricultura como profissão.

No entanto, para que a agricultura se torne uma atividade funcional para a economia, necessita-se de um processo de modernização promovido pelo Estado e protagonizado pelos próprios agricultores, no sentido de reforçar as técnicas agroecológicas e a abertura de mercados, com agregação de valor e certificação de origem (LOPÉZ; ORTIZ, 2001).

Os resultados da pesquisa corroboram os estudos de Lozano e Aguilar (2010) sobre a diferenciação e qualidade dos produtos, ao revelar a importância dessas estratégias para os territórios europeus, bem como para os agricultores, porque evocam a importância dos saberes tradicionais, modos de fazer e produzir das aldeias. Além disso, evidencia-se a emergência de um novo paradigma, onde o que impera é a qualidade dos produtos e processos, tendo o camponês que se adequar às novas mudanças e introduzir novas práticas. Conforme argumenta Munõz e Caldenty (2000), após a remodelação nas políticas para a agricultura e nos programas voltados ao desenvolvimento rural, como o programa LEADER, instaurou-se um novo cenário no meio rural europeu, orientado para a produção de qualidade

---

<sup>14</sup> Xamón em galego, um presunto cru, curado e não defumado.

em um rural que responde por novas e distintas funções da sociedade pós-industrial. Dessa forma, ao prover bens e serviços que trazem elementos como a natureza e a tradição, passam a agregar maior valor aos produtos rurais que competem com os mercados globais.

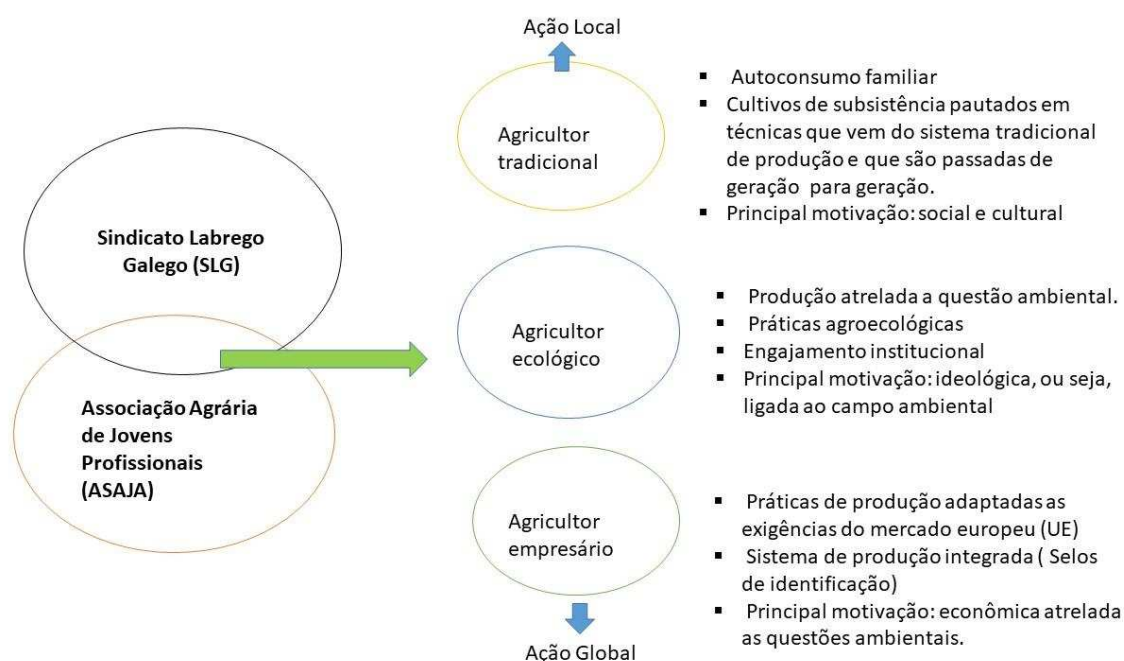
Nesse sentido, os labregos(as) participantes das Organizações Agrárias Profissionais constroem propostas e práticas alternativas sob diferentes aspectos da vida cotidiana, utilizando a criatividade social e a inovação política, aprendida e reelaborada em seu cotidiano. Tais elaborações são fruto do trabalho continuado daqueles que preparam ações e mobilizações, que tentam negociar com as autoridades e instituições poderosas. No entanto, a liberdade para escolher a melhor estratégia para enfrentar ou se adaptar a um novo contexto social e político está restrita à disponibilidade de ativos, que vai possibilitar aos indivíduos expandir ou restringir suas capacitações individuais.

Frente a isso, a apropriação do capital social e político por parte dos agricultores que participam das Organizações Agrárias Profissionais pode representar o conjunto de ativos mais utilizados pelos agricultores. Nesse cenário, não se pode ignorar que os agricultores passaram por um processo de recriação, redefinição e até diversificação com as mudanças que ocorreram e vem ocorrendo no campo, o que vai ao encontro com aos dizeres de Moura (1988): o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal.

Portanto, o processo de modernização do rural galego despertou a adaptação criativa dos agricultores ecológicos, como aqueles vinculados à Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais. Em todo esse processo está a construção das identidades individuais e coletivas dos sujeitos sociais envolvidos, que são transformadas, construídas e desconstruídas, favorecidas pelos constantes debates, intercâmbios, aprendizagens e ações desenvolvidas nesse espaço socializador. Nesse fazer cotidiano dos agricultores residem processos emancipadores, uma vez que os sujeitos se apropriam do capital político para pensar criticamente sobre a sociedade.

## 6.2.4 Uma análise das estratégias de adaptação e/ou resistência dos agricultores: uma analogia possível

A partir das estratégias de adaptação e/ou resistência dos agricultores galegos aos direcionamentos da PAC, procuramos traçar o perfil de agricultor, como mostra a Figura 2:



**Figura 2** - Perfil dos agricultores galegos diante das estratégias de resistência e/ou adaptação à PAC  
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Tomando como base interpretativa a natureza das estratégias, seja de caráter mais contestatório ou adaptativo, constatamos a presença de três tipos de agricultores no meio rural galego: os “agricultores tradicionais”, que visam o autoabastecimento da família, conciliando diversos sistemas de criação e cultivo, pautados em técnicas que vem do sistema tradicional passado de geração para geração; os “agricultores ecológicos”, que têm suas práticas produtivas atreladas à questão ambiental; e os “agricultores empresários”, aqueles que introduziram o sistema de produção integrada em suas práticas, devido às imposições da União Europeia.

É interessante notar que, especialmente entre os agricultores ecológicos e os agricultores empresários, há uma linha tênue que separa essas duas categorias de agricultores e que expressa um rural em franca transformação. Isso significa dizer

que, ao mesmo tempo em que estão engajados com novas perspectivas na sua relação com a natureza e a sociedade, estão também alicerçados a mudanças nos padrões técnicos, já que as novas formas de comercialização passam por uma reorganização, pois os produtos agora são certificados e identificados.

Os resultados apontaram que está em curso na Galícia um processo significativo que aponta para a emergência de iniciativas que buscam caminhos associativos face aos obstáculos da comercialização e certificação dos produtos ecológicos. A reação desses agricultores às diferentes pressões e rupturas nos processos produtivos e comerciais levou muitos deles à adoção de estratégias de diversificação dos canais de comercialização. Esses canais passam pelos mercados da indústria processadora de alimentos, a venda direta ao consumidor nas feiras livres e também o escoamento da produção via Organizações Agrárias.

Em face dos cenários de aumento da monetarização da vida social<sup>15</sup>, a partir do acirramento das políticas agrícolas europeias, essas relações conferem à atividade econômica dos agricultores galegos várias possibilidades de se inserir tanto nos mercados agrícolas convencionais, como em outros por meio de processos solidários de interação e troca; relativizando, assim, as concepções fechadas do mercado e abrindo-o aos múltiplos mercados e relações econômicas.

A partir da análise desse esquema, pode-se inferir que a ausência ou a negação à modernização possibilitou a formação de estratégias de resistência e também de adaptação ao sistema neoliberal e as práticas liberais do Estado. Com a globalização, houve também exigências crescentes na qualidade da produção agrícola, aliadas ao cumprimento de rigorosas regras comunitárias nos domínios da ecocondicionalidade. Conforme relatam os camponeses, a incorporação de novas práticas na produção e na comercialização dos alimentos permitiram aos agricultores desenvolverem uma artesanidade<sup>16</sup>, uma capacidade criativa que possibilitou a formação de um camponês adaptativo. Contudo, os resultados da pesquisa apontaram que o fato de o camponês galego ter acessado ao mercado agroalimentar e ter a propriedade dos seus meios de produção, não significou que ele perdeu a sua condição ou identidade. Esse achado da pesquisa pode ser corroborado com o que

---

<sup>15</sup> Termo utilizado por Navarro e Pedroso (2011), para explicar as novas formas de produção e acumulação econômica, combinadas com a adoção de novas tecnologias e o aumento da concorrência entre os agricultores.

<sup>16</sup> A ideia de artesanidade se refere “[...] a capacidade de adaptar o controle do processo de produção à penetração de diferentes formas de relações mercantis” (PLOEG, 2006, p. 259).

tem defendido Abramovay (1992) e Lamarche (1993), ao argumentarem que o camponês se envolveu com o capital industrial e financeiro porque necessitava adquirir os meios de produção indispensáveis a sua reprodução social.

## **7 CONCLUSÕES**

Dos agricultores participantes das Organizações Agrárias estudadas combinaram práticas de resistência e adaptação diante dos imperativos do modelo industrial de produção europeu. No entanto, os agricultores que participaram do SLG desenvolveram práticas de viés mais contestatório, ou seja, práticas de resistência, principalmente no que tange às dimensões ambientais, sociais e culturais. Com a reforma da PAC Pós 92, os agricultores galegos tiveram como impacto: a monetarização da sua vida social; e a necessidades de inserção aos mercados diante do surgimento de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola. Já os agricultores participantes da ASAJA desenvolvem práticas de viés mais adaptativo em seu cotidiano de trabalho e de vida, ou seja, práticas de adaptação, imbuídas por um discurso neocampesino, no sentido de assimilar e adequar às imposições do mercado. Assim, os agricultores tiveram que acompanhar a modernização do rural e a profissionalização do agricultor, que gradativamente foi se convertendo para um agricultor especializado. Esse resultado corrobora a tese de que as “práticas de resistência” em relação aos direcionamentos da PAC de 1992 foram marcadas por posturas conservadoras por parte dos agricultores vinculados ao SLG, mas, ao mesmo tempo, buscaram se adaptar ao novo contexto político, convertendo-se à agricultura ecológica. Já entre os agricultores ecológicos, como aqueles vinculados à Associação Agrária de Jovens Agricultores Profissionais, desenvolveram de forma muito mais direta práticas de adaptação às diretrizes da PAC Pós 1992.

À guisa de conclusão, os agricultores(as) passaram a construir propostas e práticas alternativas sob diferentes aspectos da vida cotidiana, utilizando a criatividade social e a inovação política aprendida e reelaborada dentro das Organizações Agrárias Profissionais. O repertório de ação coletiva dos agricultores participantes das duas Organizações estudadas na Galícia combinaram práticas de resistência e adaptação diante dos imperativos do modelo industrial de produção europeu. Tal fato comprova a hipótese de que a força da socialização secundária

pode influenciar a vida cotidiana dos camponeses, engendrando práticas rotineiras de resistência e/ou adaptação face à dinâmica das políticas agrícolas neoliberais.

## REFERÊNCIAS

ALEGRE, E. V. A. PAC y desarrollo rural: una relación de amor-odio. **Información Comercial Española, ICE: Revista de economía**, n. 803, p. 45-60, 2002.

ABRAMOVAY, R. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, n. 24, 1994.

ADGER, W. Neil. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. **Economic Geography**, v. 79, n. 4, p. 387-404, 2003.

\_\_\_\_\_; KELLY, P. Mick. Social vulnerability to climate change and the architecture of entitlements. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 4, p. 253-266, 1999.

AGUILAR, E. C.; LOZANO, C. L. Productos locales, mercados globales. Nuevas estrategias de desarrollo em el mundo rural. In: GARCÍA DO CAMPO, M. (Ed.). **Perspectivas Teóricas em Desarrollo Local**, La Coruña, Netbiblo, 2010.

ASAJA. Report on the European Congress of Young Farmers. Tierra y Vida. **Revista informativa profesional de la Asociación Agraria de Jóvenes Agricultores de España**, ASAJA, v. 381, p. 8-15, 2010.

AZCÁRATE, T. G. **Presente y futuro de la reforma de la PAC**: una visión desde Bruselas. Agricultura Familiar en España, 2007. Disponível em: <[http://www.upa.es/anuario\\_2007/pag\\_060-071\\_azcarate.pdf](http://www.upa.es/anuario_2007/pag_060-071_azcarate.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CARÍSIO, M. C. D. A. **Evolução da Política Agrícola Comum da União Europeia e seus Efeitos Sobre os Interesses Brasileiros nas Negociações Internacionais sobre Agricultura**. Brasília: IRBr: Funag, 2006. (Coleção Teses CAE). Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0337.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CARVALHO, P. N. C. **Dos antecedentes históricos à primeira reforma da política agrícola comum (PAC) da União Européia (EU)**: conflitos, convergências e repercussões internacionais de uma das mais paradigmáticas e controversas políticas comunitárias. 2015. 373f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

CASAL LAREO, A.; MEDINA, S. **Vertidos de petróleo y salud pública**. 2003. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/pdf/gsv17n2/editorial.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COLLE, C. A.; ALVIM, A. M. **Harmonização e complementaridade entre as políticas para a agricultura do Brasil e da União Européia**. 2017. 230 f. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/tede/7475>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

COMISSÃO EUROPEIA. **Política Agrícola Comum e a agricultura na Europa**. Disponível em: <[http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-13-631\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-631_pt.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DÍAZ-GEADA, A. **O campo en movimento. O papel do sindicalismo labrego no rural galego do tardofranquismo e da transición (1964-1986)**. Santiago da Compostela: Universidad de Santiago e Fundación Juana de Veja, 2011.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESTRADA, E.; FERNÁNDEZ, F. E. G. La funcionalidade agrária y territorial: discursos y políticas sobre agricultura y desarrollo rural. **Economia Ensaio**, Uberlândia: UFU, v. 22, n. 1, jul./dez. 2007.

FRAGOSO, R. M. S.; MARQUES, C. A. Competitividade do regadio em Portugal nenhum contexto da Nova Política Agrícola Comum: O Caso de Uma Exploração agrícola não Alentejo. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [on-line], v. 45, n.1, pp. 49-70, 2007.

GALICIA. AGADER - Agência Galega de Desenvolvimento Rural. Programa LEADER. Santiago de Compostela, 2014. Disponível em: <<http://agader.xunta.gal/es/lineas-de-ayuda/gestionadas-por-los-gdr/programa-leader>>. Acesso em: 15 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Conselleria do Medio Rural. Programa de Desenvolvimento Rural de Galicia (PDR) 2014-2020. 2017. Disponível em: <<http://mediorural.xunta.gal/>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Boletim de Geografia**, Maringá, PR, v. 26/27, n. 1, p. 15-23, 2008/2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HENRIQUES, M. A. Globalização e integração diferenciadora dos espaços rurais. In: REIS, J.; BAGANHA, M. I. (Orgs.). **A economia em curso: contextos e mobilidades**. Porto: Afrontamento, 2002.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: Comparação Internacional**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1993.

LOZANO, C. C. **Agricultura Ecológica y “Segura”**. Multifuncionalidad, calidad y territorio en el contexto de la globalización. 2007. Tesis doctoral -Universidad de Sevilla, 2007.

MARQUES, C. A. F. **As Reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e a Agricultura Portuguesa.** 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O319.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os agricultores como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

MOYANO-ESTRADA, E. **Desarrollo local y cohesión em el marco de la nueva programación estratégica de la UE (2014-2020).** Notas de palestra proferida no seminário “La estratégia Leader en el nuevo enfoque participativo de La Unión Europea para el desarrollo local (2014-2020)”. Salamanca, Espanha, 2013.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 4, p. 687-704, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. (Org). **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha.** Campinas: Alínea, 2015.

MUÑOZ, A. C. G; CALDENTEY, P. Signos de calidad en productos agroalimentarios, **Revista Tierra Sur**, n. 7, p. 30-36, 2000.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. **Texto para Discussão**, Brasília, v. 42, 2011.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 41-69, jul./dic. 2008.

PAULINO, E. T. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo, Expressão Popular, 2010.

PLOEG, J. D. V. **Agricultores e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

SARACENO, E. **La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano.** Bruselas: Comisión Europea, 2002.

SILVA, M. C. **Resistir e adaptar-se.** Constrangimentos e estratégias no noroeste de Portugal. Porto: Afrontamento, 1998.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance.** New Haven and London, Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Los dominados y el arte de la resistencia.** México: Ediciones Era, 2002.

STADEL, C. Vulnerability, resilience and adaptation: Rural development in the Tropical Andes. **Pirineos**, n.163, p 15-36, 2008.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Indianapolis (IN): Anderson-Wesley, 1977.

TORRES RIBEIRO, A. C. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **Revista OSAL**, Buenos Aires: CLACSO n. 2. , 2006.

THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILARIÑO, E. V. C.; PÉREZ, X. C. C. **O pequeno é grande**: A agricultura familiar como alternativa: O caso galego: Através Editora, 2014.

VILLAVERDE, A. L. L; HERAS, M. O. **Entre surcos y arados**: el asociacionismo agrario en la España del siglo XX, Universidad de Castilla-La Mancha, 2001.

WANDERLEY, M. de N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPE, p. 21-55, 1999.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

## ARTIGO 4

### OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE AGRICULTORES GALEGOS DA ESPANHA PÓS PAC DE 1992

#### Resumo

A organização dos agricultores galegos em associações, cooperativas e sindicatos, após a reformulação da Política Agrícola Comum (PAC) de 1992, colocou em curso práticas agrícolas diferenciadas, de acordo com a capacidade desses agricultores de se adequarem aos novos parâmetros agroindustriais e de comercialização da produção ecológica na Galícia/Espanha. O objetivo deste artigo foi analisar as práticas e os direcionamentos que agricultores galegos, com diferentes perfis socioeconômicos e produtivos, vêm instituindo junto às organizações agrárias a que estão vinculados para enfrentar os desafios trazidos pela reformulação da PAC, pós década de 1990. Adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados secundários em sites oficiais das organizações galegas, bem como a aplicação de um questionário semiestruturado junto aos agricultores que participaram da Organização de Jovens Profissionais (ASAJA) e do Sindicato Labrego Galego (SLG), na região da Galícia/Espanha. Os resultados apontaram para o fato de que os pequenos agricultores exploraram mais os canais de comercialização direta, em cadeias curtas de comercialização, enquanto os agricultores de médio porte conseguiram se inserir nas cadeias de supermercados, praticando uma agricultura ecológica de escala.

**Palavras-chave:** Organizações Profissionais, agricultores galegos, produção ecológica

## THE CHALLENGES FACED BY THE PROFESSIONAL ORGANIZATIONS OF GALICIAN FARMERS IN SPAIN POST-PAC 1992

### Abstract

The organization of Galician farmers in associations, cooperatives and trade unions, following the reformulation of the 1992 Common Agricultural Policy (CAP), has put in place differentiated agricultural practices, according to the farmers' ability to adapt to the new agroindustrials and marketing parameters of production in Galicia / Spain. The objective of this article was to analyze the practices and directions that Galician farmers, with different socioeconomic and productive profiles, are established with the agrarian organizations to which they are linked to face the challenges brought about by the reformulation of the Common Agricultural Policy, post 1990s. as well as the application of a semi-structured questionnaire to the farmers who participated in the Organization of Young Professionals (ASAJA) and the Labrego Galego Union (SLG), as a methodological procedure for bibliographical research, the collection of secondary data on official websites of Galician organizations, in the region of Galicia/Spain. The results pointed to the fact that small farmers have explored direct marketing channels in short marketing chains, while medium-sized farmers are able to enter the supermarket chains by practicing ecological scale farming.

**Keywords:** Professional Organizations, Galician farmers, organic production

### 1 INTRODUÇÃO

A produção orgânica ou ecológica<sup>17</sup> está cada dia mais presente no cotidiano das sociedades contemporâneas, tanto no contexto dos países capitalistas centrais quanto das nações em desenvolvimento, seja para suprir os mercados locais, seja para atender a crescente demanda internacional. Segundo estudo realizado pelo Ministério Espanhol da Agricultura Alimentação e Meio Ambiente (MARM, 2015) a demanda de alimentos produzidos ecologicamente foi promovida por grupos organizados de consumidores ecológicos, que se tornaram mais visíveis na Espanha a partir da década de 1980. A valorização das práticas agrícolas voltadas para a sustentabilidade ambiental por parte da política de Desenvolvimento Rural da União Europeia, a partir da década de 1990, incentivou a procura e o consumo de produtos ambientalmente limpos e seguros. Assim, a emergência da oferta de produtos de base ecológica tornou-se uma constante no mercado europeu.

---

<sup>17</sup> Existe ampla controvérsia sobre a terminologia utilizada: produtos orgânicos e produtos ecológicos. Trata-se de um terreno de disputas, seja no plano acadêmico, seja no plano político-ideológico. Não é nosso propósito entrar nesse debate. Se o adjetivo orgânico foi consagrado na nova legislação brasileira, no âmbito europeu, e espanhol, a segunda expressão é absolutamente preponderante.

A produção e a comercialização de alimentos ecológicos têm sido amplamente estimuladas na Espanha, especialmente por políticas públicas voltadas para a população rural dos países europeus, a partir das experiências inerentes às iniciativas LEADER (Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural) e PRODER (Programa Plurirregional de Desenvolvimento e Diversificação Econômica de Zonas Rurais). Segundo Delgado e Ramos (2003), esses programas governamentais foram criados devido às fragilidades identificadas na PAC em fins da década de 1980, que levaram a União Europeia a buscar novas experiências e iniciativas integradoras para alcançar o desenvolvimento rural.

No início da década de 1990 foi adotado o Programa LEADER, um marco histórico no contexto das políticas públicas europeias, merecendo destaque pelo seu caráter territorial, integrador e participativo. Na Espanha, a experiência do PRODER também seguiu a mesma base de funcionamento do LEADER, com uma distinção básica: tratava-se de um Programa governamental espanhol, não da União Europeia.

No entanto, essas iniciativas não conseguiram contemplar toda a população que vivia no meio rural. A orientação, em certa medida, por parâmetros de competitividade, dificultou o acesso aos canais de comercialização dos agricultores galegos, muitos deles produzindo em pequenas áreas e para autoconsumo. A monetarização da vida social dos agricultores, juntamente com a transformação técnica dos seus meios de produção, alterou as suas formas de produzir e de se reproduzir material e socialmente na agricultura. Para Colle (2017), a necessidade de inserção nos mercados, em contextos de crescente acirramento concorrencial, passou a exigir a profissionalização dos agricultores familiares na realização das atividades agropecuárias. Assim, os agricultores galegos se viram movidos por uma sociabilidade capitalista, voltada para a geração de mercadorias passíveis de troca mercantil.

Diante desse contexto, os agricultores buscaram apoio técnico-institucional nas Organizações Agrárias Profissionais e no SLG como forma de fomentar a produção e dar suporte aos processos de comercialização dos seus produtos. Considerando a demanda que esses processos apresentam aos agricultores galegos, observa-se que, ao buscarem o apoio das associações, cooperativas e sindicatos, os agricultores galegos colocaram em curso basicamente dois tipos de práticas agrícolas. A dos agricultores vinculados ao SLG caracterizou-se pela afinidade eletiva a um modelo de agricultura alicerçada na confiança e nos laços pessoais, típicas de uma agricultura

camponesa mais tradicional. Já as práticas desenvolvidas pela Associação dos Jovens Agricultores Galegos direcionaram-se para a adesão a um modelo ecológico empresarial pós PAC de 1992. O objetivo deste artigo foi analisar a forma como ambos os direcionamentos vêm sendo instituídos pelos agricultores e por suas respectivas organizações agrárias<sup>18</sup>, em meio aos processos de agroindustrialização e comercialização da produção ecológica na Galícia/Espanha.

Desse modo, prioriza-se, neste estudo, a observação dos direcionamentos estabelecidos pelas Organizações Coletivas de Agricultores mediante a implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural que vêm interferindo, de forma determinante, nas condições conjunturais presentes em cada território. Para atender ao objetivo proposto, o artigo apresenta, após esta introdução, respectivamente: o contexto em que emergiu as Organizações Agrárias no território galego, o marco teórico da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados, os resultados e as análises realizadas e, por fim, as conclusões da pesquisa.

## **2 O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES AGRÁRIAS NA GALÍCIA/ESPANHA**

A PAC, primeiramente, da Comunidade Europeia e, posteriormente, da União Europeia, fomentando a coexistência de diversos modelos de agricultura na Espanha, como de resto em todos os países da Europa que dela vêm participando. Enquanto a PAC de 1962 instaurou um direcionamento pró-crescimento da produtividade agrícola, a PAC pós 1992 dualizou o campo da agricultura ao promover um alinhamento de aproximadamente 20% dos agricultores para o “setor mais modernizado da agricultura” e os outros 80% para o “setor mais conservacionista da agricultura”. A partir das reformas da PAC, em 1992, as organizações coletivas de agricultores têm se confrontado com o desafio da sua reestruturação.

O chamado período de Transição Espanhola (1977-1979) caracterizou-se pela mudança do regime ditatorial do general Franco para o regime constitucional que consagrou o Estado social, democrático e de direito. Foi nesse período histórico que foi regulado o direito de associação sindical em todo o Estado Espanhol, o que tornou possível uma maior institucionalização das organizações sociais, inclusive a

---

<sup>18</sup> Concebidas como formas associativas de natureza sindical, criadas pelos agricultores com explorações familiares para representação de seus interesses.

campesina. Diante desse contexto, diversas organizações saíram da situação de clandestinidade e buscaram reivindicar seus direitos. De acordo com Díaz Geada (2011), a origem do sindicalismo galego está nos comitês de ajuda à luta campesina ("Comités de Apoyo a la Lucha Campesina"), criados em 1971 por iniciativa da União do Povo Galego (UPG). Uma das principais ações que deram origem ao SLG foi a realização da sua primeira assembleia, em 1977, em Santiago de Compostela, que contou com participação de 500 labregos de toda a Galiza, nomeando-se como Sindicato Labrego Galego – Comisións Labregas (PÉREZ, 2012). A partir dessa primeira manifestação, viu-se em território galego uma série de ações que tocaram diferentes temas pertinentes a esse coletivo, mantendo o nacionalismo e a auto-organização campesina como norteadoras dos seus discursos.

Segundo Prazeres (2017), o SLG tem exercido um papel de referência entre os movimentos sociais como promotor de iniciativas relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, a mesma autora chama a atenção para o fato de essa organização ter como uma experiência inédita a liderança por mulheres nos últimos 28 anos (1989-2017), que se afirmam como feministas num mundo onde rege os padrões do sistema sexo-gênero. Diante disso, o SLG tem se empenhado na defesa da agricultura labrega e na revitalização do meio rural com valorização do agro e da profissão labrega, assim como as demandas dos grupos sociais historicamente excluídos, como o das mulheres, das pessoas idosas e da juventude.

A Organização Profissional de Jovens Agricultores (ASAJA) representa os médios agricultores e reclama um projeto de modernização para a agricultura galega; já o SLG, representa os pequenos agricultores familiares, proprietários e rendeiros, na defesa da agricultura tradicional e da sociedade rural.

Ainda que se declare como uma organização profissional sem vinculação partidária e não tenha nenhum respaldo explícito a nenhum partido político, a ASAJA nasceu em 1989, apoiada pela direita política e ligada a posições conservadoras (ASAJA, 2010). Sua gênese se deve à união entre três organizações históricas de agricultores e pecuaristas da Espanha: o Centro Nacional de Jovens Agricultores (CNJA); a Confederação Nacional de Agricultores e Pecuaristas (CNAG); e a União de Federações Agrárias da Espanha (UFADE). Apesar de terem características e trajetórias específicas, essas Organizações ocupavam espaços muito próximos e compartilhavam um discurso modernizador para o campo. A lógica do processo de

fusão das três antigas instituições em torno da ASAJA teve como objetivo somar forças e recursos para aumentar a sua atuação em todo território nacional.

No atual cenário agro galego, a ASAJA se apresenta como a terceira força sindical do país. Os seus lemas básicos são a independência de qualquer grupo político e econômico, a profissionalização e a defesa prioritária da exploração familiar. Como organização de âmbito nacional, a ASAJA integra todos os ramos da atividade agrária, pecuária, florestal, de gestão do meio ambiente e de inclusão de novas modalidades de atividades, como o agroturismo. Atualmente, a ASAJA pertence ao Conselho Europeu dos Jovens Agricultores (CEJA) e faz parte do Programa Europeu de Intercâmbio Agrícola entre jovens agricultores (PEJA). O objetivo da Associação é a defesa da agricultura familiar e o seu desenvolvimento como uma atividade econômica viável, voltada para a busca de melhorias nas condições de acesso dos jovens ao exercício da atividade. Para tanto, oferece formação profissional e defende – tanto nacional quanto internacionalmente – a competitividade do setor agrícola espanhol.

Considerada a maior organização agrária espanhola, destinada a defender os interesses dos agricultores e pecuaristas da Espanha, a ASAJA almeja aumentar a sua capacidade de negociação com a administração espanhola e a comunitária, com o fomento das relações contratuais e interprofissionais com as indústrias do setor, assim como a coordenação com o movimento cooperativo. A estrutura da ASAJA é constituída por uma sede nacional, 15 centros regionais, 40 escritórios provinciais e 810 escritórios espalhados em 24 locais, bem como um escritório de representação permanente em Bruxelas (ASAJA, 2017).

A organização cooperativa no continente europeu, diferente do que ocorre no Brasil, possui um cenário muito favorável, pois essas organizações fazem parte da cultura agrícola dos pequenos agricultores rurais. Conforme Medina-Albaladejo (2013), em 1887, quando foi criada a lei de associações, na Espanha já havia diversas instituições cooperativas.

O SLG defende a tradicional agricultura camponesa, reforçando o discurso neorural da multifuncionalidade do espaço rural como espaço também de vida e não só de produção. Atualmente, o Sindicato em a sua sede central em Santiago da Compostela e defende um projeto de agricultura com base na distribuição solidária da produção e dos fundos públicos, a proteção ao meio natural com práticas agrícolas sustentáveis e a descentralização do poder sobre a política agrária.

Para Moyano-Estrada e Ortega (2013), as diferenças ideológicas entre essas duas organizações de agricultores se estabelecem em torno da reforma da PAC a partir de 1992. Enquanto a ASAJA aceitou a reforma dessa Política, assumiu um discurso favorável à modernização e identificou os problemas ambientais numa perspectiva social mais ampla, articulando-a com a presença de uma agricultura moderna. Por sua vez, o Sindicato se mostrou contrário às diretrizes da PAC, assim como à instauração de um modelo de agricultura e alimentação a serviço da lógica do sistema capitalista. É nesse sentido que uma das principais reivindicações do SLG está na questão da Soberania alimentar, como uma estratégia de incluir as relações entre os seres humanos e o meio ambiente, repensar valores e aspectos que não são possíveis de serem distribuídos, mas que são essenciais para a existência de justiça, logo para a soberania alimentar. Alguns desses elementos estão no próprio reconhecimento das mulheres como sujeito social e de direitos.

### **3 MARCO TEÓRICO**

O tema da sociabilidade está associado à natureza essencial do ser humano de viver em sociedade, ou seja, está integrado com outros seres humanos. Com base nessa assertiva, relacionar-se significa, nas palavras de Baechler (1995), a capacidade do ser humano estabelecer laços diversos, seja de amizade, de classe, de crença, de parentesco, ampliando e adensando as redes tecidas pelas pessoas que serão utilizadas quando necessários.

Nesse contexto, a sociabilidade compreende as redes que nascem espontaneamente das relações que cada indivíduo mantém com os demais. Entretanto para Bertolini e Bravo (2004), há uma contribuição do indivíduo na constituição dessas redes ou um investimento na constituição do capital social, uma vez que se definem os espaços onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em serem sociáveis uns com os outros. Nesse aspecto, o autor se aproxima da teoria bourdieusiana que relaciona a posse do capital social não só à rede de relações que o indivíduo pode estabelecer, mas também ao montante de capital econômico e cultural dos indivíduos com os quais se relaciona. Portanto, a

sociabilidade pode ser entendida como uma aptidão para promover e manter redes de convívio social.

Na sociologia, a análise de rede (“network analysis”) ganha impulso, sobretudo a partir da década de 1970. A imagem de uma sociedade em rede tem inspirado toda uma linha de reflexão acerca da sociedade pós-industrial, que busca interpretar as transformações sociais e culturais do capitalismo contemporâneo. Nas últimas décadas do século XX, Castells (1999) aponta para a emergência de uma sociedade em rede, capitalista, globalizada e estruturada com base nas tecnologias da informação. Na interpretação do autor, as redes – juntamente com as tecnologias que lhes servem de base – sinalizam a existência de uma nova morfologia do social, de uma ordem capaz de se sobrepor aos interesses individuais, aos condicionantes biológicos, ao tempo e ao espaço. No entanto, o conceito de rede, tal como empregado neste trabalho, se distancia da rígida teia informacional desenhada por Castells (1999). A noção de rede aqui utilizada encontra maior proximidade com a perspectiva de interpretação comumente designada como “Actor Network Theory” (ANT) ou teoria da rede de atores (LAW, 2006; LATOUR, 2012).

Para Law (2006), a teoria da rede de atores busca compreender os mecanismos por meio dos quais determinados padrões de interação conseguem se estabilizar e se reproduzir, rompendo resistências e aparecendo como se fossem macrossociais. Seguindo esse mesmo propósito, Latour (2012) sugere que se preste atenção ao modo como os atores sociais respondem a determinadas questões, pois segundo, o autor “[...] não se trata apenas de uma nova forma de abordar o social, mas de questionar sobre o que é realmente o social” (p. 161).

A teoria da rede de atores não toma como ponto de partida a ordem social instituída. A sociedade, as organizações e os agentes são vistos como o efeito das redes, e não como fatores que determinariam sua constituição. Nesse sentido, o enfoque proposto pela teoria das redes de atores afasta-se de uma abordagem sociológica tradicional. Esse tipo de leitura do social encontra uma afinidade no posicionamento adotado por Giddens (1989), quando afirma que as atividades sociais humanas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas per eles através dos próprios meios pelos quais se expressam como atores. Logo, esse mesmo raciocínio pode ser aplicado ao mundo dos preços e das trocas mercantis, haja vista que o mercado não é um universo à parte, marcado pela presença de

atores movidos por uma racionalidade dissociada de seus contextos; ao contrário, ele é fortemente imbricado em uma teia muito mais ampla de relações.

#### 4 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo e verificar a hipótese formulada utilizou-se metodologicamente da pesquisa bibliográfica e coleta de dados secundários, por meio da consulta em sites oficiais das organizações galegas, observação participante em reuniões e assembleias com anotações em diário de campo. Por fim, foi aplicado um questionário semiestruturado junto aos agricultores que participavam da ASAJA e do SLG, organizações agrárias com forte atuação na região norte da Galícia/Espanha.

O principal critério para a escolha dessas duas Organizações Coletivas justifica-se pelo fato de estabelecerem uma relação direta com o mercado consumidor interno, o que tende a gerar diferentes relações afetivas e ideológicas do agricultor galego com a sua produção, já que *o feedback em* relação ao seu produto é praticamente imediato, além de promover variadas interações no âmbito dessas organizações.

Dessa forma, as duas organizações foram selecionadas pela singularidade de seus casos. O universo da pesquisa foi, então, composto por 43 agricultores ecológicos residentes nos Conselhos de Carballo, Santiago e Pontevedra. Desses, 17 participavam dos canais de comercialização via ASAJA e 26 do SLG. Em relação ao tamanho da amostra, vale ressaltar que ela se limitou a retratar a realidade dos agricultores galegos que praticavam a agricultura ecológica em pequenas propriedades, por isso não permite generalizações ou extrapolações fora do espaço empírico analisado.

Levando-se em consideração a natureza dos dados coletados e o objetivo deste estudo, optou-se pela utilização da técnica de análise de conteúdo. Conforme a definem Laville e Dionne (1999, p. 214), trata-se de um “[...] procedimento que consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”. Seguindo a sugestão dos autores, a análise se dividiu em três etapas: i) recorte dos conteúdos; ii) definição das categorias; e iii) categorização final das unidades de análise. Já para as informações

quantitativas, utilizamos a estatística descritiva representada por meio de tabelas e quadros.

Para Marconi e Lakatos (2010), as tabelas ou quadros são considerados um método estatístico sistemático na apresentação dos dados, pois auxilia o pesquisador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações. Os conteúdos analisados foram agrupados e posteriormente alocados conforme as categorias definidas, quais sejam: i) os canais de comercialização dos alimentos ecológicos por meio da ASAJA; ii) o mercado como estruturador das relações; e iii) redes de confiança e cooperação. A divisão por categorias ajudou na compreensão dos dados e facilitou a interpretação e escrita.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **5.1 Os canais de comercialização dos alimentos ecológicos via Sindicato Labrego Galego (SLG) e Associação dos Jovens Profissionais (ASAJA)**

Os resultados desta pesquisa revelaram que, para os agricultores galegos que buscaram apoio técnico e orientação do SLG, a comercialização da sua produção se expressou por dois modelos de circuito curto de comercialização dos alimentos: o sistema de cestas de alimentos a domicílio; e os mercados de produtores. No sistema de venda de cestas a domicílio, realizada pelo SLG, o produtor vende o seu próprio produto ao consumidor, eliminando qualquer tipo de intermediário. Nesse sentido, duas formas de distribuição dos alimentos ecológicos foram observadas: uma primeira, em que produtor se encarregou da logística necessária para que o produto chegasse à casa do consumidor; e uma segunda, em que o consumidor se encarregou de deslocar-se até um local acordado para obter o produto. Na maioria das vezes, a primeira forma foi a mais habitual. Portanto, o responsável por assumir essa função foi o titular da exploração, sem intermediário externo. Os pedidos eram feitos com periodicidade semanal, contando o consumidor com dois dias na semana para realizá-lo e até dois dias para recebê-lo em seu domicílio.

Um dos aspectos mais interessantes deste sistema de cestas se refere ao método de decisão sobre quais os produtos serão comprados. Dessa forma, a preferência da escolha se dá pelo alimento de proximidade, condicionado pela

temporada agrária e pela biodiversidade própria da Galícia. Entre os produtos mais comercializados por meio desse sistema encontravam-se as frutas e as hortaliças frescas. O intercâmbio direto entre o produtor e consumidor na sede do Sindicato se constituiu em uma estratégia de valorizar a comunicação interpessoal e estabelecer a confiança entre produtor e consumidor. No entanto, muitos agricultores utilizavam, também, a internet como uma ferramenta muito útil para favorecer essa ligação, deixando de lado o espaço físico fixo das organizações onde realizava a troca.

Outra via de comercialização dos produtos ecológicos da agricultura camponesa na Galícia se concretizava via mercado Labrego dos Tilos (Conselho de Teio), que se apresenta como um mercado de produtores. Fundado em 9 de junho de 2012, o Mercado Lagrego dos Tilos contou com o apoio do governo local e do SLG para o seu funcionamento. Nesse mercado, eram os próprios agricultores que organizavam os seus postos de venda em um espaço habilitado, assumindo a função de distribuidores dos seus produtos.

De acordo com os dados do SLG (2017), atendiam regularmente a esse mercado entre 13 e 16 explorações agrícolas. Esse nicho de consumidores tem uma característica de muita fidelidade. O tipo de alimento que mais se intercambiam no caso das cestas são as hortaliças e as frutas frescas. Um aspecto importante a se destacar nesses dois tipos de canais curtos de comercialização foi a ausência de registros sistematizados da quantidade e do tipo de alimento comercializado. Não foi possível determinar o peso desse tipo de comercialização para cada exploração agrícola. O SLG, como organização, limitou-se a promover tais práticas entre os seus afiliados; mas foram os próprios produtores que organizaram e geraram cada circuito. Assim não existe nenhum tipo de rede que ligue os diferentes produtores entre eles, visando explorar arranjos produtivos voltados para economias de maior escala.

Diferentemente do que acontecia com os agricultores que buscaram a orientação do SLG, os agricultores apoiados pela ASAJA tiveram nas redes especializadas de supermercados a sua principal via de comercialização. Nesse sentido, a ASAJA incentivou os agricultores quanto à modernização das suas explorações agrícolas e, também, na capacitação dos jovens rurais para a prática da agricultura ecológica.

Diante da normatização rígida dos órgãos de fiscalização sanitária para inserção dos alimentos da agricultura ecológica no mercado europeu, os agricultores galegos que buscaram no SLG uma orientação para a comercialização dos seus

produtos enxergaram nas cadeias curtas de comercialização e na venda direta um incremento muito importante para a sua renda familiar. Conforme relata Martha, agricultora ecológica que participa do SLG, “[...] os circuitos curtos de comercialização lhe permitiu a liberdade de não somente comercializar produtos, mas também fazer amizades e estabelecer vínculos de confiança entre pessoas”.

Marsden e Murdoch (2000), por outro lado, apontam que a formação dessas “redes alternativas” constitui um típico exemplo de “enraizamento social dos mercados”, em que assumem importância as relações cooperativas entre atores locais, baseadas em normas de confiança e reciprocidade. De fato, nas redes alternativas de mercado a relação dos agricultores galegos com os consumidores ia além da troca mercantil, manifestando o estabelecimento de relações pessoais e de geração de confiança entre produtores e consumidores. Mas a estratégia assumida pelo SLG não evidenciaria, também, uma conformação de classe? Sem dúvida o Sindicato possibilitou que os agricultores articulassem firmemente com os espaços locais, mobilizando ativos de capital social, presentes nas diversas redes de comercialização, nas quais se destacaram os laços de parentesco, amizade e confiança, que por sua vez reativaram vínculos sociais e construíram mercados locais.

Ainda no que se refere às relações dos agricultores com o mercado, observou-se, por um lado, que os agricultores participantes da ASAJA estabeleceram relações mais próximas com os grandes mercados, o que pode ser explicado pela sua resiliência diante da volatilidade dos mercados, pela sua capacidade empreendedora e de inovação técnica advinda da sua condição de classe, mas, também, por a renovarem, assumindo os riscos em aderir aos novos direcionamentos impostos pela PAC pós-reformulação de 1992. Nesse sentido, o posicionamento político das duas organizações em relação aos mecanismos de controle dos alimentos também foi diferenciado.

A ASAJA espera que os agricultores tenham uma aceitação mais ampla dos mecanismos de controle impostos pelas políticas agrícolas, ao passo que, o SLG, mesmo tendo o reconhecimento da importância das regras e normativas, as considerava excessivas, por condicionar as atividades agrícolas desenvolvidas. A partir dos posicionamentos da ASAJA e do SLG com o mercado, podemos inferir que nessas interações sociais houve uma diferenciação social de classes, na qual a ASAJA aderiu às mudanças colocadas pelas políticas neoliberais e o Sindicato tentou

reagir frente a elas. Portanto, essa diferenciação social assumiu um caráter político no interior dessas organizações.

Todavia, são muitos os autores a expressarem a viabilidade dos “espaços de manobra” abertos pelas associações e sindicatos na construção social dos mercados, como os canais de cadeias curtas de comercialização. Segundo Wilkinson (2002), nos circuitos curtos de mercado, as relações de vizinhança e os conhecimentos pessoais consolidam e fortalecem as relações mercantis, frente a pressões “externas”, sejam elas mercadológicas ou reguladoras. Essa estratégia adotada tenderia a driblar as exigências de regime de certificação imposta no processo de comercialização de orgânicos, já que na Espanha e na União Europeia o controle e a certificação da produção ecológica são realizados pelos conselhos ou comitês de agricultura territorial, organismos públicos de competência de cada comunidade autônoma. O Brasil, ao contrário, admite uma modalidade de certificação participativa, graças ao protagonismo dos movimentos ligados à agricultura familiar. Nesse sentido, apesar do processo de mercantilização capitalista vivido pela agricultura familiar e camponesa, Radomsky e Schneider (2007) e Ploeg (2008) afirmam que existem ainda mercados socialmente controlados e que utilizam das redes de sociabilidade e de reciprocidade nas relações de troca mercantil. Portanto, os produtos que são comercializados em circuitos de proximidade, nota-se que a troca e a reciprocidade coexistem e se articulam mutuamente.

## **5.2 O mercado como estruturador das relações entre os agricultores ecológicos do tipo “conservador” e “moderno”<sup>19</sup>**

No que diz respeito à visão social de mundo relativa ao “mercado” e à “tecnologia”, classificou-se os agricultores em “conservadores” e “modernos”, segundo a definição de Mannheim (1982; 1986). Para o referido autor, o pensamento conservador seria voltado para o passado. O indivíduo miraria para o futuro olhando pelo retrovisor, ou seja, com os valores e as referências normativas existentes em

---

<sup>19</sup> Os tipos ideais de agricultores aqui elaborados com base em suas estratégias de comercialização não correspondem empiricamente aos agricultores galegos como um todo e sim a tipos ideais na acepção weberiana, utilizados como um referencial para observar a relação dos agricultores com o mercado e a possível construção de uma nova sociabilidade por parte dos agricultores participantes das Organizações Agrárias.

tempos pretéritos. Dessa forma, a resistência às normas impostas pela reforma política da PAC de 1992 quanto aos critérios de comercialização, bem como às transformações que esses implicariam nas práticas de produção já adotadas pelos agricultores, manifestaria um tipo de pensamento conservador. É bom destacar que não há na classificação proposta por Mannheim (1982; 1986) um julgamento de valor, em termos de um tipo de pensamento ser considerado apropriado ou não. Inclusive, o tipo de pensamento “conservador” poderia caracterizar pensamentos e práticas de resistência às formas de dominação impostas. Já o pensamento “moderno” se caracterizaria pela aceitação do novo, pela atitude de se lançar para o futuro, para o desconhecido. Essa postura se manifestaria inclusive na relação com a tecnologia, por meio da manifestação da adoção de práticas produtivas inovadoras.

Quando questionados sobre as instituições que buscaram conhecimentos técnicos e habilidades para a prática da produção ecológica, bem como na sua relação com o mercado, as respostas dos agricultores galegos foram organizadas em duas categorias, representadas na Tabela 1.

**Tabela 1** - Origem do conhecimento técnico e habilidades dos agricultores na produção ecológica (nº de vezes que a instituição foi citada)

|                                  | Sindicato Labrego Galego | Associação Agrária de Jovens Agricultores | Cooperativas | Conselleria do Medio Rural (Xunta da Galicia) | Agência Galega de Desenvolvimento Rural (AGADER) | Vizinhos, amigos e parentes |
|----------------------------------|--------------------------|---|--------------|---|--|-----------------------------|
| Agricultor Ecológico conservador | 24                       | 3   | 4            | 1   | 1  | 10                          |
| Agricultor Ecológico Moderno     | 3                        | 28  | 10           | 0   | 1  | 1                           |
| Categorias                       | (a)                      | (b)                                       | (b)          | (b)   | (b)  | (a)                         |

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

\* Categoria (a); respostas baseadas em traços culturais e tradicionais dos agricultores considerados “conservadores”, que utilizaram soluções alternativas às recomendações do mercado, seja vinculada ao saber tradicional, seja apreendida no âmbito das Organizações Agrárias.

Categoria (b): respostas baseadas na busca por soluções inovadoras, adquiridas através das instituições que fazem a mediação entre os agricultores ditos “modernos” e os mercados.

Entre os agricultores ecológicos do tipo “conservador”, o somatório das respostas mostrou que o SLG e os vizinhos, amigos e parentes foram as principais redes de apoio e habilidades dos agricultores. Essas redes foram citadas 34 vezes. Já entre os agricultores ecológicos do tipo “moderno”, a ASAJA e as Cooperativas foram as principais redes de apoio dos agricultores na produção ecológica, somando 38

citações. Percebe-se, assim, que a condição de classe perpassa o posicionamento dos agricultores ecológicos associados a cada uma das duas organizações. A visão social de mundo e as práticas marcadas pela resistência em relação às mudanças impostas pela reformulação da PAC de 1992 se manifestam de forma evidente entre os agricultores galegos, enquanto entre os agricultores de porte médio associados à ASAJA encontra-se maior disposição adaptativa ao novo contexto.

Dessa forma, considerando o somatório de respostas destinadas às Organizações Agrárias *versus* o somatório de respostas destinadas ao apoio obtido pelas instituições locais (Conselleria do Medio Rural e a AGADER), os resultados apontaram o predomínio das Organizações Agrárias como principais redes de apoio entre os agricultores galegos. A partir desses dados, inferiu-se que, entre os agricultores ecológicos de “tipo conservador”, o processo de produção e comercialização agrícola seguiu as orientações tanto do SGL, quanto do seu ciclo de socialização mais próximo com vizinhos e parentes. Em relação aos agricultores ecológicos do tipo “moderno”, observou-se que a maioria obteve o apoio da ASAJA no intuito de se aproximar das possibilidades de modernização da sua exploração agrícola e da profissionalização do agricultor, garantindo seu acesso a mercados diferenciados. Para compreender de que forma as Organizações Agrárias a que os agricultores galegos estão associados têm os auxiliado a se inserir no mercado de produtos ecológicos, buscou-se analisar as estratégias de comercialização por eles implementadas. Para tanto, essa análise considerou: (a) os canais de comercialização utilizados pelos agricultores; e (b) o grau em que essas relações mercantis estão presentes nesses canais. Na Tabela 2, apresentamos uma síntese dos principais canais de comercialização utilizados pelos agricultores, bem como traçamos uma classificação desses canais em relação ao grau em que as relações mercantis neles predominavam.

**Tabela 2** – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores

| Canais de comercialização               | Nº de agricultores ecológicos/ conservador | Nº de agricultores ecológicos/ modernos | Graus de relações mercantins          |
|---|--|---|---------------------------------------|
| Vizinhos e parentes (troca de produtos) | 8  | 0                                       | Predomínio de relações não mercantins |
| Feiras (mercados de produtores)         | 22   | 2                                       |                                       |
| Tendas ecológicas                       | 10   | 5                                       | Predomino de relações mercantins      |
| Lojas especializadas                    | 1  | 15                                      |                                       |
| Supermercados                           | 2  | 21                                      |                                       |
| Total                                   | 43   | 43                                      |                                       |

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os resultados apontaram que a comercialização dos produtos ecológicos entre os agricultores da Galícia caracterizou-se por uma diversidade de canais de comercialização, desde a troca de produtos entre vizinhos e parentes até a comercialização com os grandes mercados. A comercialização dos produtos ecológicos com os supermercados e lojas especializadas encontrava-se presente em maior número entre os agricultores ecológicos “modernos”. Já entre os agricultores ecológicos “conservadores”, predominou a comercialização direta nas feiras, mercados de produtores e troca de produtos com vizinhos e parentes.

### 5.3 Redes de confiança e cooperação

Considerando as Organizações Agrárias enquanto espaços de socialização para os agricultores e de construção de práticas de produção e comercialização que confirmam e legitimam os caminhos por eles adotados, buscamos analisar as relações de confiança estabelecidas entre eles, como aponta a Tabela 3:

**Tabela 3** – Graus de confiança dos agricultores galegos nas Organizações

| <b>Confiança</b>                                  | <b>Total dos agricultores (43)<br/>Mais confiança nas Organizações</b> | <b>Total dos agricultores (43)<br/>Menos confiança nas Organizações</b> |
|---|--|---|
| Conselleria do Medio Rural (Xunta da Galícia)     | 12,0   | 31,0  |
| Agencia Galega de Desenvolvemento Rural (AGADER)  | 16,0   | 27,0  |
| Sindicato Labrego Galego (SLG)                    | 28,0   | 15,0  |
| Associação Agrária de Jovens Agricultores (ASAJA) | 32,0   | 11,0  |
| Vizinhos, amigos e parentes                       | 30,0   | 13,0  |

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observou-se que a maioria dos agricultores entrevistados confiava na ASAJA (32) e no SLG (28). A alta confiabilidade dos agricultores nas organizações a que estavam afiliados mostrou estar relacionada à possibilidade de integração da sua produção agrícola aos diferentes tipos mercados a que os seus produtos se destinavam. A necessidade de cooperação na fase de produção juntou-se à necessidade de cooperação na fase de comercialização dos produtos para cumprir às premissas legais exigidas. Assim, por meio da organização da produção nas associações, cooperativas e sindicatos, eles manifestaram ter sido possível, inclusive, acessar muitos dos mecanismos da política de desenvolvimento rural, tais como: financiamentos, subvenções, regulação qualitativa e quantitativa da produção, entre outras. Nesse contexto, a confiança dos agricultores galegos nas Organizações Agrárias a que se encontravam afiliados manifestou-se como um modo de agir estruturado, como na aceção de Bourdieu (1989). Observa-se, ainda no Quadro 3, que 30 dos 43 agricultores labregos associados ao SLG afirmaram ter mais confiança nos próprios vizinhos e amigos do que nas instituições locais. A confiança estabelecida com os vizinhos, amigos e parentes se concretizaram nas práticas de reciprocidade na troca de alimentos e na *entreaajuda*<sup>20</sup> nos períodos de colheita da batata e do milho. Já a confiança estabelecida com as instituições públicas locais se

<sup>20</sup> A *entreaajuda* ou sistema de favor caracteriza-se pelo trabalho cooperativo entre os agricultores aldeões que compartilham recursos comunais, como os moinhos e fornos do povo, a guarda conjunta de animais (vezeiras), e o *mutirão* nos períodos de plantação e colheita dos alimentos. Na *entreaajuda*, os direitos e deveres de participação estão instituídos de antemão, e adquirem-se e alienam-se em conjunto com a aquisição e alienação dos recursos envolvidos (BRITO, 1996).

manifestava no reconhecimento da sua legitimidade política e da aquiescência na condução econômica.

No que diz respeito à participação nas organizações agrárias (Associação Agrária Profissional, Sindicato, Cooperativa), embora ela tenha sido significativa, destacou-se também a participação dos agricultores nas associações relacionadas à igreja (67%), clubes de recreação e lazer (53%). Os dados da Tabela 4 deixam claro que, para que se mantenha as relações de confiança e interconhecimento nessas Organizações, são fundamentais as práticas religiosas, as festas e o lazer entre os agricultores. Tal situação é mais evidente nas aldeias galegas, em que as expressões da religiosidade e as manifestações de devoção, como as romarias, são mais acentuadas. Nas aldeias, as paróquias ou a freguesia representavam o núcleo base das relações sociais e se constituíam em palco de manifestações das identidades coletivas, revelando sentimentos de pertença ao local. Assim, mesmo que instituições como as cooperativas, associações e sindicatos aglutinem a vida coletiva dos agricultores, elas só ganham dinamismo e funcionalidade por meio dos laços tecidos pela religião, nos cultos e festas, que fortalecem as relações interpessoais no cotidiano das aldeias. Esse aspecto parece ter afinidade com o chamado *bridging social capital*, definido por Aldridge (2002). Segundo o autor, seria importante prestar especial atenção aos fatores que dão coesão aos grupos sociais e facilitam a busca pelos seus objetivos, como no caso da religião.

**Tabela 4** – Participação social e política dos agricultores galegos ecológicos

| <b>Participação</b>                                       | <b>Sim (%)</b> |
|---|----------------|
| Associação Agrária Profissional (ASAJA)                   | 45% (22)       |
| Cooperativas  | 35% (17)       |
| Sindicato Labrego Galego (SLG)                            | 65% (31)       |
| Associação religiosa (pastoral, canto etc)                | 67% (32)       |
| Clubes de recreação e lazer (futebol, jogos tradicionais) | 53% (26)       |

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

\*Nota: Por ser múltipla resposta, a soma dos percentuais nesta tabela ultrapassa a 100%.

No que diz respeito, especificamente, à interação dos agricultores ecológicos galegos vinculados ao SLG com as Organizações Agrárias na Galícia, mostrou-se desde o compartilhamento informal dos saberes tradicionais até a elaboração de

atividades formais de várias ordens, como o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria socioeconômica e produtiva dos agricultores nelas envolvidos. Nesse estreitamento de laços as redes de sociabilidade construídas no cotidiano da vida social funcionam como propulsores para as ações coletivas por potencializar os vínculos e a formação do capital social político nas associações, sindicatos e cooperativas. Dentro desse contexto de confiança e sociabilidade mútua, as organizações agrárias que atuam no contexto galego encontram um ambiente propício para a disseminação de ideias voltadas para a construção de estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis, pois elas encorajam não só a adesão de novos agricultores à experiência ecológica, como também o desenvolvimento de novos projetos.

Por outro lado, no que se refere às relações de sociabilidade entre os agricultores participantes da ASAJA, embora eles se encontrassem integrados à sociedade em geral, notou-se estar em curso um processo de individualização das suas relações de sociabilidade. Portanto, fazem menor uso da prática de entreajuda e das relações de vizinhança, visto que em boa medida isso se explique por motivos de natureza técnica (especialização das atividades). Mas do ponto de vista simbólico, a coesão social entre esses agricultores se enfraqueceu.

Ao se autodesignarem como Jovens Empresários Agrícolas, eles desenvolveram uma identidade profissional distinta dos agricultores ecológicos “conservadores” que participavam do SLG. Esse fenômeno corrobora os resultados da pesquisa realizada pela socióloga e pesquisadora Isabel Maria Gomes Rodrigo (1992), ao estudar os agricultores do concelho de Barcelos em Portugal, os quais se autoidentificavam como “lavradores” ou “agricultores profissionais”. Rodrigo (1992) constatou que a pertença ao segundo grupo dava-se pela construção social de uma nova identidade, em ruptura com o modelo de “lavrador”, que implicou na desqualificação e substituição dos saberes, práticas, normas e comportamentos tradicionais, entre os quais se destacou o enfraquecimento da entreajuda. Tal ruptura foi induzida e legitimada pela adesão a projetos de modernização e especialização da sua exploração agrícola decorrentes da implantação da PAC no conteúdo europeu.

## 6 CONCLUSÕES

Tendo em vista o exposto, constatou-se que das duas Organizações Agrárias analisadas em território galego a ASAJA desenvolveu mais autonomia na condução do processo de comercialização dos produtos ecológicos por meio dos mercados formais (rede de supermercados, lojas especializadas etc.), estabelecendo, assim, relações mercantis voltadas a atender as exigências impostas pelas políticas europeias de desenvolvimento rural. Em contrapartida, o SLG buscou, na comercialização direta com os consumidores (cestas a domicílio, feiras livres etc.), uma estratégia de garantir a reprodução econômica e social da sua unidade familiar, bem como um “campo de manobra” para preservar os valores tradicionais e a sociabilidade entre os agricultores galegos. Tal constatação não torna a experiência desenvolvida pelo Sindicato menos importante que a da Associação. Apenas evidencia a forma como os dois processos de comercialização vêm sendo vivenciados pelas Organizações Agrárias e pelos seus participantes, levando a resultados diferentes.

Com base neste estudo, verificou-se que as interações sociais e as redes de sociabilidade entre as Organizações Agrárias e os agricultores se constituíram em níveis diferentes nas duas organizações analisadas. Tal fato comprovou a hipótese de que, ao buscarem o apoio das associações, cooperativas e sindicatos, os agricultores galegos vinculados ao Sindicato caracterizaram-se pela afinidade eletiva a um modelo de agricultura alicerçada na confiança e nos laços pessoais, típicas de uma agricultura camponesa mais tradicional. Já as práticas desenvolvidas pela Associação direcionaram-se para a adesão a um modelo ecológico empresarial pós PAC de 1992. Nesse sentido, no Sindicato observou-se uma maior interação social em torno dos canais de comercialização de cadeia curta, por meio dos quais os laços de proximidade entre produtor e consumidor se estabeleciam de forma direta. Em termos das práticas produtivas desses agricultores, observou-se, também, a prática da ajuda mútua para a comercialização do que foi produzido pelos agricultores. Para além do espaço socializador das Organizações Agrárias, percebeu-se que a participação desses agricultores na Igreja, eventos festivos e de lazer proporcionavam laços de confiança que balizavam a cooperação e a atuação desses agricultores em torno de interesses coletivos.

Já entre os agricultores vinculados à ASAJA, as práticas de sociabilidade se estabeleciam mais voltadas para estabelecimento de vínculos econômicos e comerciais com a sociedade. A Associação representava para eles, nesse sentido, algo que lhes gerava confiança para construir projetos coletivos e individuais, de forma profissional, com confiabilidade técnica e econômica. Diante do exposto, foi possível confirmar que as interações entre as Organizações Agrárias e os agricultores galegos se delinearão dentro de arranjos produtivos e comerciais distintos, permitindo-lhes se ajustar de diferentes formas e dentro do seu contexto de classe social aos novos padrões de produção e de comercialização pós PAC de 1992. Com isso, os agricultores galegos se posicionaram de maneira diferente às imposições da PAC pós 92 e ao “modelo modernizador” que envolveu a especialização, profissionalização e industrialização do campo.

## REFERÊNCIAS

- ALDRIDGE, S.; HALPERS, D.; FITZPATRICK, S. **Social Capital**, A Discussion Paper: Performance and Innovation. London, England Unit, 2002.
- ASAJA. Report on the European Congress of Young Farmers 2010. **Tierra y Vida. Revista informativa profesional de la Asociación Agraria de Jóvenes Agricultores de España**. ASAJA, p 8-15, 2010.
- BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, R. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BONFIM, R. M.; BATALHA, M. O. A importância da confiança na relação entre produtores familiares de mamona e usinas de biodiesel no Brasil. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 32., Bento Gonçalves. **Anais...** Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012\\_TN\\_STO\\_157\\_915\\_20173.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_157_915_20173.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2017.
- BRITO, J. P. **Retrato de uma Aldeia com Espelho**: Ensaio sobre Rio de Onor. Coleção Portugal de Perto, n. 34, Lisboa, 1996. - Publicações Dom Quixote.
- CARFANTAN, J. Y.; BRUM, A. L. O Agronegócio Brasileiro e as Novas Regras de Acesso ao Mercado da União Européia. **Desenvolvimento em Questão**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, Brasil, ano 4, n. 8, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELGADO, M. del M.; RAMOS, E. **Understanding the evolution of the European Rural Policy**: A methodological approach (Documento de Trabajo). Córdoba, España:

Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Departamento de Economía Agrícola, Universidad de Córdoba, España. 2003.

DÍAZ-GEADA, A. **Mudar en común**: Cambios económicos, sociais e culturais no rural galego do franquismo e da transición (1959 -1982). 2013. 217f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) - Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, Espanha, 2013.

ESPAÑA. Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Marinho (MARM). La agricultura ecológica en España. 2015. Disponível em: <<http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/la-agricultura-ecologica/>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Boletim de Geografia**, Maringá, PR, v. 26/27, n. 1, p. 15-23, 2008/2009.

LATOURET, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador-BA; Bauru-SP: EDUFBA e EDUSC, 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAW, J. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede**: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. Tradução de Fernando Manso. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.

MANNHEIM, K. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, M. (Org.). **Karl Mannheim**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1982. p. 107-136.

\_\_\_\_\_. O Pensamento Conservador. In: MARTINS, J. de S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. Cap. 4.

MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Between the local and the global**: confronting complexity in the contemporary agri-food sector. Amsterdam: Elsevier, 2006.

MEDINA-ALBALADEJO, F. J. Fuentes para la historia de las cooperativas agrarias en España: los archivos empresariales. **Revista de Economía Pública Social y cooperativa**, España, n. 77, p. 189-212, abr. 2013.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 52, n. 4, p. 687-704, out./dez. 2014.

PÉREZ, E. L. **A terra sabe a loita**: Testemuños de rebeldía labrega. Santiago de Compostela: Fundación Bautista Álvarez de Estudios Nacionalistas, 2012.

PLOEG, J. D. V. **Agricultores e impérios alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, p. 49-284, 2007.

PRAZERES, R. **Justiça Social, Feminismo e Movimentos Sociais**: a Secretaria das Mulleres do Sindicato Labrego Galego. 2017. 455f. Tese (Doutorado em Educação, Gênero e Igualdade) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, Espanha, 2017.

RODRIGO, I. M. G. **Da Terra à Profissão**: Decisão, Identidade Social e Agriculturas Familiares. 1992. Dissertação (Doutoramento) - Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia. Lisboa, 1992.

SOTO, D. **História de agricultura sustentável**: transformações produtivas na agricultura galega contemporânea. Santiago de Compostela: Consellería do Medio Rural, 2006.

WILKINSON, J. **Mercados, rede e valores**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

## CONCLUSÃO GERAL

A problemática de investigação da presente tese se constituiu em torno da busca por compreender a forma como o capital político adquirido por meio da participação em Organizações Coletivas do Campo repercute nas práticas cotidianas dos agricultores. Para tanto, analisou-se a formação desse capital político em dois contextos distintos: na Zona da Mata Mineira/Brasil e na Galícia/Espanha. Tal questão de investigação teve como propósito maior buscar compreender a força da *socialização secundária* nas práticas produtivas e de comercialização dos agricultores, em termos do seu viés de adaptação e/ou de resistência às normativas políticas estabelecidas. Com vistas a responder ao objetivo central do estudo, teve-se como objetivos específicos: a) analisar de que forma o capital político adquirido através da participação em organizações coletivas do campo repercutia nas práticas cotidianas dos pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira/Brasil; b) descrever as estratégias de resistência e/ou adaptação dos camponeses galegos diante das políticas agrícolas europeias e seus efeitos no cotidiano da vida e do trabalho; e c) analisar a rede de sociabilidade dos agricultores e rurais que participavam das organizações coletivas do campo no Brasil e na Espanha.

Os resultados desta pesquisa mostraram que o envolvimento permanente dos agricultores nas atividades desenvolvidas pelas organizações estudadas apontou, em primeiro lugar, para a legitimidade que os agricultores atribuíam à participação em tais organizações, em virtude das conquistas que reconheciam vir alcançando em termos das suas condições de produção, comercialização e de vida. No que diz respeito aos pequenos agricultores do município de Espera Feliz, na Zona da Mata Mineira, Brasil, observou-se entre aqueles que as experiências que acumularam de participação em movimentos sociais, cooperativas e associações, os socializou dentro de uma cultura política que lhes favoreceu a inserção em um campo de oportunidades aberto pelas políticas públicas de valorização da agricultura familiar nos anos 2000.

Já no contexto espanhol, os agricultores que participavam do SLG desenvolveram em sua vida cotidiana de trabalho e de sociabilidade práticas de viés mais contestatório em relação ao estabelecimento de políticas de cotas de produção, ao mesmo tempo em que buscaram se adaptar ao novo contexto político, convertendo-se à agricultura ecológica. A rejeição às cotas produtivas por parte dos agricultores do Sindicato se constituiu na expressão mais clara de resistência à PAC

pós 1992. Contudo, a própria conversão ao modelo de agricultura ecológica evidencia o seu viés adaptativo. Já os agricultores participantes da ASAJA desenvolveram de forma mais direta práticas de adaptação às diretrizes da PAC Pós 1992. Ou seja, tanto os agricultores que manifestaram um estilo de pensamento conservador como progressista acabaram desenvolvendo práticas de adaptação diferenciadas face às imposições trazidas pela PAC. Os agricultores que participavam do SLG se adaptaram tanto a um novo modelo de agricultura ecológica, como, também, acrescentando ao seu repertório de comercialização, novas estratégias de venda dos seus produtos, para além das tradicionais feiras.

Por sua vez, os agricultores que participavam da ASAJA – e manifestavam um tipo de pensamento progressista – não manifestaram propriamente resistência aos novos direcionamentos políticos. Buscavam adquirir tecnologias e formas para a organização da produção capazes de lhes proporcionar o acesso aos mercados mais formais, como rede de supermercados, lojas especializadas, entre outros. Estabeleciam, assim, relações mercantis voltadas a atender as exigências impostas pelas políticas europeias de desenvolvimento rural. Em contrapartida, o SLG buscou, na comercialização direta com os consumidores (cestas a domicílio, feiras livres etc.), estabelecer relações comerciais voltadas para a reprodução econômica e social da sua unidade familiar.

As experiências de participação dos pequenos agricultores nas Organizações Coletivas do Campo no Brasil e dos pequenos agricultores participantes do SLG, na Espanha, evidenciaram que o papel da ação coletiva nas organizações trouxe, ao pequeno agricultor brasileiro e ao camponês galego, melhores condições de articulação capazes de lhes abrir novos canais de comercialização. Ao participarem das Organizações Coletivas do Campo, as práticas cotidianas dos pequenos agricultores brasileiros e dos camponeses galegos nem sempre estiveram diretamente determinadas pelo lucro imediato, percebendo-se, também, aspectos ligados a uma sociabilidade pré-capitalista, como a presença da entreajuda e a venda personalizada a um consumidor-amigo. A dimensão econômica não se constituía no primeiro aspecto a ser levado em consideração na definição do canal de comercialização. As relações de confiança, reciprocidade e colaboração apresentaram-se também como relevantes para a determinação dos canais de comercialização entre estes pequenos agricultores.

Assim, a hipótese central deste estudo foi aceita em função de ter se constatado que a participação dos pequenos agricultores ou camponeses nas Organizações Coletivas do Campo no Brasil e na Espanha constituiu-se em uma das formas mais viáveis economicamente para a manutenção da agricultura familiar e a agricultura camponesa, respectivamente. À medida que ampliaram o seu envolvimento nas atividades desenvolvidas pelas Organizações Coletivas do Campo, essa condição “participante” reverberou para outras esferas do cotidiano dos pequenos agricultores e agricultores, que se apropriaram do capital político das Organizações e se fortaleceram para se posicionar face às diretrizes trazidas pelas políticas agrícolas de desenvolvimento rural.

De forma finalística, a pesquisa mostrou que os sujeitos do campo, seja os pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira no Brasil, seja os agricultores na Galícia, Espanha, apresentaram práticas cotidianas de vida e de trabalho balizadas por uma produção familiar, com uma identidade cultural e resiliente às diretrizes das políticas neoliberais. Mesmo em meio às transformações que o meio rural vem sofrendo, os pequenos agricultores brasileiros e os agricultores galegos lançaram mão de uma ampla disponibilidade de recursos adaptativos, desenvolvendo uma série de práticas em sua rotina cotidiana de vida e de trabalho, que moderaram os efeitos adversos das políticas neoliberais, como a PAC. Isso vem permitindo a continuidade de populações camponesas e aldeãs na Galícia/Espanha, a despeito das grandes explorações agroindustriais.

Essa perpetuação de um “*habitus camponês*” diante dos imperativos capitalista sinalizou para a resiliência como capacidade de persistir, aprender, ajustar quando exposto a constrangimentos e vulnerabilidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Tal leitura pode parecer polêmica, pois, diante de um passado de tantas perdas e danos, torna-se difícil entender a agricultura familiar e camponesa como resiliente. A resposta a essa polêmica se assenta em outro aspecto que deve ser levado em consideração: as redes de sociabilidade desenvolvidas na agricultura familiar e camponesa.

Nesse contexto, a resiliência da agricultura familiar e camponesa está na flexibilidade que o conjunto de atividades e medidas adaptativas – tomadas na escala do estabelecimento e da comunidade – conferiu a essas populações e as permitiram chegar ao século XXI como uma identidade cultural contínua e ativa. Entretanto, ser resiliente não significa ter qualidade de vida, pois o processo de sobrevivência dessa

identidade familiar e camponesa foi acompanhado de muitos conflitos, lutas e sofrimentos. É nesse ponto que a abordagem sobre os processos de socialização conecta-se de forma coerente com a apropriação do capital político, possibilitando que, por meio da participação dos agricultores familiares nas Organizações Coletivas do Campo, eles possam exercer um papel ativo e de protagonismo nos processos de desenvolvimento rural.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Agricultores Famíliares

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

##### IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**TÍTULO DO PROJETO:** MOVIMENTOS SOCIAIS POR DENTRO: uma análise das formas de resistência e ou adaptação dos pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira/MG.

**Coordenadora da pesquisa (pesquisadora responsável):**

Nome: Ana Louise de Carvalho Fiúza  
Departamento: Economia Rural

**Equipe de pesquisa**

Nome: Edna Lopes Miranda  
Departamento: Economia Rural

##### IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)

Nome:

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: MOVIMENTOS SOCIAIS POR DENTRO: uma análise das formas de resistência e ou adaptação dos pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira/MG. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo. Em caso de dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A pesquisa tem por objetivo analisar as práticas cotidianas dos agricultores através da sua participação no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) dos municípios de Araponga e Espera Feliz, localizados na Zona da Mata Mineira. Para chegarmos aos dados, peço a sua colaboração para responder à algumas questões sobre a sua participação neste movimento e de que forma isto influencia no cotidiano do trabalho e na sua relação com as pessoas da comunidade. Como forma de coleta de dados, será utilizado entrevistas e aplicação de questionários com os participantes do Movimento dos Pequenos Agricultores, onde serão realizadas 8 visitas a campo: 4 na sede do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no município de Araponga e outras 4 no município de Espera Feliz, bem como eventuais visitas as propriedades dos pequenos agricultores. O tempo de aplicação dos questionários será de 10 a 15 minutos, contendo apenas questões fechadas. Para enriquecer a pesquisa, será utilizada a observação com anotações no diário durante todo o percurso da pesquisa

de campo, buscando registrar os acontecimentos do cotidiano dos agricultores, relações verificadas entre os mesmos e no interior do movimento social, bem como experiências pessoais e reflexões do pesquisador, que, quando relidas teoricamente, são portadoras de avanços tanto no âmbito da pesquisa de campo, quanto da teoria

Utilizará também, uma câmera fotográfica para registrar as diversas realidades vislumbradas durante a coleta dos dados primários. Vale ressaltar que, as fotos só serão tiradas mediante autorização do participante da pesquisa e sua assinatura no termo de autorização de uso de imagem.

A sua participação nesta pesquisa poderá proporcionar o reconhecimento de sua experiência cotidiana, enquanto agricultor familiar e membro de um movimento social, dando-lhe a oportunidade para o(a) senhor(a) expressar aspectos de sua experiência de vida e de trabalho no meio rural. Acreditamos ainda, que os benefícios dessa pesquisa poderão contribuir para divulgar um novo campo investigativo sobre os movimentos sociais rurais com ênfase para as práticas cotidianas desenvolvidas pelos seus participantes. Essa pesquisa não envolve riscos à saúde, mas a pesquisadora tem conhecimento de que a abordagem por meio de entrevistas e da observação pode trazer o risco de lembranças desagradáveis ou outros desconfortos emocionais aos participantes da pesquisa. Desta forma, caso o participante da pesquisa se sentir desconfortável em alguma questão, esta não terá necessidade de ser respondida e por isto não será gravada. Portanto, poderá solicitar que a questão seja descartada ou que ocorra o cancelamento da participação dele (a) a qualquer momento. A participação nesta pesquisa, não implicará em nenhuma despesa, bem como em nenhum benefício financeiro para o (a) senhor (a), ou seja, a sua participação é voluntária. Outros riscos envolvidos na pesquisa, consistem em possíveis dúvidas que os participantes da pesquisa venham a ter sobre a intenção dos pesquisadores. Entretanto, tentaremos sanar junto aos entrevistados e a qualquer pessoa que solicite informações sobre nossa presença nos municípios e os objetivos dessa pesquisa. O nome dos participantes e suas falas/respostas ficarão resguardados com os pesquisadores e os dados provenientes da coleta serão transcritos na pesquisa de forma a garantir o anonimato dos participantes. Aqueles que não se sentirem à vontade em participar da pesquisa terão liberdade total para não participar. Diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização.

A sua identidade pessoal será preservada na divulgação da pesquisa, mas as suas respostas serão analisadas e tornadas públicas e também poderão ser utilizadas em pesquisas futuras. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Sede do Movimento dos Pequenos Agricultores dos municípios pesquisados e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “MOVIMENTOS SOCIAIS POR DENTRO: uma análise das formas de resistência e ou adaptação dos pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira/MG.” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável:

Endereço:

Telefone:

Email:

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
 Universidade Federal de Viçosa  
 Edifício Arthur Bernardes, piso inferior  
 Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário  
 Cep: 36570-900 Viçosa/MG  
 Telefone: (31)3899-2492  
 Email: cep@ufv.br  
[www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador responsável pelo projeto

\_\_\_\_\_  
 Participante da pesquisa

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com os agricultores do município de Espera  
Feliz/MG**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Prezado Sr(a), este roteiro se insere na pesquisa de doutorado em Extensão Rural, que tem como objetivo analisar as práticas cotidianas dos pequenos agricultores a partir do seu envolvimento nas Organizações Coletivas do Campo. Peço a sua colaboração para responder a algumas questões sobre a sua participação no MPA e de que forma isto influencia no cotidiano do trabalho e na sua relação com as pessoas da comunidade. Este roteiro de perguntas é anônimo e confidencial e será único e exclusivamente usado para este estudo. Obrigado pela sua colaboração e atenção.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Título da Pesquisa:** Organizações Coletivas do Campo: uma análise das formas de resistência e ou adaptação dos agricultores familiares da Zona da Mata Mineira / Brasil e da Galícia / Espanha

**Doutoranda:** Edna Lopes Miranda

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Louise Fiúza de Carvalho

**Entrevistador responsável:** Edna Lopes Miranda

**Data da entrevista:** \_\_/\_\_/2016

**Número de identificação da entrevista:** \_\_\_\_\_

## PARTICIPAÇÃO POLITICA

01) Dê uma nota de 01 a 05 para sua participação nas organizações abaixo, considerando 01 para participa pouco e 05 para participa muito.

| Grau de Participação | Sindicato dos Trabalhadores Rurais   | Cooperativas   | Movimentos Sociais Rurais  | Associações ligadas a Igreja   | Partido Político   | Outra. Especifique _____   |
|----------------------|--|--|--|--|--|--|
| 1-                   |  |  |  |  |  |  |
| 2-                   |  |  |  |  |  |  |
| 3-                   |  |  |  |  |  |  |
| 4-                   |  |  |  |  |  |  |
| 5-                   |  |  |  |  |  |  |
| 6-                   |  |  |  |  |  |  |
| 7-                   | Coluna (2)   | Coluna (3)   | Coluna (4)   | Coluna (5)   | Coluna (6)   | Coluna (7)   |
|                      | 1. Participa pouco<br>2. Participa relativamente pouco<br>3- Não participa<br>4- Participa relativamente muito<br>5- Participa muito | 1. Participa pouco<br>2. Participa relativamente pouco<br>3- Não participa<br>4- Participa relativamente muito<br>5- Participa muito | 1. Participa pouco<br>2. Participa relativamente pouco<br>3- Não participa<br>4- Participa relativamente muito<br>5- Participa muito | 1. Participa pouco<br>2. Participa relativamente pouco<br>3- Não participa<br>4- Participa relativamente muito<br>5- Participa muito | 1. Participa pouco<br>2. Participa relativamente pouco<br>3- Não participa<br>4- Participa relativamente muito<br>5- Participa muito | 1. Participa pouco<br>2. Participa relativamente pouco<br>3- Não participa<br>4- Participa relativamente muito<br>5- Participa muito |

02) Como surgiu a ideia de participar desta organização? Em que ano começou a participar?

---



---



---



---

03) Iniciou a sua participação nesta organização por:

- ( ) 1-vontade própria  
 ( ) 2-influência de amigos ou vizinhos  
 ( ) 3-influência do cônjuge/companheiro  
 ( ) 4-Outros. Quem? \_\_\_\_\_

04) As organizações coletivas deste município tem relações de parceria, trocas de experiências com outras organizações de fora? ( ) Sim ( ) Não . Se sim, quais?

---



---



---



---

**Quadro** - Frequência com que participa das atividades desenvolvidas pelas organizações abaixo:

| Atividades                               | Sindicato dos Trabalhadores Rurais  | Cooperativas  | Movimentos Sociais Rurais   | Associações ligadas a Igreja  | Partido Político  |
|--|---|---|---|---|---|
| 1-Reuniões                               |   |   |   |   |   |
| 2-Assembleias                            |   |   |   |   |   |
| 3- Dia de campo                          |   |   |   |   |   |
| 4- Festa da colheita do café             |   |   |   |   |   |
| 5-Festas religiosas                      |   |   |   |   |   |
| 6- Administração de recursos financeiros |   |   |   |   |   |
| 7- Administração de recursos humanos     |   |   |   |   |   |
| 8- Outras atividades                     | Coluna (2)  | Coluna (3)  | Coluna (4)  | Coluna (5)  | Coluna (6)  |
|  | 1-Vou em todas as reuniões<br>2-Sempre quando posso<br>3-Só de vez em quando<br>4-Quase não vou<br>5- Sem opinião | 1-Vou em todas as reuniões<br>2-Sempre quando posso<br>3-Só de vez em quando<br>4-Quase não vou<br>5- Sem opinião | 1-Vou em todas as reuniões<br>2-Sempre quando posso<br>3-Só de vez em quando<br>4-Quase não vou<br>5- Sem opinião | 1-Vou em todas as reuniões<br>2-Sempre quando posso<br>3-Só de vez em quando<br>4-Quase não vou<br>5- Sem opinião | 1-Vou em todas as reuniões<br>2-Sempre quando posso<br>3-Só de vez em quando<br>4-Quase não vou<br>5- Sem opinião |

05) Quais são as pessoas que participam das Organizações Coletivas do Campo?

- 1- Rapazes ( ) Sim ( ) Não
- 2- Moças ( ) Sim ( ) Não
- 3- Mulheres ( ) Sim ( ) Não
- 4- Homens ( ) Sim ( ) Não
- 5- Idosos ( ) Sim ( ) Não
- 6- Idosas ( ) Sim ( ) Não

06) Das pessoas que participam, quais delas participam mais?

- 1- Rapazes
- 2- Moças
- 3- Homens casados com filhos pequenos
- 4- Homens casados com filhos adolescentes
- 5- Mulheres casadas com filhos pequenos
- 6- Mulheres casadas com filhos adolescentes
- 7- Idosos
- 8- Idosas

07) Como a sua participação é vista pelo Sr(a):

- 1- Como uma forma de está com os amigos
- 2- Como uma forma de lutar por direitos
- 3- Como uma forma de receber ajuda do governo

08) O Sr(a) percebe mudanças em sua vida e na de sua família após a participação nestas organizações? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais mudanças foram estas?

---

---

---

---

09) Como era a sua unidade familiar antes de iniciar a experiência de participar destas organizações? E como é hoje?

---

---

---

---

10) O senhor (a) passou a receber alguma orientação por parte destas organizações quanto a forma de produzir, como produzir e de que forma comercializar a sua produção? Se sim, como é feita esta orientação?

---

---

---

---

11) Quais são as principais vantagens de participar destas organizações?

---

---

---

12) Quais são as principais desvantagens de participar destas organizações?

---



---



---

13) Quando há uma decisão a ser tomada nestas organizações, geralmente, como isso acontece?

- ( ) 1- a liderança decide e informa os outros membros  
 ( ) 2- os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto  
 ( ) 5- outros. Cite:

14) O senhor (a) participa das decisões tomadas pelas organizações? De que forma?

---



---



---

### SOCIABILIDADE

15) O Sr(a) se relaciona com todas as pessoas da comunidade? ( ) Sim ( ) Não

16) Como o senhor (a) descreveria as pessoas que vivem em sua comunidade?

- ( ) 1- A maior parte é amigável e cooperativa  
 ( ) 2- Apenas alguns poucos são solidários e cooperativos  
 ( ) 3- Há alguns grupos que só convivem entre si  
 ( ) 4- Todos da comunidade convivem bem entre si

17) Como o Sr (a) classifica o seu grau de satisfação com as atividades desenvolvidas por estas organizações?

- ( ) 1- Muito satisfeito  
 ( ) 2- Satisfeito  
 ( ) 3- Nem satisfeito, nem insatisfeito  
 ( ) 4- Insatisfeito

18) Se o Sr(a) precisar de alguma ajuda para resolver problemas relacionados a produção agrícola e a pecuária, o senhor acredita que pode contar com a ajuda das pessoas da comunidade?

---



---



---

19) Se o Sr(a) precisar de alguma orientação para resolver um problema pessoal e familiar, o senhor acredita que pode contar com a ajuda das pessoas da comunidade?

---



---



---

20) Quando tem algum problema na comunidade o senhor se mobiliza com as demais pessoas para tentar ajudar a resolvê-lo? (pedir exemplos em caso positivo e em caso negativo perguntar porque isso não ocorre).

---

21 - Dê uma nota de 01 a 05 considerando o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

- ✓ **01 para concordo totalmente;**
- ✓ **02 para concordo parcialmente;**
- ✓ **03 para discordo totalmente;**
- ✓ **04 para discordo parcialmente**
- ✓ **05 para sem opinião.**

| Perguntas  | Respostas   |
|--|---|
| <i>1- O pequeno agricultor enfrenta dificuldades para seguir as leis ambientais</i>                                    | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente<br>( ) Discordo totalmente<br>( ) Discordo parcialmente<br>( ) Sem opinião |
| <i>2- Sem tecnologia o pequeno agricultor não consegue produzir</i>  | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente<br>( ) Discordo totalmente<br>( ) Discordo parcialmente<br>( ) Sem opinião |
| <i>3- Sem insumos químicos o pequeno agricultor não consegue produzir</i>  | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente<br>( ) Discordo totalmente<br>( ) Discordo parcialmente<br>( ) Sem opinião |
| <i>4- O acesso ao crédito é fundamental para o pequeno agricultor comprar insumos químicos e aumentar sua produção</i> | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente<br>( ) Discordo totalmente<br>( ) Discordo parcialmente<br>( ) Sem opinião |
| <i>5- O acesso ao crédito é fundamental para o pequeno agricultor produzir alimentos orgânicos e sustentáveis</i>      | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente<br>( ) Discordo totalmente<br>( ) Discordo parcialmente<br>( ) Sem opinião |
| <i>6- O agricultor deve se preocupar com o meio ambiente e só utilizar tecnologias alternativas e sustentáveis</i>     | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente<br>( ) Discordo totalmente<br>( ) Discordo parcialmente<br>( ) Sem opinião |
| <i>7- Participar das organizações coletivas do campo pode mudar a vida dos pequenos agricultores</i>                   | ( ) Concordo totalmente<br>( ) Concordo parcialmente  |

|   |  |
|---|--|
|   | <input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião   |
| 8- <i>A mudança na vida dos agricultores vem mais do dinheiro do que da sua participação política nas organizações do campo</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 9- <i>Participar de organizações coletivas do campo leva os pequenos agricultores a se ajudarem mais uns aos outros</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 10- <i>Mesmo participando de organizações coletivas do campo, os agricultores de hoje não se ajudam muito uns aos outros</i>  | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 11- <i>A participação em organizações coletivas do campo ajudou a conquistar melhorias para a vida do agricultor familiar</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 12- <i>Ser combativo é fundamental para conquistar direitos</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 13- <i>Quando aparece um problema que afeta os próprios agricultores, muitas vezes, exige-se das autoridades uma solução</i>  | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 14- <i>Os problemas que afetam o dia a dia dos pequenos agricultores são resolvidos pelos próprios agricultores</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 15- <i>A conquista dos direitos dos pequenos agricultores pode ser plenamente alcançada através dos nossos representantes</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 16- <i>A atuação política é fundamental na vida dos pequenos agricultores</i>   | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 17- <i>Mais importante que a atuação política para a melhoria da vida dos agricultores é o seu desenvolvimento tecnológico e econômico</i>                                      | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |
| 18- <i>As mulheres que participam do MPA tem o seu trabalho mais valorizado pela família e pela sociedade do que aquelas mulheres que não participam de nenhuma organização</i> | <input type="checkbox"/> Concordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Concordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Discordo totalmente<br><input type="checkbox"/> Discordo parcialmente<br><input type="checkbox"/> Sem opinião |

## APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com os agricultores da Galícia/ Espanha



PROGRAMA DPA-SANDWICH EL EXTERIOR - PDSE 2016  
UNIVERSIDAD DE FEDERAL VIÇOSA / BRASIL Y LA CORUÑA LA UNIVERSIDAD /  
ESPAÑA

Estimado Sr (a), este guión de entrevista se incluye en la investigación de doctorado en Extensión Rural, que tiene como objetivo analizar las prácticas cotidianas de los pequeños agricultores de su participación en las Organizaciones Agrarias Galegas (Unión, asociaciones, cooperativas, etc.). Les pido su cooperación para responder a algunas preguntas acerca de su participación en estas organizaciones y cómo esto impacta en su vida diaria y el trabajo, así como en su relación con la gente de la comunidad. Este conjunto de preguntas es anónima y confidencial y será utilizada única y exclusivamente para este estudio. Gracias por su cooperación y atención.

### APÊNDICE A- GUIÓN DE LA ENTREVISTA

**Título del investigación:** Organizaciones colectivas del campo: un análisis de las formas de resistencia y o adaptación de los agricultores familiares de la Zona da Mata Mineira / Brasil y la Galicia / España

**Asesor:** Prof. Dr. Ana Luisa Fiuza de Carvalho

**Entrevistador responsable:** Edna Lopes Miranda

**Entrevista Fecha:** \_\_ / \_\_ / 2016

**Número de identificación:** \_\_\_\_\_

### LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA

- 3- Hombres casados com niños pequenos
- 4- Hombres casados com hijos adolescentes
- 5- Mujeres casadas com niños pequenos
- 6- Mujeres casadas com hijos adolescentes)
- 7- Mayores

08) Cuáles son las personas que participan em la cooperativa?

- 1- Muchachos/chicos ( ) Sim ( )Não
- 2- Niñas ( ) Sim ( )Não
- 3- Mujeres ( ) Sim ( )Não
- 4- Hombres ( ) Sim ( )Não
- 5- Mayores ( ) Sim ( )Não

09) De las personas que participan en la cooperativa que de ellas participan más?

- ( ) 1- Chicos
- ( ) 2- Niñas
- ( ) 3- Hombres casados com niños pequenos
- ( ) 4- Hombres casados com hijos adolescentes
- ( ) 5- Mujeres casadas com niños pequenos
- ( ) 6- Mujeres casadas com hijos adolescentes
- ( ) 7- Mayores

10) Cuáles son las personas que participan en los movimientos sociales rurales?

- 1- Muchachos ( ) Sim ( )Não
- 2- Niñas ( ) Sim ( )Não
- 3- Mujeres ( ) Sim ( )Não
- 4- Hombres ( ) Sim ( )Não
- 5- Mayores( ) Sim ( )Não

11) Las personas que participan em los movimientos sociales rurales que unos participan más?

- ( ) 1- Chicos
- ( ) 2- Ninãs
- ( ) 3- Hombres casados com niños pequenos
- ( ) 4- Hombres casados com hijos adolescentes
- ( ) 5- Mujeres casadas com niños pequenos
- ( ) 6- Mujeres casadas com hijos adolescentes
- ( ) 7- Mayores

12) Cuáles son las personas que participan em asociaciones relacionadas com la iglesia?

- 1- Muchachos ( ) Sim ( )Não
- 2- Raparigas ( ) Sim ( )Não
- 3- Mujeres ( ) Sim ( )Não
- 4- Hombres ( ) Sim ( )Não
- 5- Mayores ( ) Sim ( )Não

13) Las personas que participan em asociaciones relacionadas com la iglesia, que unos participan más?

- 1- Muchachos
- 2- Raparigas
- 3- Hombres casados com niños pequeños
- 4- Hombres casados com hijos adolescentes
- 5- Mujeres casadas com niños pequeños
- 6- Mujeres casadas com hijos adolescentes
- 7- Mayores

14) Como el señor (a) evalúa las siguientes razones para la participación en el Organizaciones colectivas de campo? Tomar 1 a un acuerdo poco, 2 o 3 para estoy de acuerdo más o menos, 4 para muy de acuerdo y 5 totalmente de acuerdo.

- a) La participación como una manera de estar con los amigos ( )
- b) La participación como una manera de luchar por los derechos ( )
- c) La participación como una forma de recibir ayuda del gobierno ( )
- d) Otros ( )

15) El Sr (a) se dio cuenta de los cambios en su vida y la de su familia después de la participación en la Unión? ( ) Si ( ) No. En caso afirmativo, ¿cuáles fueron esos cambios?

---



---



---



---

16) El Sr (a) se dio cuenta de los cambios en su vida y la de su familia después de la participación en la Cooperativa? ( ) Si ( ) No. En caso afirmativo, ¿cuáles fueron esos cambios?

---



---



---



---

17) Se sim, quais mudanças foram estas? El Sr (a) se dio cuenta de los cambios en su vida y la de su familia después de la participación en los movimientos sociales del campo? ( ) Si ( ) No. En caso afirmativo, ¿cuáles fueron esos cambios?

---



---



---



---

18) El Sr (a) se dio cuenta de los cambios en su vida y la de su familia después de la participación en organizaciones vinculadas a la Iglesia? ( ) Si ( ) No. En caso afirmativo, ¿cuáles fueron esos cambios?

---

---

---

---

19)Cómo era su propiedad antes de iniciar la experiencia de participar en estas organizaciones? Y cómo es hoy?

---

---

---

---

20)Usted (a) comenzó a recibir alguna orientación de organizaciones tales como la forma de producir? ( ) Si ( ) No .¿Qué tipo de orientación?

---

---

---

---

21)Usted (a) comenzó a recibir alguna orientación de organizaciones tales como la manera de comercializar su producción? ( ) Si ( ) No .¿Qué tipo de orientación?

---

---

---

---

22)¿Cuáles son las principales ventajas de estas organizaciones participan?

---

---

---

23)¿Cuáles son las principales desventajas de estas organizaciones participan?

---

---

---

---

24) Cuando hay una decisión a tomar en estas organizaciones por lo general cómo sucede?

---

---

---

---

25)¿Tiene usted (a) participa en las decisiones adoptadas por las organizaciones? ¿De que forma?

- ( ) 1- liderazgo decide y luego informar a los demás miembros
- ( ) 2- los miembros del grupo discuten el asunto y decidir juntos.
- ( ) 3- la decisión se toma de otra manera? Explique

25) Tiene usted (a) participa en las decisiones adoptadas por las organizaciones? ¿De que forma?

---



---



---



---

### SOCIABIIDADE/ SOCIALIZACIÓN

26) El Sr (a) se relaciona con todas las personas de la comunidad? ( )Sí ( )No

27)¿Cómo se puede (a) exponer las personas que viven en su comunidad?

- ( ) 1- La mayoría son de amistad y cooperación
- ( ) 2- Sólo unos pocos son de apoyo y de cooperación
- ( ) 3- Hay algunos grupos que simplemente viven juntos
- ( ) 4- Toda la comunidad viven bien con los demás

28) Si el Sr (a) necesitan un poco de ayuda para resolver problemas relacionados con la agricultura y ganadería, ¿cree que puede contar con la ayuda de la gente en la comunidad?

---



---



---



---

29) Si el Sr(a) necesita alguna orientación para resolver problemas personales y familiares, ¿cree que puede contar con la ayuda de la gente en la comunidad?

---



---



---

30) Cuando tienen un problema en la comunidad cómo se resuelven? (Pida ejemplos de ser así y si no preguntar por qué esto no ocurre.

---



---



---

31- Asigne una nota de 01-05 teniendo en cuenta su grado de acuerdo con las siguientes afirmaciones:

- ✓ **01 concuerdo totalmente**
- ✓ **02 acuerdo em parte**
- ✓ **03 en desacuerdo totalmente;**
- ✓ **04 en desacuerdo em parte**
- ✓ **05 para sin opinión**

| <b>Perguntas/Preguntas</b>   | <b>Respostas/ Repuestas</b>   |
|--|---|
| <i>1- El pequeño agricultor que lucha por seguir las leyes ambientales</i>   | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>2- Los pequeños agricultores deben adaptar las leyes ambientales</i>  | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>3- Los pequeños agricultores deben organizarse para modificar las leyes ambientales</i>                                       | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>4- No hay entradas químicas pequeños agricultores no pueden producir para el mercado</i>                                      | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>5- Puede producir y vivir sin el uso de insumos químicos</i>  | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>6- El acceso al crédito es esencial para los pequeños agricultores para comprar insumos químicos y aumentan la producción</i> | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>7- El acceso al crédito es esencial para los pequeños agricultores para producir alimentos orgánicos y sostenibles</i>        | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| <i>8- El agricultor debe estar preocupado por el medio ambiente y el uso de tecnologías alternativas y sostenibles</i>           | <input type="radio"/> Concuerso totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte                                      |

|  |   |
|--|---|
|  | <input type="radio"/> Sin opinión   |
| 9-El agricultor debe preocuparse por el medio ambiente, el uso de insumos químicos de manera específica  | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> Acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 10- Participar en las organizaciones de campo colectiva puede cambiar la vida de los pequeños agricultores   | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 11- El cambio en la vida de los agricultores es más dinero que su participación política en las organizaciones rurales   | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 12- Participar en organizaciones colectivas del campo lleva a los pequeños agricultores para ayudarse mutuamente a más   | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 13- Incluso participar en las organizaciones rurales colectivas, los agricultores de hoy no ayudan mucho unos a otros  | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 14- La participación en organizaciones colectivas del terreno ayudó a ganar mejoras en la vida de los agricultores familiares                                    | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 15- El acceso a los insumos químicos y tecnología ayudó a lograr mejoras en la vida de los agricultores familiares   | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 16- Ser combativo es fundamental para conseguir los derechos   | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 17- Adaptar la dinámica de la vida moderna es crucial para lograr la calidad de vida   | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 18- Cuando aparece un problema que afecta a los propios agricultores a menudo son requeridos por las autoridades públicas una solución                           | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 19- Los problemas que afectan a la vida cotidiana de los pequeños agricultores son resueltos por los propios agricultores, sin recurrir las autoridades públicas | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte<br><input type="radio"/> Sin opinión |
| 20- La conquista de los derechos de los pequeños agricultores puede lograr-se plenamente a través de sus representantes políticos                                | <input type="radio"/> Concuerto totalmente<br><input type="radio"/> acuerdo em parte<br><input type="radio"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="radio"/> En desacuerdo em parte                                      |

|  |  |
|--|--|
|  | <input type="checkbox"/> Sin opinión   |
| 21- <i>El ingreso y el trabajo son esenciales para los pequeños productores para mejorar su calidad de vida</i>  | <input type="checkbox"/> Concuerto totalmente<br><input type="checkbox"/> acuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> Sin opinión |
| 22- <i>La mejora de la vida de los pequeños agricultores dependen de sus representantes políticos, pero el trabajo de los propios agricultores</i>   | <input type="checkbox"/> Concuerto totalmente<br><input type="checkbox"/> Acuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> Sin opinión |
| 23- <i>La acción política es esencial en la vida de los pequeños agricultores</i>  | <input type="checkbox"/> Concuerto totalmente<br><input type="checkbox"/> acuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> Sin opinión |
| 24- <i>Más importante que la acción política para mejorar la vida de los agricultores es su desarrollo tecnológico y económico</i>   | <input type="checkbox"/> Concuerto totalmente<br><input type="checkbox"/> acuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> Sin opinión |
| 25- <i>Las mujeres que participan en las organizaciones colectivas del campo tiene su trabajo más valorado por la familia y la sociedad que aquellas mujeres que no participan en cualquier organización</i> | <input type="checkbox"/> Concuerto totalmente<br><input type="checkbox"/> acuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo totalmente<br><input type="checkbox"/> En desacuerdo em parte<br><input type="checkbox"/> Sin opinión |

Fonte: Elaboración pela autora, 2016.